



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MESTRADO EM GEOGRAFIA

JOYCE KELLY DE JESUS SANTOS

**HABITAÇÃO POPULAR NA CIDADE CAPITALISTA: LUTA POR MORADIA E
MTST EM ARACAJU**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Josefa de Lisboa Santos

São Cristóvão/SE

2022

JOYCE KELLY DE JESUS SANTOS

**HABITAÇÃO POPULAR NA CIDADE CAPITALISTA: LUTA POR MORADIA E
MTST EM ARACAJU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Produção do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais.

Linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Josefa de Lisboa Santos

São Cristóvão/SE

2022

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S237h Santos, Joyce Kelly de Jesus
Habitação popular na cidade capitalista : luta por moradia e MTST em Aracaju / Joyce Kelly de Jesus Santos ; orientadora Josefa de Lisboa Santos. – São Cristóvão, SE, 2022.
142 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2022.

1. Geografia humana. 2. Territorialidade humana. 3. Habitação popular – Aracaju (SE). 4. Direito à moradia. 5. Crescimento urbano. 6. Política urbana – Aracaju (SE). I. Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (Brasil). II. Santos, Josefa de Lisboa, orient. III. Título.

CDU 911.3(813.7)

JOYCE KELLY DE JESUS SANTOS

**HABITAÇÃO POPULAR NA CIDADE CAPITALISTA: LUTA POR MORADIA E
MTST EM ARACAJU**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a Josefa de Lisboa Santos – PPGeo/UFS
Orientadora e Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. Cláudio Rezende Ribeiro – PROURB/ UFRJ
Examinador externo

Prof.^a. Dr José Eloízio da Costa - PPGeo/ UFS
Examinador interno

Aprovada em: 14/03/2022

São Cristóvão/SE

2022

Dedico esta dissertação à todos aqueles lutam diariamente pela emancipação da classe trabalhadora e transformação da sociedade.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Profa. Dra. Josefa de Lisboa Santos, pelo acolhimento e orientações. Sua sensibilidade com as relações humanas foram muito importantes para o desenvolvimento da pesquisa. Obrigada pela recepção e por todas contribuições que foram fundamentais para a construção desta dissertação.

Ao Prof. Dr. Cláudio Rezende Ribeiro e à profa. Dra. Marleide Maria Santos Sérgio pelas contribuições vindas da banca de qualificação e defesa. Sem dúvidas elas enriqueceram a pesquisa e me ajudaram a enxergar além do que estava posto.

Aos meus pais que sempre me incentivaram a continuar estudando, apesar das inúmeras dificuldades encontradas ao longo do caminho. Sem a educação pública e gratuita eu não estaria aqui, assim sou grata a todos aqueles que lutam por uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos, e em especial para as filhas e filhos da classe trabalhadora.

À minha irmã Sthefany pelo companheirismo no primeiro ano de mestrado.

À profa. Dra. Sara Granemann pelo diálogo, afeto e conversas sobre o método da teoria social crítica.

Ao meu companheiro Juan Ibañez que me acompanhou durante todo esse processo e segurou minha mão nos períodos de alegria e de angústia. Quando eu quis desistir você me incentivou à continuar. Esta dissertação, sem dúvidas, tem um pedacinho de você.

À todos os militantes e ocupantes que me receberam nas ocupações Beatriz Nascimento e Valdice Teles, pelo exemplo de vida. Sem a luta diária de vocês este trabalho não seria possível.

Aos meus colegas que compõem a Rede Formiguinha: Cecília, Letícia, Fernanda, Felipe, Victor, Josiene, Thiago e Ívia. Vocês tornaram a trajetória do mestrado mais divertida e menos solitária. Com vocês compartilhei minhas angústias, alegrias e vitórias.

Aos meus amigos Wylamys e Iohana que apesar da distância sempre estiveram comigo nos melhores e piores momentos.

Aos meus companheiros do Laboratório de Estudos Territoriais - LATER, Bruno Ribeiro, que contribuiu imensamente com esta pesquisa e Mara Íris, que dividiu comigo a tarefa/experiência de estágio no ensino superior de geografia.

Em tempos de avanço da extrema-direita não posso deixar de agradecer à todos aqueles que lutam diariamente por uma sociedade igualitária, livre das amarras do capitalismo.

Institucionalmente agradeço à UFS, ao corpo docente do PPGeo, à CAPES e a FAPITEC pela concessão de bolsa, em períodos distintos, durante o último ano do mestrado.

A Revolução, antes de tudo, conquistará para cada indivíduo, em duras lutas, o direito à poesia, e não somente ao pão (TROTSKY, 2007).

RESUMO

A emergência do modo de produção capitalista ocasionou mudanças na sociedade. O desenvolvimento da indústria fez nascer um proletariado moderno que chegara às cidades despossuído para vender a sua força de trabalho. Tal processo trouxe impactos para a urbanização que passou a atender a lógica de acumulação de capital e precisou incorporar a massa de trabalhadores na sua dinâmica. Na cidade, existem várias contradições que refletem o modo de produção capitalista, sendo a moradia uma delas. Desse modo, o processo de urbanização moderna foi permeado de resistências e luta dos trabalhadores pelo direito à moradia. Atualmente no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) cumpre o papel de organização da luta por moradia em vários estados e se firma como o maior movimento social na luta por habitação. O MTST, por meio de suas ocupações, produz o espaço urbano da cidade capitalista em uma lógica contra-hegemônica àquela imposta pelo capital, uma vez que, para esse movimento, a cidade, antes de se constituir o espaço da reprodução do capital, é onde ocorre a reprodução de vida. Como forma de luta para garantir o direito à habitação, em 2017, o MTST começou sua organização em Aracaju/SE, com atuação a partir das ocupações mapeadas na Zona Norte e na Zona Sul da cidade. O objetivo geral desta pesquisa é analisar a habitação popular no desenvolvimento da cidade capitalista. Para tanto, a fim de desvelar o fenômeno da luta dos trabalhadores por moradia em suas conexões com a exploração da classe trabalhadora e como parte da estrutura social capitalista, a pesquisa se funda no materialismo histórico e dialético, lançando mão da categoria geográfica, produção do espaço. Foram adotados os seguintes caminhos metodológicos: estudo de teorias que corroboraram com a fundamentação do trabalho, revisão do estado da arte do temário, pesquisas de campo, com aplicação de entrevistas semi-estruturadas, mapeamento das áreas de atuação do movimento, sistematização e análise das informações coletadas na pesquisa. Isso posto, a espacialização do MTST em Aracaju revela que a falta de moradia é um dado da realidade material no município, presente entre os trabalhadores mais pobres e precarizados. As ocupações se dão por esses trabalhadores em áreas mais pobres, o que reflete a organização da sua base social.

Palavras-chave: luta por moradia em Aracaju; MTST, produção do espaço urbano, direito à cidade.

ABSTRACT

The emergence of the capitalist mode of production brought about changes in society. The development of industry gave birth to a modern proletariat that arrived in the cities dispossessed to sell their labor power. This process brought impacts to urbanization that began to meet the logic of capital accumulation and needed to incorporate the mass of workers in its dynamics. In the city, there are several contradictions that reflect the capitalist mode of production, housing being one of them. Thus, the process of modern urbanization was permeated by resistance and workers' struggle for the right to housing. Currently in Brazil, the Homeless Workers Movement (MTST) fulfills the role of organizing the struggle for housing in several states and has established itself as the largest social movement in the struggle for housing. The MTST, through its occupations, produces the urban space of the capitalist city in a counter-hegemonic logic to that imposed by capital, since, for this movement, the city, before constituting the space for the reproduction of capital, is where reproduction of life takes place. As a way of fighting to guarantee the right to housing, in 2017, the MTST started its organization in Aracaju/SE, working from the occupations mapped in the North and South Zones of the city. The general objective of this research is to analyze popular housing in the development of the capitalist city. Therefore, in order to unveil the phenomenon of workers' struggle for housing in its connections with the exploitation of the working class and as part of the capitalist social structure, the research is based on historical and dialectical materialism, making use of the geographical category of production of the space. The following methodological paths were adopted: study of theories that corroborated with the foundation of the work, review of the state of the art of the agenda, field research, with the application of semi-structured interviews, mapping of the movement's areas of activity, systematization and analysis of the information collected in the survey. That said, the spatialization of the MTST in Aracaju reveals that the lack of housing is a fact of the material reality in the municipality, present among the poorest and most precarious workers. The occupations are carried out by these workers in poorer areas, which reflects the organization of their social base.

Keywords: housing; urban social movements; conflicts; urban struggles; urban space production;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Entrega de apartamentos construídos pelo PMCMV-E.....	88
Figura 2: Tabuleiro de Pirro.....	93
Figura 3: Maquete do projeto do bairro Coroa do Meio, meados dos anos 80.....	99
Figura 4: Conjuntos habitacionais construídos pelo BNH 1968-2002.....	101
Figura 5: Região Metropolitana de Aracaju – aglomerados subnormais.....	103
Figura 6: Aracaju - áreas de atuação do MTST 2021.....	112
Figura 7: Galpão no bairro América.....	115
Figura 8: Cozinha coletiva, ocupação Valdice Tels, 2021.....	118
Figura 9: Campanha de natal: doação de brinquedos e cesta básica, ocupação Beatriz Nascimento, 2021.....	119
Figura 10: Ato em defesa da vacina para todos e por a volta do auxílio emergencial.....	120
Figura 11: Disposição dos barracos, ocupação Valdice Teles, 2021.....	122
Figura 12: Ocupação Beatriz Nascimento, bairro Japoãozinho, 2021.....	127
Figura 13: Horta Coletiva, ocupação Valdice Teles, 2021.....	130

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: População brasileira (1940-2010).....	43
Gráfico 2: Deficit habitacional urbano no Brasil (2016-2019).....	65
Gráfico 3: Deficit habitacional no Brasil de acordo com sexo (2016-2019).....	67
Gráfico 4: Deficit habitacional por componentes na RMA (2016-2019).....	68
Gráfico 5: Deficit habitacional segundo sexo responsável pelo domicílio na RMA (2016-2019).....	69
Gráfico 6: Ônus excessivo com aluguel por sexo responsável pelo domicílio na RMA (2016-2019).....	69
Gráfico 7: deficit habitacional feminino: Brasil – RMA (2016-2019).....	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI5 – Ato Institucional 5

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BNH – Banco Nacional de Habitação

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior

CEATES – Companhia Estadual de Abastecimento Telefônico do Estado Sergipe

CESEP – Centro Sergipano de Educação Popular

CHISAM – Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana

COHAB/SE – Companhia Estadual de Habitação

EMSURB – Empresa Municipal de Serviços Urbanos

FAPITEC – Fundação de Apoio à Pesquisa e Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FUNDESE – Fundação de Desenvolvimento Comunitário de Sergipe

IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil

IAP – Instituto de Aposentadoria e Pensões

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INFRAERO – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

INOCOOP – Instituto Nacional de Orientação às Cooperativas Habitacionais

Ipase – Instituto de Previdência e Assistência de Servidores do Estado

MOTU – Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos

MNML – Movimento Nacional de Luta por Moradia

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem-teto

MTST-RR – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto Roraima

MTST-SE – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto Sergipe

PAC – Programa de Arrendamento Residencial

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PEMAS – Plano de Erradicação de Moradias Subnormais

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

PMCMV-E – Programa Minha Casa Minha vida Entidades

PSD – Partido Social Democrático

PT – Partido dos Trabalhadores

RMA – Região Metropolitana de Aracaju

SBPE – Sistema Brasileiro de Poupanças e empréstimos

SPU – Serviço do Patrimônio da União

ZEIS – Zona Especiais de Desenvolvimento Social

SUMÁRIO

SEÇÃO I: A URBANIZAÇÃO DA POBREZA.....	19
1.1 – A produção do espaço urbano sob a égide do capitalismo.....	20
1.2 – Formação do proletariado urbano na transição para a modernidade e produção do espaço.....	24
1.3 – Urbanização no capitalismo brasileiro.....	38
SEÇÃO II: A HABITAÇÃO DO TRABALHADOR BRASILEIRO NA CIDADE DO CAPITAL: DEFICIT E EMERGÊNCIA DA LUTA POR MORADIA.....	46
2.1 – A política habitacional brasileira (1930-1988) e movimentos de moradia.....	47
2.2 – Qual cidade para a classe trabalhadora?.....	53
2.3 – A escassez de moradia e o deficit habitacional na Região Metropolitana de Aracaju (RMA).....	64
SEÇÃO III: ENTRE LONAS E LUTAS.....	71
3.1 – A gênese do MTST.....	72
3.2 – o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e o MTST.....	83
SEÇÃO IV: A EMERGÊNCIA DO MTST EM ARACAJU.....	89
4.1 – De cajueiro dos papagaios à “cidade da qualidade de vida”: a formação territorial de Aracaju.....	91
4.2 – Avanço de uma política habitacional popular em Aracaju.....	104
4.3 – A luta por moradia.....	107
4.4 – O MTST em ação: gênese e desafios na luta por habitação e organização.....	111
4.5 – A ocupação como forma de reprodução social.....	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS.....	134
APÊNDICE 1: Roteiro de entrevista a ser aplicado aos ocupantes do MTST.....	142
APÊNDICE 2: Roteiro de entrevista para os dirigentes do MTST.....	142

INTRODUÇÃO

“Todo começo é difícil, e isso vale para toda ciência.” (MARX, 2017, p. 77).

A industrialização e a urbanização modernas são processos que estão imbricados. O Brasil, país de industrialização tardia, vivenciou o crescimento das suas cidades na primeira metade do século XX. As cidades que receberam o maior contingente migratório localizam-se na Região Sudeste. A maioria dos migrantes eram nordestinos e nortistas que sofriam o impacto da Revolução Verde; ela consiste em um processo que implica na perda da terra dos camponeses e uma parcela dos trabalhadores rurais assalariados foi demitida dos seus postos de trabalho. Além disso, um número significativo de nordestinos migrou para a região Sudeste fugindo da seca em busca de trabalho nas indústrias.

Nas cidades, os trabalhadores mais pobres já se encontravam em situação precária de vida. Com o advento da industrialização as cidades foram moldadas para atender as necessidades do modelo de acumulação urbano industrial. Tal processo expulsou os trabalhadores para áreas cada vez mais periféricas.

O processo migratório contribuiu para o “inchaço das periferias” e um rebaixamento das mínimas condições de habitação e da vida dos trabalhadores pobres. Lima (2004) aponta que a intensa mobilidade do trabalho campo-cidade foi fundamental para a formação de um exército industrial reserva que contribuiu para o rebaixamento dos salários.

No capitalismo, a partir de 1930, as frações da burguesia ou os grandes proprietários dos diferentes capitais aprofundaram o monopólio da terra na cidade e no campo brasileiros. Nesse cenário, restaram aos trabalhadores e trabalhadoras as áreas periféricas cujo preço da terra é mais baixo, quase sempre porque distantes e desprovidas das mínimas condições de infraestrutura.

Engels (2015) considera que a falta de habitação é um problema estrutural capitalista. Tal determinação estrutural fez nascer as organizações da classe trabalhadora em luta por moradia. O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), um dos mais importantes da nossa história recente, luta pelo direito à moradia e carrega valores coletivos como a defesa da reforma urbana, o saneamento básico, os serviços públicos de saúde, educação e cultura e o transporte público. Suas ocupações ocorrem em terrenos e imóveis abandonados que não cumprem sua função social. Nesse sentido, o movimento social traz uma refuncionalização das áreas com o fito de servirem à moradia para milhares de famílias.

Em Aracaju, como em quase todas as demais cidades nas quais está presente, as ocupações situam-se nos bairros pobres da cidade (Santa Maria e Japãozinho). Mas, como integra o projeto do movimento dar visibilidade ao debate da habitação e oferecer saídas viáveis para sua resolução, em diferentes cidades pelo país, prédios dos centros das cidades e locais considerados nobres – como o terreno na zona sul de Aracaju, próximo ao Shopping Riomar, também são priorizados pelo MTST.

As pesquisas sobre movimentos sociais têm chamado a atenção dos geógrafos, sobretudo pós movimento de renovação da Geografia, quando houve uma mudança epistemológica no interior da ciência na qual o marxismo e a fenomenologia foram introduzidos. No PPGEU-UFS vários trabalhos já exploraram essa temática, que trouxe a partir da perspectiva da produção e reprodução do espaço investigações sobre os mais diversos movimentos: MST, MOTU, Liga dos Camponeses Pobres; a maioria ligados ao campo brasileiro e às disputas por terra. Compreendendo que a cidade é onde se realiza a concentração e centralização capitalistas, onde o ciclo de produção, circulação e consumo de mercadorias se efetiva e, também, é palco da luta de classes, a Geografia tem se debruçado para a análise da habitação nas cidades brasileiras. Partindo dessa análise, observa-se como os movimentos sociais urbanos são importantes para entender a habitação nas cidades brasileiras.

Os movimentos sociais são importantes produtores do espaço urbano, pois produzem uma cidade que vai contra a lógica hegemônica do capital e enfrentam a especulação imobiliária, ao ocupar terrenos ociosos. É importante para ciência geográfica estudar os sujeitos contra-hegemônicos da cidade capitalista. Assim, optou-se em escolher como objeto de estudo o MTST, por sua atuação nas cidades brasileiras. O recorte espacial é a cidade de Aracaju-SE, onde o Movimento está presente desde 2017.

Parte-se das seguintes questões de pesquisa: quais são as estratégias de luta e resistência do MTST no enfrentamento do problema habitacional em Aracaju? Quais os conflitos entre o MTST, os proprietários fundiários e imobiliários e o governo na disputa por moradia e a sua garantia como direito social? Quais os sujeitos sociais envolvidos nas ocupações em Aracaju? Há influência da prática de ocupação do MTST na produção da cidade de Aracaju? Como está espacializada a atuação do MTST em Aracaju?

O objetivo geral é analisar a habitação popular no desenvolvimento da cidade capitalista e a atuação do MTST. Já os específicos são: compreender a formação do

proletariado moderno e sua dinâmica espacial; explicar a atuação do MTST e seus rebatimentos na produção do espaço de Aracaju; avaliar os conflitos entre o MTST, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários e o Estado.

Para desvelar a atuação do MTST na produção do espaço urbano capitalista é necessário a utilização de um método que aponte as contradições do modo de produção, tal qual o movimento da história. Nesse sentido, o método utilizado será o materialismo histórico dialético desenvolvido por Marx e Engels.

O estudo teórico-bibliográfico embasará o trabalho com o conhecimento do que já foi produzido e estudado com relação ao objeto de pesquisa. Corrêa (2003) considera que a bibliografia é crucial para a pesquisa, pois é através da bibliografia que o pesquisador consegue fazer pontes com o seu objeto de estudo, aprofundando o seu conhecimento através de produções anteriores. Serão utilizadas obras clássicas combinadas às pesquisas mais atuais, que abordam diversos temas pertinentes para o desenvolvimento da dissertação, tais quais: a moradia, as políticas públicas sociais, movimentos sociais, crise estrutural, produção do espaço, território.

A pesquisa de campo foi realizada nas ocupações do MTST em Aracaju. Segundo Suertegaray (p. 04) esse instrumento “[...] permite o reconhecimento do objeto e que, fazendo parte de um método de investigação, permite a inserção do pesquisador no movimento da sociedade como um todo” (Ibidem). As visitas permitiram observar as relações cotidianas dos ocupantes, como estão organizados e compreender alguns elementos que não estão presentes em bibliografias. Dessa forma, constatamos questões subjetivas como a mobilidade espacial dos ocupantes e os preconceitos do dia a dia.

As fotografias trouxeram uma qualidade visual para o texto, pois foi possível registrar a espacialidade das ocupações: a organização dos barracos, a horta orgânica. Dessa forma, as imagens também são parte da explicativa do fenômeno, inscrito no texto.

As entrevistas realizadas foram no modelo semiestruturado com os dirigentes e ocupantes do MTST, com o objetivo de compreender como o movimento se organiza e atua, assim como foi construída a sua história. Realizaram-se presencialmente durante a pesquisa de campo nos meses de novembro e dezembro de 2021 e janeiro de 2022. Foram visitadas as ocupações “Beatriz Nascimento” e “Valdice Teles”. As perguntas norteadoras seguiram os três eixos principais: movimento social, habitação e lutas urbanas.

Os questionários foram divididos em dois grupos, a saber: o primeiro composto pelos dirigentes do MTST; o segundo, com os moradores da ocupação. Realizou-se ao total 15 entrevistas: sete na ocupação “Valdice Teles” e oito na ocupação “Beatriz Nascimento”. A maioria dos entrevistados foram mulheres negras, visto a composição das ocupações. Através das entrevistas foi possível constar as motivações que levaram os ocupantes a participar do Movimento: a necessidade de lutar por moradia.

SEÇÃO I: A URBANIZAÇÃO DA POBREZA

“Os filósofos apenas interpretam o mundo de diferentes maneiras; porém o que importa é transformá-lo.” (MARX & ENGELS, p. 126, 2009)

A presente seção apresenta o desenvolvimento da cidade capitalista e suas contradições fundantes. O ponto de partida para essa análise é a categoria geográfica, produção do espaço, para a qual perscrutamos pelos fundamentos de Ana Fani Alessandri Carlos (2015, 2016a, 2016b, 2018). As obras de Friedrich Engels (2010, 2015a), Marx (2017) e Thompson (1987) foram fundamentais para compreender a formação do proletariado urbano e seus impactos espaciais.

Carlos (2016a) considera que os conflitos existentes na cidade residem na contradição valor de uso e valor de troca, já que as principais classes antagônicas do capitalismo (burguesia e proletariado) fazem um uso do solo urbano diferenciado. Para os trabalhadores, a cidade é o seu lugar de vivência, é onde eles constroem a sua morada para a garantia da reprodução social. Para a burguesia, entretanto, além de ser lugar de moradia, a cidade é o local onde se realiza o ciclo de produção, circulação e consumo. Além disso, Carlos (2016a) observa que no momento atual da acumulação capitalista, o espaço urbano produzido é resultado da atuação do setor imobiliário, que elabora a paisagem urbana com formas e estruturas específicas para atender as necessidades atuais da acumulação. Assim, no primeiro tópico desta seção apresentamos como ocorre o processo de produção capitalista do espaço.

No segundo, analisamos como é a dinâmica da cidade capitalista, esse modelo de urbanização que desde os primórdios esteve na esteira das formas de acumulação nos diferentes momentos históricos. Ora guiado pelo industrialismo, ora pelas formas flexíveis ditadas pelo movimento espacial do capital e seus ajustes às crises. A Grã-Bretanha, país pioneiro nesse processo, reestruturou seu espaço agrário durante séculos em um processo contínuo de expropriação da terra, pautada na violência contra milhares de camponeses. Utilizamos como base metodológica o livro de Engels, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (2010) que constitui análise sobre como eram as cidades industriais inglesas e as condições de moradia dos trabalhadores na fase do capitalismo concorrencial.

O terceiro tópico trata do o processo de urbanização brasileira, de acordo com as suas especificidades. A escassez da moradia está presente no Brasil desde o seu processo de

colonização, sendo a Lei de Terras considerada por alguns autores como a mãe das favelas brasileiras. A crise de 1929 impactou a economia brasileira que possuía uma base agroexportadora e uma industrialização ainda incipiente. O governo Vargas (1930-1945) implementou uma série de medidas que incentivava a industrialização principalmente de bens intermediários e de capital, a partir das chamadas indústrias de base. A Ditadura Militar (1964-1985) promoveu a mecanização do campo que gerou uma consequente mobilidade do trabalho campo-cidade. Nesse período, a população urbana ultrapassava a população rural e viveu-se um momento de migração para os grandes centros urbanos. Ao chegar nas cidades estas pessoas foram habitar nas favelas e nas periferias.

O processo de urbanização brasileira ocasionou uma concentração demográfica nos grandes centros urbanos e nas metrópoles localizadas no Sudeste. Além disso, gerou um grande exército industrial reserva que não tem o pleno direito à cidade.

1.1 – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO SOB A ÉGIDE DO CAPITALISMO

Desde a pré-história os sujeitos produzem o espaço de acordo com as suas necessidades e estratégias de sobrevivência. “[...] A orientação de sua ação vem de um projeto que se situa no conjunto da sociedade em seu processo constitutivo, compreendido no seio das relações sociais pela dialética de sua reprodução e transformação” (CARLOS, 2016a, p. 43). A produção é mediada através do trabalho que cumpre o papel central na transformação da natureza natural, transformando-a em natureza social. Nesse sentido, a produção do espaço é anterior ao capitalismo, sendo uma condição central para a sobrevivência humana.

Segundo Carlos (2016a) o espaço é condição, meio e produto da existência humana, ou seja, para sobreviver o homem produz espaço, sendo este resultado da ação humana ao longo da história. Dessa forma, o espaço possui dimensão histórica e ao observá-lo é possível ver resquícios de sociedades anteriores que deixaram sua marca e que geraram formas específicas de acordo com a época. Assim,

Nosso ponto de partida é de que a existência humana é espacial e, portanto, nenhuma relação social realiza-se fora de um espaço real e concreto. O processo histórico revela um movimento da práxis social que vai da transformação da natureza primeira à produção do espaço e deste à sua reprodução. Desse modo, o espaço é produto e expressão prática daquilo que

a civilização, ao longo do processo histórico, foi capaz de criar (CARLOS, 2016a, p. 37).

A análise elaborada por Carlos (2016a) nos permite perceber o espaço enquanto movimento, um produto que as civilizações construíram ao longo da história. Sob a vigência do capitalismo o espaço adquire novas formas e funções, e este – na sua forma concreta de terra urbana ou rural – transforma-se em uma mercadoria a ser vendida. Tal determinação define quem vai ter acesso ao espaço.

Marx (2017) aponta que a mercadoria é algo que atende as necessidades humanas e que seu valor é definido pela quantidade de trabalho humano que foi utilizado na sua confecção. Segundo Rodrigues (2019, p. 17)

[...] A terra é uma mercadoria que tem preço, que é vendida no mercado, e que não é reproduzível, ou seja, tem um preço que independe de sua produção. É uma mercadoria *sem valor*, no sentido de que seu preço não é definido pelo trabalho na sua produção, mas pelo estatuto jurídico da propriedade da terra, pela capacidade de pagar dos seus possíveis compradores.

O espaço possui a dupla determinação de valor de troca e valor de uso, ou seja, é propriedade privada, na qual o seu acesso é mediado através do dinheiro, mas também é o local da realização de vida humana.

Sua paisagem física, que é moldada para atender as necessidades humanas, dão ênfase ao atendimento das demandas do capital, no seu processo de produção e circulação (CARLOS 2015; HARVEY 2006; e MARICATO 2015). O processo de industrialização trouxe mudanças significativas para o espaço urbano que deixou suas marcas e elevou à cidade a uma relevância jamais vista na história.

Sob a orientação da industrialização, a cidade se tornou força produtiva do capital com a concentração de capital fixo capaz de permitir que os momentos de realização do ciclo econômico pudessem constituir-se em sua totalidade, realizando-se no espaço e no tempo em sua continuidade e simultaneidade (CARLOS, 2016b, p. 98).

A luz dessa afirmativa é possível perceber que o espaço é condição para a reprodução do ciclo econômico que irá se materializar através da infraestrutura, concentração, matéria-prima, etc. Transforma-se em meio capaz de garantir a circulação de mercadoria e por fim torna-se também produto que viabiliza a realização do lucro e a continuidade do processo

de troca. Por possuir tais condições especiais o espaço ganha centralidade na sociedade capitalista (CARLOS, 2016a).

O atual momento de acumulação capitalista produz cidades que atendem as necessidades do capital financeiro. Nesta nova fase há a expansão das redes de comunicação e de transporte para áreas específicas que privilegiam os locais de moradia dos setores de renda alta e média. Além disso, o setor imobiliário domina a produção do espaço. Seus investimentos apontarão qual área deve ser valorizada. “[...] a produção da cidade ganha uma nova perspectiva e as estratégias dos empreendedores imobiliários, dos bancos e do Estado orientam suas estratégias de acumulação na produção da mercadoria espaço (CARLOS, 2018, p. 61). Cabe ressaltar que no processo de especulação imobiliária vários terrenos são deixados por vários anos sem função social, esperando que ocorra a valorização.

O valor do espaço urbano era determinado de acordo com a sua localização em relação aos equipamentos urbanos como: espaços públicos, serviços, infraestrutura. Para os setores sociais que possuem maior renda – burguesia, pequena burguesia e classe média alta – são destinadas as áreas que estão melhor localizadas, próximas a serviços, espaços públicos e etc. Já para os setores de baixa renda, sobretudo a classe trabalhadora mais precarizada, restavam sempre as áreas mais distantes, deterioradas e com problemas urbanos. Dessa forma,

O modo pelo qual o indivíduo terá acesso à terra na cidade enquanto condição de moradia, vai depender do modo pelo qual a sociedade estiver hierarquizada em classes sociais e do conflito entre as parcelas da população. Assim, o tipo, o local, tamanho e forma de moradia vão depender e expressar o modo de como cada indivíduo se insere dentro do processo de produção material geral da sociedade (CARLOS, 2015, p. 54).

Contemporaneamente, a proximidade dos serviços urbanos não é mais o determinante da divisão social do espaço. A demanda por espaços exclusivos, ora determinados por recursos naturais que passam a demarcar a busca pela natureza bela, rara, exclusiva para determinados grupos, como nos condomínios com paisagismo privilegiado, com praias quase particulares, ou lagos naturais ou artificiais. Também os condomínios verticais, que marcam a raridade do território físico - são formas diferentes justificadas pelo quesito segurança, que tem frequentemente sido mais central do que a proximidade de infraestrutura, como marcadores da divisão social do espaço urbano.

Em uma sociedade marcada pela desigualdade o acesso ao espaço também é desigual, sendo este vendido em pedaços, de acordo com o poder aquisitivo do indivíduo, o que o torna fragmentado/parcelado e concentrado nas mãos de poucos.

Neste ponto interessa destacar como a produção capitalista do espaço reflete as desigualdades de classe, uma vez que o acesso à cidade é mediado pelo dinheiro e cada sujeito habita a área que é capaz de pagar. Carlos (2015, p. 46) afirma que “ [...] o uso residencial será determinado pelo papel que cada indivíduo ocupará (direta ou indiretamente) no processo de produção geral da sociedade e, conseqüentemente, o seu lugar na distribuição da riqueza gerada”. Tal determinação produz cidades extremamente segregadas, onde é possível observar a hierarquia das classes na paisagem urbana através do tipo de moradia, do tamanho e da localização.

Essa produção social do espaço é realizada coletivamente entre as classes sociais. Partindo desse pressuposto Carlos (2016a) analisa uma nova contradição que emerge nesse momento da história: enquanto a produção é coletiva a apropriação é privada, o que explica a centralidade dos interesses do mercado imobiliário e da prevalência do valor de troca. Tal prevalência se manifesta no processo de urbanização capitalista, que, de acordo com Harvey (2014), tende a destruir os espaços públicos coletivos e de vivência comum, transformando-os em espaços privados. Tal condição exclui os setores mais precarizados da classe trabalhadora de acessar os espaços coletivos oferecidos pela cidade. Assim,

[...] na cidade contemporânea, a contradição espaço público/espaço privado revela a extensão da privação, através da forma jurídica da propriedade privada da riqueza, e traduz-se pela hierarquia social que define o acesso aos lugares da cidade, pontuando a diferenciação entre os indivíduos numa classe (ibidem, p. 137).

O processo de produção do espaço urbano não se realiza sem conflitos entre a classe trabalhadora e a classe dominante que possuem necessidades diferentes em relação ao espaço. Carlos (2016a) aponta que as estratégias de classe entram em contradição com os interesses de uso. Para a classe trabalhadora o espaço possui valor de uso, é o local da sua reprodução social. Já para a classe dominante o espaço tem valor de troca, é uma mercadoria. Tais interesses entram em confronto, portanto a luta de classes torna-se uma luta pelo espaço.

O Estado é responsável por mediar tais conflitos e isto não ocorre de forma neutra ou imparcial. Segundo Carlos (2016, p. 76)

[...] o Estado desenvolve estratégias que orientam e asseguram a reprodução das relações no espaço inteiro [...] produzindo-o enquanto instrumento político intencionalmente organizado e manipulado. O espaço é, portanto, um meio e um poder nas mãos de uma classe dominante, que diz representar a sociedade, embora não abdique de objetivos próprios de dominação e que usa as políticas públicas para direcionar e regularizar os fluxos, centralizando, valorizando e desvalorizando os lugares através de intervenções como o “ato de planejar”

A atuação do Estado através da política urbana aprofunda as desigualdades sociais, pois seus investimentos e intervenções acarretam na valorização diferenciada das áreas da cidade atendendo o interesse de alguns setores sociais em detrimento de outros.

Nesse turbilhão de contradições a classe trabalhadora, na sua luta por reprodução, se organiza em movimento sociais urbanos que lutam por melhorias sociais para os seus locais de moradia. Tais movimentos expressam os limites e contradições do modelo de urbanização capitalista e possuem diversas reivindicações que vão desde transporte público até aqueles que lutam pela revolução socialista. Desse modo

[...] Em sua missão e negatividade, os movimentos denotam, em maior ou menor grau, o momento crítico, a existência da propriedade da terra/solo urbana, fundamento da segregação que é expressão da extensão da propriedade que atravessa a história da civilização até atingir sua potência abstrata nos dias atuais (CARLOS, 2016a, p. 87).

Além de lutarem por melhores condições de vida na cidade, é lá que a luta se espacializa através das manifestações, ações diretas, etc. A cidade torna-se palco de lutas e resistências contra a ordem do capital.

1.2 – FORMAÇÃO DO PROLETARIADO URBANO NA TRANSIÇÃO PARA A MODERNIDADE E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Segundo Berman (2007) a modernidade se inicia no século XVI e se estende até os dias atuais. Este autor entende a modernidade como “[...] unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja num turbilhão permanente de desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia” (2007, p. 24). Até o fim do século XVIII esta tal de modernidade ainda era confusa no imaginário das pessoas. Havia muitos resquícios da sociedade feudal, dentre eles, a forma híbrida de governo: a conciliação entre a burguesia

ascendente e a aristocracia decadente, assim como grupos reacionários que tentavam restabelecer a ordem feudal.

A Revolução Francesa foi um divisor de águas, pois estabeleceu a ordem das ideias de liberdade, fraternidade e igualdade que são a base para a sociedade burguesa e moderna, enquanto o Iluminismo¹ foi o arco filosófico da consolidação da modernidade. Para Harvey (2016, p. 22) “[...] A modernidade, por conseguinte, não apenas envolve uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes, como é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes”.

A burguesia se consolida como classe dominante na Revolução Francesa, revolucionando tudo em sua volta, criando uma sociedade à sua imagem e semelhança, e que “[...] não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção, e por conseguinte todas as relações sociais” (MARX; ENGELS, 2008, p.13). Mas, ao mesmo tempo cria suas contradições. A contradição que trataremos aqui é a da produção e apropriação do espaço, sendo a primeira feita de forma coletiva e a segunda de maneira privada. No urbano, o principal impacto é na habitação. A cidade é construída pela força de trabalho que dimensiona o contingente proletário urbano, mas que habita as piores localidades ou mesmo vive em situação de rua por não possuir dinheiro para pagar aluguel. É esse o sentido do direito à cidade que aparece em Henri Lefebvre: “é na direção de um novo humanismo que devemos tender e pelo qual devemos nos esforçar, isto na direção de uma nova práxis e de um outro homem, o homem da sociedade urbana” (2011, p. 108). Essa cidade produzida por todos e apropriada por uns precisa ser desvelada, haja vista o mascaramento das intenções políticas no manejo da cidade por agentes produtores dos vetores de expansão urbana, que intencionalmente promovem a desigualdade e os processos de expropriação e de segregação no espaço produzido.

Exatamente os processos combinados de urbanização e segregação socioespacial têm implicado atenção à categoria da produção do espaço. Henri Lefebvre, em sua obra, em especial em *A produção do espaço*, nos apresenta o espaço como um produto do trabalho humano, portanto, um produto social que só pode ser compreendido nas relações que engendram. Espaço aqui não é entendido como uma realidade material dissociada das relações

1 Corrente de pensamento da Revolução Francesa que segundo Harvey (2016, p. 23) “[...] Foi sobretudo um movimento secular que procurou desmitificar e dessacralizar o conhecimento e a organização social para libertar os seres humanos.”

que o produzem. Não é desatado da realidade social, ele não existe em si mesmo, mas como resultado do trabalho coletivo, social.

Lefebvre constrói sua compreensão de espaço considerando a imbricação espaço-tempo. Para ele, espaço e tempo não são conceitos à priori, mas relacionais, por conseguinte, eles devem ser compreendidos numa formação social específica. Quer dizer que o tempo é específico. Ideias e interesses produzem conteúdo espacial:

Se há produção e processo produtivo do espaço, há história; (...). A história do espaço, de sua produção enquanto “realidade”, de suas formas e representações, não se confunde nem com o encadeamento causal de fatos ditos “históricos” (datados), nem com a sucessão, com ou sem finalidade, de costumes e leis, de idéias e ideologias, de estruturas sócio-econômicas ou de instituições (superestruturas). As forças produtivas (natureza, trabalho e organização do trabalho, técnicas e conhecimentos) e, obviamente, as relações de produção, têm um papel – a determinar – na produção do espaço (2006, p. 76).

O desenvolvimento das práticas espaciais se dá em formações sociais específicas. A relação sociedade-natureza aparece determinada pelo conjunto de interesses que permeiam aquela parcela do espaço, a cidade, o país, os interesses do campo.

Nesse sentido, a visão que temos sobre a cidade é a imagem da cidade capitalista moderna. Quando ouvimos a palavra cidade, um turbilhão de ideias surge na nossa mente. Multidões, prédios, semáforos, engarrafamentos, carros, praças, concreto, fábricas, poluição, lojas, serviços... esta é a visão que a maioria das pessoas associa à paisagem urbana. Desde a escola, principalmente nas aulas de geografia, vemos nos livros didáticos imagens de grandes metrópoles com prédios, multidões efervescidas e outros aspectos que são típicos da urbanização capitalista que começou a ganhar forma a partir da I Revolução Industrial.

A industrialização e a urbanização moderna são processos que estão imbricados, são resultado das relações sociais de produção específicas do capitalismo. Spósito (1997) considera que o desenvolvimento industrial que produziu a cidade no capitalismo, transformou a cidade no “centro” de gestão do capitalismo, o tornou o *locus* da produção, circulação e consumo de mercadorias. Assim, pela primeira vez na história, a cidade está no centro do modo de produção. Para Marx, a máquina cumpriu um papel fundamental no deslocamento do eixo produtivo do campo para a cidade:

[...] a assim chamada máquina a vapor de ação dupla, encontrou-se um primeiro motor capaz de produzir sua própria força motriz por meio de consumo de carvão e água, um motor cuja a potência encontra-se plenamente

sob controle humano, que é móvel e um meio de locomoção, e que, ao contrário da roda d'água, é urbano, e não rural, permitindo a concentração da produção nas cidades, ao invés de dispersá-la (MARX, 2017, p. 451).

Nesse sentido, tomemos como exemplo a Inglaterra, seio da Revolução Industrial. Este país passou por diversos processos de expropriação de terras rurais para formar uma grande massa de proletários nas cidades. A servidão havia quase completamente acabado já em meados do século XIV. O que existia eram camponeses autônomos, que trabalhavam nas grandes propriedades de terra e recebiam cerca de 4 acres para o arrendamento. No seu tempo livre cultivavam as terras comunais e também recolhiam combustível como lenha (MARX, 2017). As terras comunais eram uma característica do modo de produção feudal. “O prelúdio da revolução que criou as bases do modo de produção capitalista ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. Uma massa de proletários absolutamente livres foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais” (ibidem, p.789).

Os senhores feudais e a velha nobreza da Inglaterra haviam sido exterminados nas grandes guerras feudais. A nova nobreza que surgiu na Inglaterra colocava o dinheiro acima de tudo. Com o desenvolvimento da manufatura flamenga e aumento do preço da lã, a nova nobreza percebeu que para manter seus interesses era necessário transformar as terras comunais em pastagens de ovelha.

O que o sistema capitalista exigia, ao contrário, era uma posição servil das massas populares, a transformação destas em trabalhadores mercenários e a de seus meios de trabalho em capital. Durante esse período de transição, a legislação procurou também conservar os 4 acres de terra contíguos ao *cottage* do assalariado agrícola e proibiu-lhe abrigar subinquilinos em seu *cottage* (MARX, 2017, p. 792).

A Reforma Protestante também foi um processo importante para a formação do proletariado. No século XVI, quando a Reforma entrou em curso, a Igreja Católica era dona de uma grande parcela das terras inglesas. Com a tomada dos monastérios, seus moradores foram jogados à própria sorte e se tornaram proletários. Além disso, o Rei vendeu parte das terras expropriadas a preços estupidamente baixos ou doou para pessoas de sua confiança. No século XVIII, a Lei se torna um instrumento para a expropriação de terras, até então isto ocorria através de ações individuais. Assim,

Sob a restauração dos Stuarts, os proprietários fundiários instituíram legalmente uma usurpação, que em todo o continente também foi realizada sem formalidades legais. Eles aboliram o regime feudal da propriedade da terra, isto é, liberaram esta última de seus encargos estatais, “indenizaram” o Estado por meio de impostos sobre os camponeses e o restante da massa do povo, reivindicaram a moderna propriedade privada de bens, sobre os quais só possuíam títulos feudais, e, por fim, outorgaram essas leis de assentamento (MARX, 2017, p. 795).

De acordo com Marx (2017) o último grande processo de expropriação foram os chamados *clearing of estates*. Nesse processo os lavradores não conseguiam encontrar espaço para suas moradias e suas lavouras. Tudo isso tinha o objetivo de transformar as lavouras em pastagens de ovelhas e colocar o campo na lógica do novo modo de produção que estava a nascer. Assim, Marx afirma que

O roubo de bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre (ibidem, p. 804).

Observa-se que a expropriação de terras camponesas foi condição necessária para o nascimento do modo de produção capitalista. Romperam-se todos os laços que sustentavam a sociedade feudal, desde o desaparecimento das terras comunais até o confisco das terras da igreja. Desse modo, ocorreu a expulsão de milhares de camponeses de suas terras que deram origem ao proletariado urbano que não possuía nada para vender, além da sua força de trabalho. Ademais, “A expropriação e expulsão de uma parte da população rural não só libera trabalhadores para o capital industrial, e com eles seus meios de subsistência e seu material de trabalho, mas cria também o mercado interno” (MARX, 2017, p. 818).

Para onde ia trabalhar todo esse contingente de pessoas expulsas das suas terras? A manufatura não conseguiu absolver com tanta rapidez a massa de desempregados. Muitos viraram mendigos, assaltantes e “*vagabundos*”. As cidades da Europa receberam uma grande massa de expropriados no final do século XV e início do século XVI. Era necessário colocar essas pessoas na disciplina do trabalho assalariado, assim, surgiram as “*leis para conter a vagabundagem*”. Essas leis possuíam as mais diversas sanções desde prisão até tortura e escravidão. Houve muita resistência dos camponeses e vários cometeram suicídio.

Além das “*leis contra a vagabundagem*”, surgiram leis para regular o trabalho assalariado. A legislação impunha valores de salário. “A burguesia emergente requer e usa a força do Estado para “regular” o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites favoráveis à produção de mais-valor, a fim de prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência” (MARX, 2017, p. 809). É importante ressaltar que enquanto acontecia todo esse processo de expropriação das terras camponesas, as cidades retomavam sua importância e dinâmica comercial.

As inovações tecnológicas também serviram para a expulsão de parte da população do campo. Com a invenção da *Jenny*², os tecelões-agricultores³, gradativamente, proletarizaram-se e passaram a viver apenas da venda do seu próprio trabalho, em troca de um salário. Isso ocorreu da seguinte forma: com a inovação tecnológica tornou-se possível fabricar mais tecidos. Como consequência, os preços dos tecidos baixaram, a demanda cresceu, os salários aumentaram e os tecelões-agricultores começaram a abandonar a agricultura e passaram a se dedicar apenas à atividade de fiação. Ao mesmo tempo, a burguesia começou a comprar máquinas, movidas pela força hidráulica, e ao colocá-las em prédios, o que permitiu a diminuição do número de trabalhadores (ENGELS, 2010a). Nesse sentido, podemos afirmar que “[...] os primeiros proletários surgiram em decorrência da implementação das indústrias, que foram o seu produto imediato” (ibidem).

O crescimento do mercado externo de tecido exigiu um aperfeiçoamento constante das máquinas. Com a inovação contínua da maquinaria, o trabalho fabril tornou-se hegemônico na produção de tecidos de algodão, pois era impossível para o fiandeiro isolado arcar com a rápida inovação tecnológica, possível apenas para a burguesia. É importante destacar as considerações de Marx sobre o desenvolvimento das forças produtivas. Para o autor, o aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho barateiam as mercadorias e a maquinaria torna-se um meio para a produção de mais-valor (MARX, 2017). Em Engels temos como produto da industrialização:

[...] As consequências disso foram, por um lado, uma rápida redução do preço de todas as mercadorias manufaturadas, o florescimento do comércio e da indústria, a conquista de quase todos os mercados estrangeiros não

2 A *Jenny* é uma máquina de fiar manual inventada em 1764 pelo tecelão James Hargreaves.

3 Os tecelões-agricultores viviam com suas famílias no campo. “As mulheres e os filhos fiavam e, com o fio, o homem tecia – quando o chefe da família não o fazia o fio era vendido” (ENGELS, 2010, p. 45). Essas famílias abasteciam o mercado interno de tecido. Quando sobrava dinheiro investia no arrendamento de terra e trabalhava na agricultura.

protegidos, o crescimento veloz dos capitais e da riqueza nacional; por outro lado, o crescimento ainda mais rápido do proletariado, a destruição de toda propriedade e de toda segurança de trabalho para a classe operária, a degradação moral, as agitações políticas (ENGELS, 2010a, p. 50).

Assim, com o surgimento do sistema fabril, várias pessoas migraram do campo para a cidade para trabalhar nas fábricas, resultou em um crescimento veloz dos centros urbanos industriais. Vale lembrar que a Grã-Bretanha reestruturou antecipadamente o seu espaço agrário com o Movimento do Cercamento das Terras do século XVI a XVIII, que liquidou o cultivo comunal de alimentos típicos da Idade Média. Essa ação transformou a Grã-Bretanha em um país de grandes proprietários de terra e, de outro lado, de trabalhadores rurais contratados; cumpre assinalar que houve resistência dos camponeses contra a expropriação das suas terras comunais. Ao serem derrotados por um novo modo de produção em curso, o capitalismo, para a maioria deles não restou outra saída senão migrarem para as cidades com a consolidação da expropriação das terras (HOBSBAWN, 1991). Para Engels:

[...] A veloz expansão da indústria determinou a demanda de mais braços; os salários aumentaram e, em consequência, batalhões de trabalhadores das regiões agrícolas emigraram para as cidades – a população cresceu rapidamente e quase todo acréscimo ocorreu na classe dos proletários. [...] Surgiram assim as grandes cidades industriais e comerciais do Império Britânico, onde pelo menos três quartos da população fazem parte da classe operária e cuja pequena burguesia se constitui de comerciantes e pouquíssimos artesãos (2010a, p. 59).

As condições de moradia do nascente proletariado eram as mais degradantes e degradadas. Nas áreas distantes, longe da vista da burguesia, moravam os proletários nos chamados “bairros de má fama”. Segundo Engels (2010a), toda cidade industrial da Inglaterra continha-se de ambientes como estes. Tais bairros encontravam-se em situação de deterioração: as ruas eram sujas, sem calçamento e com esgotos correndo a céu aberto com crianças a mendigar e a brincar nestes rios de imundices em companhia dos pequenos animais domésticos que coabitavam os mesmos espaços de moradia proletária. Vários trabalhadores dividiam a mesma habitação. Muitas vezes, as famílias se amontoavam em apenas um cômodo e as casas não possuíam a menor ventilação⁴ e comumente localizavam-se em porões escuros em níveis abaixo das ruas o que fazia escoar para dentro destes buracos putrefatos também a insalubridade das ruas. Insalubridade que os tornava bairros focos de várias epidemias. Além disso, o sistema fabril ocasionou um aumento significativo de pessoas em

4 De acordo com Engels (2010) a falta de ventilação combinado com a fuligem advinda das chaminés das fábricas causavam doenças respiratórias nos trabalhadores.

situação de rua, ao ponto de Marx e Engels, em *A ideologia alemã* (2009), os denominar de lumpemproletariado, aqueles que compunham uma massa indefinida e desintegrada, formada por miseráveis, alvo da força repressiva dos Estados, a polícia.

Segundo Bresciani (1990) os bairros pobres de Londres eram desconhecidos e seus habitantes eram considerados selvagens. Esta é a visão predominante nas décadas de 1880 e 1890. Cientistas comparavam os moradores destes bairros com a população da África e da Polinésia, que na época, eram vistos como selvagens.

[...] Londres vai se tornando, dessa maneira, o outro lado da moeda, o símbolo das más consequências da vida urbana e da industrialização. Nela podem se acomodar os dissolutos, os preguiçosos, os mendigos, os turbulentos e os esbanjadores de dinheiro. Vê-se, portanto, reputada como o grande desaguadero daqueles despidos das qualidades necessárias para integrar as fileiras do operariado fabril. A alternativa do emprego casual ou de formas menos honestas de sobrevivência, fazem da cidade de Londres o símbolo do *resíduo social*, aqueles homens que se encontram *fora da sociedade* (BRESCIANI, 1990, p. 42).

Assim, os centros urbanos industriais eram sinônimos de caos e miséria, representavam um perigo para a ordem política capitalista.

A multidão de desempregados e trabalhadores pobres virou símbolo dos centros urbanos industriais. Em Londres representavam uma ameaça econômica nos seus mais diversos aspectos como desemprego, doenças e fome, sendo levados para o aspecto moral (BRASCIANI, 1990). Segundo Engels (2010b), o operariado inglês foi durante décadas modelo para o proletariado de outros países, pois era tímido e não reivindicava seus direitos, sendo obediente ao patrão. É importante destacar a característica religiosa da sociedade inglesa influenciou ideologicamente a sua classe operária.

Na transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista era de interesse da burguesia se livrar dos grilhões ideológicos impostos pela Igreja católica “[...] toda a luta contra o feudalismo revestia na época um disfarce religioso e devia, em primeiro lugar, ser dirigida contra a Igreja” (ENGELS, 2010b, p. 32).

Thompson (1987) aponta que a massiva mobilização dos trabalhadores na Revolução Francesa despertou o medo dos pobres nas classes possuidoras da Inglaterra. De acordo com o autor tal classe sentiu a necessidade de controlar as casas dos trabalhadores. As medidas sugeridas variavam desde uma polícia mais eficiente – ou seja, com maior poder de repressão – até o incentivo a Religião.

A burguesia havia entendido que era necessário um freio moral para o povo, e a religião teve papel fundamental. A Reforma Calvinista teve um papel essencial, criou uma religião condizente com o surgimento da sociedade burguesa. “[...] Sua doutrina de predestinação era a expressão religiosa do fato de que, no mundo comercial da concorrência, o sucesso e o insucesso não resultam nem da atividade, nem da habilidade do homem, mas de circunstâncias independentes de seu controle” (ENGELS, 2010b, p.33). Dessa forma, surgiram vários partidos republicanos na Inglaterra que adotaram a doutrina calvinista. Esta fração da burguesia era considerada por tal autor a mais avançada da época, pois usava a religião como ferramenta de controle e opressão social.

Apesar do controle social da religião, houve diversos processos de resistência. Thompson (1987) salienta que no final do século XVIII e início do século XIX houve uma eclosão dos crimes contra a propriedade, como roubos e formas primitivas de rebelião industrial – quebra de tear, derrubada de cerca no processo de cercamento das terras comunais. Segundo o autor para tais crimes era aplicada a pena de morte.

Nesse período, a escassez, o aumento do preço dos alimentos, a cobrança de pedágio combinados com o movimento de fechamento das terras comunais propiciou o surgimento de insurreições fragmentadas. A participação de um grande número de pessoas garantia a imunidade.

Tais “motins” eram tidos pelo povo como atos de justiça, e seus líderes eram considerados heróis. Na maioria dos casos, culminavam na venda imposta de alimentos ao preço popular ou costumeiro, análogo à “*taxation populaire*” francesa, e o dinheiro apurado era entregue aos proprietários (THOMPSON, 1987, p. 68).

A ação direta emerge como a principal forma de atuação (ibidem). Thompson (1987) destaca o luddismo como exemplo de utilização de ação direta. Para o autor este movimento “[...] Era uma forma de ação direta nascida sob condições específicas, muitas vezes altamente organizada e com a proteção da comunidade local”. Tal movimento demonstra como o nascente proletariado, apesar das suas limitações, resistiu ao processo de industrialização e expulsão do campo, e o sentimento de solidariedade cultivado entre os trabalhadores.

As *trade unions*⁵ foram importantes para a organização do operariado nas fábricas. Junto com o movimento cartista elaborou a carta para o povo, esta que teve trechos adicionados posteriormente à constituição.

5 Organizações que posteriormente evoluíram para o que hoje chamamos de sindicatos.

Na década de 1880, houve o aumento do desemprego e da fome que deu início a uma assembleia de 20 mil desempregados em Londres. Esse movimento gerou uma tensão na sociedade londrina, que começou a enxergar nessa multidão um potencial revolucionário semelhante ao da Revolução Francesa (BRESCIANI, 1990). Mas, a tensão sempre ficou no nível econômico, pensando a pobreza a partir desta visão.

Em Paris, a multidão de desempregados do século XIX era vista como uma ameaça política pela classe dominante parisiense. Vale destacar que a classe operária francesa se despiu das amarras religiosas, no processo da Revolução Francesa, que diziam que o homem nasceu predestinado a ser pobre (Engels, 2010b). Considerando esse contexto de ameaça política, Bresciani (1990, p. 109-110) destaca como a multidão era vista de maneira diversa na França:

A questão da multidão amotinada se coloca de maneira bastante diversa na França do século XIX. Aqui, os parisienses, orgulhosos de sua civilização, temem as depredações e o constrangimento do espetáculo das multidões famintas, mas temem, sobretudo, as *jornadas revolucionárias*. Seu temor se fixa numa imagem de grandeza assustadora: aquela de homens fazendo valer suas experiências através do controle das instituições políticas; pondo, portanto, na ordem do dia, o assédio e a ocupação das praças e dos edifícios públicos. O espectro das multidões incontroláveis dos anos revolucionários faz-se presente a cada momento da vida cotidiana, como força em repouso de uma sociedade que se autoconcebe sobre o marco do acolhimento da pobreza no campo da política (Ibidem).

O povo na França era associado as ideias revolucionárias, o que causava tensões na burguesia francesa. Ao chegar ao poder político e econômico não interessava a essa classe a ascensão de ideais revolucionários e o medo que os pobres fizessem uma insurreição revolucionária só crescia. Desta forma, a estratégia burguesa foi prevenir e abafar ao máximo o avanço do espectro comunista e socialista, que estava na ordem do dia na Europa. Segundo Freitas

O Segundo Império de Luís Bonaparte foi uma saída autocrática para a crise econômica que assolou a Europa, particularmente a França, nos anos de 1840; Era parte do intuito do golpe autoritário, evidentemente, a proteção da propriedade e a prevenção de novos levantes revolucionários (2021, s/p).

Esse governo submeteu os trabalhadores a repressão e controle. Houve o agravamento das condições de vida dos trabalhadores do campo e da cidade. Além disso,

durante o império de Luís Bonaparte a França se envolveu em uma política de guerra, expansionista e imperialista.

Não houve um ano sequer sem que a França estivesse envolvida em projetos bélicos, que se estenderam por quase todos os continentes do planeta: campanhas na África e ocupação da Argélia (1852-1857), participação na Guerra da Criméia (1853-1856), ocupação da Itália (1858-60), intervenções na Síria (1860) e guerra civil mexicana (1861), e, finalmente, a invasão da Conchinchina (1861) (BARSOTTI, 2001, p. 91).

Os diversos conflitos que a França se envolveu, combinado com a crise econômica de 1857, fez crescer os grupos de oposição. O proletariado francês retoma a cena política na década de 1860. Diversos grupos com diferentes correntes de pensamento surgiram nesse período. A derrubada da Lei Chapellier, que impedia a organização dos trabalhadores em sindicatos, como medida liberal do imperador, favoreceu a auto-organização do operariado que ingressara na recém-criada Associação Internacional de Trabalhadores (ibidem).

No que se refere à urbanização, a França avançou mais lentamente que a Inglaterra. Até a Reforma Urbana de Paris (1852-1870), a capital francesa ainda possuía traços de uma cidade medieval com vielas, falta de saneamento e ruas estreitas. Bresciani (1990, p. 13) comenta que

[...] É bem verdade que a chegada da noite, da “amável noite”, também se faz desejada pelos que trabalharam; nessa hora o operário curvado pelo cansaço retorna ao leito. Esse configura, porém, um movimento de recolhimento, da intimidade circunscrita ao interior das casas. Os combates do dia se interrompem, os soldados do trabalho repousam, os demônios despertam e preenchem o espaço urbano. A multidão é outra. O formigar das prostitutas, os escroques atentos junto às mesas de jogo, os ladrões na sua labuta silenciosa: tais são seus componentes. Também o barulho da noite se faz com outros sons: o assobio das cozinhas, a algazarra dos teatros, o troar das orquestras, o ruído áspero e tenso das mesas de jogo (ibidem).

A Renovação de Haussman criou uma capital moderna com avenidas largas, rede de infraestrutura para telegráfos e ferrovias, uma cidade que serviu perfeitamente para os propósitos capitalistas. Na reforma, as moradias precárias dos trabalhadores que habitavam as áreas centrais foram removidas e construiu-se imóveis que serviram ao capital imobiliário-financeiro. Assim, o proletariado parisiense foi habitar a parte leste e oeste da cidade, no que ficou conhecido como “a outra Paris” (FREITAS, 2021). Esta configuração espacial facilitou a auto-organização dos trabalhadores.

A “outra Paris”, a leste, era convulsionada por debates diários acalorados em praças públicas, conduzidos pela variedade de radicais, blanquistas, socialistas, a léguas do rio Sena. Estes encontros forjaram uma nova cultura de rua ao som de novas baladas revolucionárias da época, enquanto fortalecia as organizações sindicais, as cooperativas barriais e iniciativas de mulheres trabalhadoras (estas últimas foram o gérmen da União de Mulheres para a Defesa de Paris e Cuidado com os Feridos, importante referência política organizativa durante a própria Comuna) (FREITAS, 2021, s/p).

As contradições da vida política francesa afloraram a partir de 1870. Com o assassinato do jornalista Victor Noir nesse mesmo ano, pelo primo do Imperador Pierre Bonaparte, houveram diversas manifestações de trabalhadores e Luís Bonaparte manda prender os membros da associação internacional. Para tentar conter a crise, o bonapartismo aposta no conflito externo para tentar manter o sentimento de unidade nacional e conter os conflitos internos. O alvo da vez é a Prússia de Bismark, que estava se industrializando e em processo de unificação. Em 19 de julho de 1870 Napoleão III declara guerra à Prússia dando origem a Guerra Franco-Prussiana (BARSOTTI, 2001).

A guerra se desenvolve em seis semanas: vitória francesa em Sarrebruck (1º de agosto), derrota em Wissembourg (3 de agosto), decretação do estado de sítio em Paris (7 de agosto), cerco e rendição de Napoleão III em Sedan (2 de setembro). A farsa do 18 Brumário de Luis Bonaparte termina na tragédia de Sedan, onde o imperador, 32 generais, um marechal, 96 mil homens, sendo que 14 mil feridos são feitos prisioneiros (ibidem).

Os republicanos declaram o fim do império e o início de uma nova república, declaram o general bonapartista Trochu como presidente da república, a fim de defender a França das forças inimigas. A derrota da França em Sedan deixa o caminho aberto para os prussianos marcharem para Paris. Para tentar conter o inimigo armas são entregues ao povo francês. Vários trabalhadores ingressam na Guarda Nacional, até então composta em sua maioria pela burguesia. Temeroso da força do proletariado Trochu planejou batalhas entreguistas à fim de aniquilar os trabalhadores que compunham a Guarda Nacional (ibidem).

A derrota de Metz e os rumores de armistício aumentam a indignação popular. Trabalhadores e um batalhão da Guarda Nacional comandado por Flourens ocupam a sede da municipalidade (31 de outubro) e aos gritos de “Viva a Comuna!” destituem o governo. Em pouco tempo os soldados de Trochu retomam o Hotel de Ville, aprisionam 60 amotinados e segue-se a repressão com a interdição de associações, supressão de jornais e a condenação de Flourens e Blanqui (ibidem, p. 94).

Em janeiro o Comitê Central Distrital declara “A praça ao povo, a praça à Comuna”. A burguesia com a sua tendência mais reacionária declara no jornal *Le figaro* “Adiante contra os prussianos, mas contra os comunardos também”. A partir daí segue a ofensiva dos republicanos contra a Paris. De acordo com Engels (2011) a burguesia percebe que com o proletariado armado ela não conseguiria a sua dominação. Thiers (novo líder eleito) faz uma tentativa de desarmar a Guarda Nacional se apropriando dos canhões. A notícia chega à cidade e uma multidão de proletários e Nacional toma às ruas. As mulheres ficaram na linha de frente, situação que fez o exército republicano hesitar e não abrir fogo contra os comunardos. “Durante todo o dia o movimento cresce, a Guarda Nacional ocupa posições por toda a cidade e, às 3 horas da tarde, batalhões desfilam diante do Hotel de Ville. A Thiers só resta ordenar a retirada do exército regular para Versalhes” (BARSOTTI, 2011, p. 95).

Na noite de 18 de março de 1871 é proclamada a Comuna de Paris, primeira revolução proletária da história, colocou em prática outra forma de governar, uma democracia dos e para os trabalhadores.

Aniquilando com estas medidas os mecanismos puramente repressivos do aparato estatal situado acima e independente da sociedade, a Comuna conservou apenas as funções legítimas estruturadas e controladas segundo o regime comunal. Demolindo a base material e física do antigo governo, toda iniciativa e a administração pública está nas mãos do controle comunal (ibidem, p. 96).

No âmbito da questão urbana a Comuna de Paris enfrentou a lógica hegemônica da produção do espaço capitalista. Durante os meses da comuna várias mudanças foram estabelecidas de acordo com os ideais socialistas de sociedade: os aluguéis foram suspensos, as decisões políticas era definidas considerando os territórios e vários imóveis foram usados para a moradia (FREITAS, 2021).

Todas as necessidades imediatas à sobrevivência se transformam em gratuidade; as jornadas de trabalho são encurtadas, o solo urbano deixa de ser renda fundiária e se torna um uso sem a determinação formal da mercadoria. Os veículos são proibidos e as ruas são tomadas apenas pelos pedestres por decisão coletiva (Ibidem).

Assim, a primeira experiência revolucionária socialista da história mudou a lógica da cidade capitalista, colocando o solo urbano a serviço dos trabalhadores e a gerenciando de

forma democrática. A Comuna deixou legado para as revoluções que viriam acontecer no século XX.

Voltando à Inglaterra, no início do século XX, já na fase do capitalismo monopolista, Jack London, em *O povo do abismo*, denuncia poética e fortemente a vida dos trabalhadores e do lumpemproletariado de Londres. No centro do maior império capitalista da época, um contingente de miseráveis – de trabalhadores empregados e desempregados – recorriam às esmolas e à “caridade” institucional religiosa.

Em vários trechos do livro, London relata as condições de demasiada precariedade destes trabalhadores paupérrimos que serviam como exército industrial de reserva⁶. A maioria trabalhava cerca de 10 horas por dia, e ganhava um salário baixo que era suficiente apenas para comprar pão e alugar um quarto de cerca de 6 m² para viver amontoados com a sua família em circunstâncias deploráveis, tais quais semelhantes às descritas por Engels meio século antes.

Os trabalhadores que não conseguiam emprego vagavam famintos e maltrapilhos pelas ruas e à noite partiam a procura de abrigos para sem-tetos. Estes eram em sua maioria idosos, doentes, desempregados e acidentados, aqueles que o capitalismo finge não existir. As filas nos abrigos eram enormes e muitos não conseguiam uma cama e um teto para descansar durante a noite e partiam exaustos vagueando pelas ruas de Londres.

A situação das habitações da classe trabalhadora da Inglaterra melhorou no início do século XX com a implementação de políticas sociais voltadas para este setor e também com os avanços das condições de saneamento nos bairros proletários. Segundo Rolnik (2019) durante gerações foi desenvolvido neste país o ideal de que a moradia é um direito universal. De acordo com a autora antes e depois da Primeira Guerra Mundial a pauta da moradia estava em alta nos planos do governo.

No pós-Segunda Guerra Mundial uma verba foi destinada para a reconstrução de habitações destruídas pelos bombardeios. A partir da década de 1950 o capitalismo monopolista se firma no cenário mundial e traz várias mudanças para a classe trabalhadora. Houve vários avanços democráticos conquistados através da luta dos trabalhadores que se refletiram no ganho de direitos sociais. No Estado de Bem-Estar Social a moradia se constituiu como um dos pilares deste período. Assim, devido a essas políticas o país – durante

6 Conceito apresentado por Marx no livro I do capital. Consiste na força de trabalho excedente que não é absorvida pela produção capitalista, o pilar do desemprego estrutural do capitalismo.

um tempo – contou com um estoque de moradia pública que atendia a classe trabalhadora mais precarizada e diminuiu os efeitos do problema estrutural da moradia.

Quando o capitalismo entra em mais uma crise, na década de 1970, as políticas neoliberais implementadas por Margaret Thatcher desmontaram as políticas sociais de moradia.

[...] Políticas e instituições foram criadas para desregular os sistemas de financiamento de moradia, privatizar as *council housing* e reduzir gastos públicos, exceto aqueles relacionados a benefícios fiscais e outras formas de subsídio à propriedade individual da moradia. A Lei da Moradia de 1980 que visava “dar segurança da posse”, introduziu o “direito à compra” (*right-to-buy*) como elemento central nessa nova abordagem (ROLNIK, 2019, p. 44).

Tal desmonte das políticas sociais de moradia trouxe impactos para a população de baixa renda que até hoje sofre com esse desmantelamento. Rolnik (2019) aponta que os que mais sofrem com a crise habitacional da Inglaterra são os mais jovens, isto porque, o aumento do desemprego, os baixos salários e as dificuldades para adquirir a casa própria contribuíram para este cenário.

1.3 – A URBANIZAÇÃO NO CAPITALISMO BRASILEIRO

Como demonstramos no item anterior, o processo de industrialização e urbanização estão imbricados no modo de produção capitalista. O desenvolvimento da indústria expulsou vários camponeses de suas terras e os transformou em trabalhadores assalariados nas cidades. Ao chegar aos centros urbanos os proletários viveram com péssimos salários e condições de higiene. Com a emergência de políticas sociais a situação melhorou, mas está regredindo desde a reestruturação produtiva. A seguir veremos como foi o desenvolvimento da urbanização brasileira e suas especificidades.

O processo de urbanização nos países latino-americanos aconteceu de forma diferente dos países europeus. Durante o período colonial foram fundadas várias cidades com o intuito de firmar o domínio de determinado país sobre o território. Segundo Santos (1993) a urbanização começa a se desenvolver no Brasil no século XVIII e ganhou maior relevância no século XIX. Dessa forma,

O Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte

por suas relações com o mundo exterior. Havia, sem dúvida, para cada um desses subespaços, polos dinâmicos internos. Estes porém, tinham entre si escassa relação, não sendo interdependentes (SANTOS, 1993, p. 26).

Assim, durante muitos séculos as cidades mais dinâmicas estavam localizadas no litoral, mas eram cidades coloniais. A urbanização nos moldes capitalista começou, de fato, no início do século XX, quando este modo de produção se torna hegemônico no país.

A partir da década, de 1930 o Brasil passa por transformações profundas em suas relações de produção e forças produtivas, agudizadas pelo contexto mundial de crise. Esse processo caracterizou-se pela efetivação de um padrão industrial, concentrado a partir das chamadas indústrias de bens de capital e intermediários, na região de São Paulo.

De acordo com Lima (2004) a entrada do Brasil na economia urbano-industrial é posterior à fase concorrencial capitalista nos países centrais. Dessa forma, o país vai se inserir integralmente no circuito internacional de valorização do capital já na fase monopolista. Tal modo de integração na Divisão Internacional do Trabalho intensificou a dependência do Brasil com o capital internacional.

A industrialização teve papel fundamental no crescimento dos centros urbanos brasileiros, sendo fundamental para o processo de urbanização do território. Com a Grande Depressão de 1929, a economia brasileira, baseada na exportação de café, entrou em crise. Diante desse cenário, o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) adotou medidas macroeconômicas para impulsionar a economia. A principal delas consistiu em impulsionar a industrialização, até então incipiente no país (FURTADO, 2007). O Estado participou ativamente desse processo através da construção de infraestrutura, da fundação de estatais, da proteção a empresas nacionais e da implementação de leis trabalhistas. O setor industrial mais impulsionado foi o de bens de consumo. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, o Brasil começou a produzir os produtos que importava dos países envolvidos na guerra.

A urbanização trouxe mudanças para a vida nas cidades e também para o mundo do trabalho. Lima (2004, p. 85) aponta que

O surgimento da fábrica como unidade produtiva e a decorrente complexidade da divisão social e técnica do trabalho provocaram importantes redefinições na vida urbana. Já que a industrialização surgiu como processo exclusivamente urbano, o crescimento da urbanização excede, amplamente, a expansão da indústria. Assim, a urbanização aconteceu em ritmo superior ao da oferta de empregos no setor secundário e, no terciário, associado à industrialização, ocorrendo intenso crescimento da

economia informal, além da criação de abundante exército industrial de reserva.

A reafirmação do capitalismo monopolista no cenário mundial – na década de 1950 – os países da periferia capitalista se introduzem no processo de industrialização e abre espaço para a expansão de empresas de países do centro nesses locais (ibidem). Suzigan (2000) aponta que no Brasil foram desenvolvidas políticas de concertação entre Estado e agentes privados e forças políticas e setores regionais organizaram-se para receber recursos para aplicar no capital industrial. Dessa forma, a urbanização brasileira se desenvolveu para atender as necessidades do novo modo de acumulação, sendo preciso criar estruturas para dar suporte as novas demandas, tais como: mobilidade, comunicação, consumo (OLIVEIRA, 2003).

Nesse período, o campo brasileiro também passou por sucessivas transformações. Vale lembrar que a concentração de terras no campo brasileiro é um problema estrutural, presente na sociedade brasileira associada à sua formação territorial e aprofundada com a Lei de Terras de 1850, quando é criado o mercado de terras e, concomitantemente o mercado de trabalho no Brasil. A expulsão dos escravos libertos do campo, era a maneira de dificultar o acesso à terra de imigrantes e de ex-cativos, tendo em vista os avanços abolicionistas ocorridos até aquela data. A partir desse marco, só quem conseguia acessar esse bem natural era quem podia pagar. Se institui aí o reconhecimento do proprietário juridicamente definido em lei. A terra passa a ter um valor econômico e social e se mantém sendo sinônimo de poder. A terra passa então a se constituir um bem privado em virtude do processo de sua mercantilização. Essa quadra histórica, de acordo com a assertiva de Stédile (2016), faz da Lei de terras, ao mesmo tempo a criadora do mercado de trabalho no Brasil e a mãe das favelas urbanas.

A busca pela favela, os guetos urbanos, lugares em grande medida insalubres na passagem do século XIX para o XX, é a procura por moradia, pelo direito à cidade. Assim, o conjunto das leis abolicionistas, a Lei do ventre Livre, a Lei Eusébio de Queirós, a Lei Áurea, Lei dos Sexagenários, elas não vieram acompanhadas da garantia de condições de reprodução social dos ex-escravos, seja no campo ou na cidade. Elas emergem associadas aos avanços do capitalismo no Brasil e concernente avanço de uma burguesia industrial ansiosa por força de trabalho barata, e ainda ao controle político de uma aristocracia rural. Assim, a liberação dos escravos e o seu impedimento em se tornarem camponeses os levou a se dirigirem em grande

quantidade para as periferias das cidades e a se venderem como mercadorias, agora não mais no regime da escravatura, mas no da extração da mais valia capitalista. Pobres, despossuídos de quaisquer bens materiais e direitos, eles se dirigiram para cidades onde poderiam se inserir nos mercados de trabalho nascentes. Nas regiões portuárias foram adequados do ponto de vista do empresariado, uma vez dotados de força física para carregos e descarregos de navios. Às mulheres couberam as cozinhas da cidade. Impedidos de tomar posse de terrenos e terem onde morar, eles foram ingressando nas áreas de piores terrenos, nos morros íngremes, que não despertavam interesse dos capitalistas.

Segundo Lima (2004) a urbanização acelerada não foi capaz de oferecer emprego nos setores secundário e terciário, gerando um crescimento da economia informal e a consequente formação do exército de reserva. A intensificação da industrialização agravou o fenômeno da autoconstrução de moradias, prática que recai sobre os setores mais precarizados da classe trabalhadora. Cabe ressaltar que este modelo de construção surgiu no início do século XX e foi a alternativa da classe trabalhadora para assegurar seu teto e sobrevivência na cidade. Oliveira (2003) analisa que ao construir a sua casa o trabalhador reduz o custo monetário da sua própria reprodução, condição que favorece a acumulação de capital.

Maricato (1982) aponta que a autoconstrução é a forma que a classe trabalhadora encontra de resolver a falta de moradia. Além disso, a autora destaca que tal prática não se resume a construção de habitação, pois também há a construção de creches, escolas e igrejas e melhoramento de ruas, pontes e saneamento em bairros que não possuem infraestrutura. Desta forma,

A autoconstrução se estende portanto para a produção do espaço urbano e não se restringe aos meios de consumo individual. [...] O assentamento residencial da população migrante em meio urbano, fundamental para a oferta larga e barata de mão-de-obra, se faz às custas de seu próprio esforço (MARICATO, 1982, p. 80).

A autoconstrução é realizada nos finais de semana, consumindo o tempo livre do trabalhador e um consequente alongamento da jornada de trabalho. As casas são construídas nas periferias e favelas das cidades.

Nos anos de 1960, do século XX, com o Golpe de 1964, o Governo Militar criou diversos subsídios para uma modernização agrícola que ficou conhecida como Revolução Verde. De acordo com Octaviano (2010, s/p), “Essa revolução foi introduzida no país na época da ditadura militar, nos anos 60 e 70, com as mesmas características do restante do

mundo, uma vez que o modelo sustenta a premissa de que a agricultura pode ser industrializada”. O discurso predominante era que esse pacote de medidas serviria para acabar com a fome, aumentando a produção de alimentos através da inserção de agrotóxicos e máquinas no campo. Porém,

Além de não ter resolvido os problemas nutricionais e da fome, a Revolução Verde também é reconhecida por aumentar a concentração fundiária e a dependência de sementes, alterando a cultura dos pequenos proprietários que encontraram dificuldades para se inserir nos novos moldes” (OCTAVIANO, 2010, s/p).

Assim, o que ocorreu foi o aumento da mobilidade do trabalho campo-cidade no Brasil. Vários camponeses perderam suas terras e vários trabalhadores assalariados rurais ficaram desempregados, e migraram para as cidades, sobretudo os grandes centros urbanos do Sudeste. Vale ressaltar que a expropriação do campesinato e sua transformação em proletário urbano foi necessária para a formação de um exército de reserva. Oliveira (2003) aponta que a transformação da população em exército de reserva foi uma das bases para o novo modo de acumulação que estava sendo instaurado no país, modificando as relações entre capital-trabalho e um conseqüente rebaixamento do valor da força de trabalho urbana. De acordo com Santos “A urbanização também aumenta porque cresce a quantidade de agricultores residentes nas cidades” (1993, p. 52). Além da Revolução Verde, várias foram as medidas que corroboraram com a expropriação camponesa nesse período. O Estatuto da Terra corroborou com o aguçamento da questão agrária no país, uma vez que foi criado na Ditadura Militar (1964-1985) como medida para impedir a reforma agrária e tentar conter as diversas lutas camponesas que se desenvolviam no campo. Fernandes (1999, p. 32-33) avalia que

[...] Na pretensão de ter o controle sobre a questão agrária, o governo planejava usar o Estatuto da Terra, conforme a sua concepção de reforma agrária, em que constavam a utilização da tributação e os projetos de colonização, de modo que a desapropriação era uma exceção. No entanto, no final da década de setenta, o aumento do número de conflitos fundiários obrigou o presidente da República a utilizar, intensamente, o recurso da desapropriação.

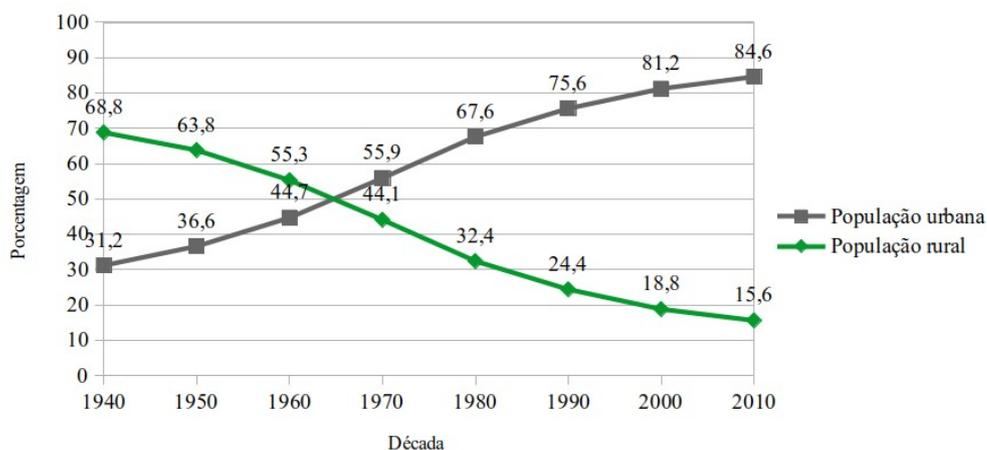
O Estatuto da terra foi elaborado de acordo com os interesses do capital. Em uma exaltação da terra produtiva, tinha a perspectiva de desapropriar toda a terra que era improdutiva e não dava lucro. Não havia uma delimitação elucidativa sobre o que era produtivo e improdutivo. Na realidade perpetuou o latifúndio, pois não desapropriou nem o

produtivo, nem o improdutivo. Quando não havia a possibilidade de conter o conflito eram entregues aos camponeses terras marginais fora do interesse imediato do capital (SAMPAIO JR, 2010). A reforma agrária que era possível no contexto da ditadura militar se conformou como uma contrarreforma agrária. Seu propósito foi a preservação da base do poder econômico e político do latifúndio.

[...] A modernização acelerada da agricultura e o elevado crescimento da indústria vieram acompanhados da continuidade da pobreza no campo e de um processo caótico de urbanização acelerada que generalizou o problema do subemprego – até os anos 1960, um fenômeno basicamente rural – para as grandes metrópoles. Assim, no fim da década de 1970, após quase 50 anos de vigoroso crescimento econômico, o Brasil concluiu o processo de internalização das estruturas fundamentais da Segunda Revolução Industrial com praticamente um quarto de sua força de trabalho subempregada, sendo que quase 60% deste contingente vivia nas cidades (ibidem, p. 209).

No gráfico (ver gráfico 1) observa-se a evolução da taxa de urbanização da população brasileira em comparação com a população rural. Na década de 1940, mais da metade da população brasileira vivia no campo (68,8%). Na década de 1960, a população rural ainda era maior correspondendo a 55,3%. Na década seguinte, a população urbana correspondeu a 55,9% e cresceu gradativamente nas décadas seguintes, alcançou 84,6% no último censo demográfico (2010). A análise dos dados de população permite considerar que na medida que a industrialização brasileira foi se desenvolvendo, a migração campo-cidade se aprofundou. A partir da década de 1970, pela primeira vez, a população urbana ultrapassou a população rural e o Brasil tornou-se um país predominantemente urbano.

Gráfico 1: População brasileira (1940-2010)



Elaboração: Joyce Kelly de Jesus Santos

Fonte: IBGE, censo demográfico, 1940-2010

A mobilidade do trabalho campo-cidade⁷ decorreu principalmente, em direção aos grandes centros urbanos, com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro. Santos (1993) afirma que a urbanização brasileira aconteceu de forma desigual e concentrada na região Sudeste. Devido à intensa migração com destino a essa região, com frequência, quem chegava às grandes cidades não tinha onde morar. Por esse motivo, posteriormente, ocupava as áreas mais periféricas e pela ausência de políticas sociais de urbanização combinadas à criminalização e à marginalização dos bairros periféricos, decorreu o “inchaço das periferias”.

As condições de moradia eram as piores e as mais diversas e dependiam do salário que cada trabalhador(a) dispunha para a moradia; havia aquele(a)s que moravam em casas coabitadas (que dividiam com familiares ou amigos), os/as que construíam sua casinha por autoconstrução⁸, os/as que alugavam moradias precárias e aquele(a)s que, com menos “sorte” acabavam em situação de rua. De acordo com Santos (1993) as grandes cidades se tornaram polo de atração para pessoas pobres que muitas vezes são colocadas em condições sub-humanas.

Na busca por trabalho ocupam e ocuparam os piores postos, cargos e setores que, por sua vez, pagavam-lhes e pagam os piores salários. A maioria desses trabalhadores ocupa postos de trabalho na indústria, trabalhos manuais, trabalhos que exigem força física e

⁷ Esse processo perdura até os dias atuais, mas em menor intensidade.

⁸ Segundo Rodrigues (2019) o sistema de autoconstrução é uma das formas da classe trabalhadora resolver seu problema de moradia. Consiste em um sistema onde o trabalhador compra um terreno em áreas periféricas, cujo o terreno é mais barato, e constrói sua casa no fim de semana com a ajuda de amigos e familiares.

serviços domésticos em prédios residenciais. Com os melhores cargos exigem níveis mais altos de escolaridade e formação técnica, condição que, em geral, parte significativa da população brasileira não possuía e ainda não possui.

O processo de urbanização brasileira ocasionou uma concentração populacional nos principais centros industriais localizados na região sudeste. Além disso, o mercado de trabalho não conseguiu absorver todo o contingente populacional que foi expropriado do campo. Isso gerou um exército industrial reserva e ao mesmo tempo aprofundou a desigualdade social já existente, concentrando a riqueza nas mãos de poucos. (FARIAS, 1991 apud LIMA, 2004).

A cidade em si, como relação social e como materialidade, tornaram-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é o suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial (SANTOS, 1993, p. 10).

Assim, as cidades brasileiras são espaços de desigualdade social e concentração de riqueza. Mas também são espaços da luta de classes e das mobilizações sociais que acompanharam o processo de urbanização e serão tratadas na próxima seção.

SEÇÃO II: A HABITAÇÃO DO TRABALHADOR BRASILEIRO NA CIDADE DO CAPITAL: DEFICIT E EMERGÊNCIA DA LUTA POR MORADIA

Saudosa Maloca

Mais um dia nem quero me lembrar
Veio os homens com as ferramentas
O dono mando derruba
Peguemo 'toda' nossas coisas
E fumos pro meio da rua
Apreciar a demolição
Que tristeza que eu sentia
Cada táuba que caia
Doía no coração (BARBOSA, 1955).

Nesta seção serão apresentadas as especificidades das habitações da classe trabalhadora nas cidades brasileiras e dados do deficit habitacional na Região Metropolitana de Aracaju, relacionando com os movimentos sociais de moradia e as políticas sociais de habitação.

Até o governo Vargas (1930-1944), o Estado não possuía nenhuma política de assistência voltada para a habitação popular. Por outro lado, a construção de moradias para fins de aluguéis era muito comum nas cidades e o preços dos alugueis eram muito altos. A maioria dessas habitações eram precárias, situação que facilitava o surgimento de epidemias (BONDUKI, 2018). A Liga dos Inquilinos surge nesse contexto, a sua principal reivindicação era que houvesse uma diminuição no preço dos aluguéis. Em 1942, Vargas estabeleceu a Lei do Inquilinato, que congelava tais preços. Bonduki (2018) avalia que essa medida deslocou os capitais que seriam investidos na construção de casas de aluguel para a indústria.

Na Ditadura Militar, o processo de industrialização se consolidada com os investimentos de capitais externos e internos. Naquele cenário, o Estado lançou uma política sócia de habitação para todo o país, que tinha como objetivo financiar moradia para a classe trabalhadora. O Banco Nacional de Habitação (BNH), criado em 1964, trouxe vários impactos para a urbanização de inúmeras cidades brasileiras, inclusive para Aracaju, que começou sua

expansão para áreas ditas periféricas, em regiões de manguezais e povoados. Com o fim do Regime Militar, em 1985, o BHN é extinto deixando uma lacuna nas políticas de moradia.

A escassez e precariedade de moradias para a classe trabalhadora acompanha a história da cidade capitalista. Cortiços e favelas estão entre as formas possíveis para esta classe se reproduzir. O mesmo Estado que elaborou políticas de moradia operou inúmeras demolições e remoções de várias famílias para a periferia

2.1 – A POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA (1930-1988) E MOVIMENTOS DE MORADIA

Os cortiços e favelas são a marca da precariedade da moradia nos grandes centros urbanos brasileiros do início do século XX. Os movimentos que lutam por moradia no Brasil também remontam ao início deste século com a criação da Liga dos Inquilinos contra os despejos e os valores dos aluguéis (BOULOS, 2015). Na década de 1940, também aconteceram manifestações no Rio de Janeiro e em São Paulo pelos mesmos motivos.

Na década de 1940 a maioria da população brasileira vivia em habitações de aluguel. O aumento da inflação e conseqüentemente do custo de vida fez com que em 1942 o governo decretasse a Lei do Inquilinato, conforme Bonduki (2018, p.16):

O decreto de lei que instituiu a Lei do Inquilinato em 1942 regulamentou as relações entre locadores e inquilinos, provocando um forte impacto na produção e acesso a habitação. A medida tomada por Vargas no momento em que o país entrou na Segunda Guerra Mundial, determinou o congelamento dos valores locativos e proibição de despejos, rompendo a tradição liberal que rejeitava qualquer interferência do Estado no mercado de locação.

Nesse período muitos proprietários construía casas unicamente com a função de serem futuramente alugadas. Isso permitiu que muitas pessoas vivessem exclusivamente da renda dos aluguéis. Para Bonduki (2018), a Lei do Inquilinato possuiu duas funções principais: a primeira consistiu em ampliar a base popular do Governo Vargas e a segunda em desestimular o investimento na construção de casas de aluguel, pois assim seria possível aplicar esses capitais na indústria. “[...] O investimento em casas de aluguel, até então muito atraente, deixou de ser interessante, estimulando a aplicação de capitais nos setores mais dinâmicos, sobretudo na indústria” (BONDUKI, 2018, p. 17). Entretanto, como houve a

redução na construção de casas de aluguel, aumentou a precariedade da habitação nas grandes cidades que começavam a receber um grande contingente de migrantes.

[...] Na realidade a estabilização dos valores locativos beneficiou poucos, ou seja, apenas os moradores já alojados em moradias de aluguel e que conseguiram resistir aos estratagemas jurídicos buscados para despejá-los, ao arrepio da lei, que não permitia a “denúncia vazia” (BONDUKI, 2018, p. 18).

Assim, os despejos aumentaram, pois os locadores, impedidos de elevarem os preços dos aluguéis, encontraram essa alternativa para aumentar o seu valor. A Lei do Inquilinato durou de 1942 a 1964.

Ferrari (2017, p. 3) analisa o papel da habitação no governo Vargas. Segundo a autora

Em meio à proposição de reorganização social colocada pelo Estado varguista, a habitação aparece como caminho para modificar as condições da classe trabalhadora, introduzindo novos hábitos e um modo de vida moderno, que romperiam com o atraso do país expresso no subdesenvolvimento, na ignorância, na injustiça social e nas práticas de produção arcaicas.

Além disso, com a deterioração das condições de vida na cidade os trabalhadores urbanos – que eram base do governo – reivindicaram seus direitos e o Estado começou a ofertar moradias populares através das Carteiras Prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs). A partir de 1930, já era possível aplicar o fundo previdenciário dos IAPs na construção de moradias, mas somente em 1937 isso começa a ser efetivado. Os institutos eram a via institucional responsável por construir ou financiar moradias para os seus associados (FERRARI, 2017; RODRIGUES, 2019).

A produção habitacional dos IAPs apresentou basicamente três tipologias: o edifício vertical isolado, o conjunto de edifícios ou blocos multifamiliares e o conjunto de residências unifamiliares. Sempre que possível os edifícios residenciais eram integrados a equipamentos comunitários e áreas verdes. Cada IAP, porém, apresentou um padrão diferenciado de produção habitacional, que se relacionava às condições socioeconômicas dos associados contemplados e, portanto, à arrecadação de cada Instituto, à atuação dos sindicatos e à consolidação de políticas próprias a cada setor de projeto. Estando em São Paulo concentrada grande parcela da atividade industrial e bancária, estas classes seriam fortemente beneficiadas pela construção de moradias através dos respectivos IAPs (FERRARI, 2017, p. 10).

Ao todo foram construídas 47.789 habitações e financiadas 72.236 moradias (RODRIGUES, 2019). Com essa política o trabalhador passa a ser proprietário e consumidor. O financiamento exerce um controle sobre o trabalho, pois ao perder o emprego o trabalhador também perde as condições de subsídio da sua moradia. Desse modo, a ideologia da casa própria cumpriu um papel fundamental no Estado Novo (1937-1945)

[...] na medida em que representava uma base material à família operária, como um símbolo do crescimento econômico e valorização do trabalhador. Era interessante ainda porque de certo modo rompia com a identidade entre propriedade e elite, repassada desde o período colonial latifundiário, fazendo da classe média e do operariado também proprietários (FERRARI, 2007, p. 3).

O governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), em resposta a crise habitacional que se desencadeou no pós-guerra, instituiu como órgão central a Fundação Casa Popular, que foi lançada em 1º de maio de 1946 e pretendia fornecer moradia para a população de baixa renda. Foi a primeira entidade a nível nacional que se propôs a oferecer moradia para tais setores da classe trabalhadora. Os recursos dependiam basicamente da União e eram limitados. De acordo com Bonduki (1998, p. 717-718)

A proposta da Fundação da Casa Popular revelava objetivos surpreendentemente amplos, demonstrando até mesmo certa megalomania (ela se propunha financiar, além de moradia, infra-estrutura, saneamento, indústria de material de construção, pesquisa habitacional e até mesmo a formação de pessoal técnico dos municípios); no entanto, sua fragilidade, carência de recursos, desarticulação com os outros órgãos que, de alguma maneira, tratavam da questão e, principalmente, a ausência de ação coordenada para enfrentar de modo global o problema habitacional mostram que a intervenção dos governos do período foi pulverizada e atomizada, longe, portanto, de constituir efetivamente uma política.

A Fundação Casa Popular por um lado representou um avanço no que diz respeito à visão do Estado sobre a questão habitacional, entretanto sofreu dificuldades e limitações na sua implementação. Através da sua criação o Estado passou a reconhecer que o problema da moradia deveria ser enfrentado por ele. Além disso, compreendia a questão da moradia para além da falta de habitação, pois o projeto englobava o saneamento, a infraestrutura e outras questões mais globais, porém dentro da lógica da propriedade privada.

Contudo, a visão clientelista e paternalista da política aliada a interesses regionais dificultou a sua execução. Além disso, a sua implementação foi um fracasso, pois para colocar

em prática um projeto de tal envergadura era necessário centralizar os recursos das IAPs e extinguir as carteiras prediais. Esta situação enfrentou muita resistência das IAPs e a proposta não alcançou os resultados esperados. A entidade durou de 1946-1964 e construiu apenas 19 mil moradias, cerca de 900 habitações por ano e não trouxe grandes transformações no cenário habitacional (RODRIGUES, 2019).

Na década de 1960, começaram os primeiros debates sobre a reforma urbana no Brasil. Esse debate foi impulsionado por setores progressistas da sociedade, que contou com vários profissionais das mais diversas áreas: arquitetos, urbanistas, engenheiros, geógrafos. A população começou a reivindicar a reforma urbana através das Reformas de Base⁹. Nesse contexto, foi realizado o Seminário de habitação e reforma urbana que

[...] foi promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e pelo Instituto de Previdência e Aposentadoria dos Servidores do Estado (Ipase), autarquia do governo federal vinculada ao Ministério do Trabalho, e representou uma tentativa de incorporar a questão urbana nas reformas de base que as forças progressistas buscavam implementar no governo Goulart (BONDUKI, 2018, p. 21-22).

Segundo Bonduki (2018), o seminário sistematizou o conjunto de propostas para enfrentar o problema habitacional através do binômio: industrialização e planejamento. Além disso, assumiu que era necessário enfrentar a especulação imobiliária visando equacionar os conflitos causados pela propriedade privada da terra e a construção em massa de moradia que deveria ser garantida pelo Estado. Ademais,

No planejamento urbano, as propostas reformistas incluíam medidas para enfrentar a renda da terra, buscando equacionar os entraves causados pela propriedade privada do solo através do planejamento, do crescimento coordenado das cidades e da disponibilização de áreas de interesse social para a produção em massa de habitação (BONDUKI, 2018, p. 24).

Essas reivindicações por mais que fossem reprimidas, não foram ignoradas completamente pelos militares. “A política de habitação, por intervir na esfera social e incidir em um dos principais problemas da sociedade que se urbanizava, conseguia associar princípios políticos de estabilidade, ao mesmo tempo em que atuava como um forte motor da economia” (LUCCHESI; ROSETTO, 2018, p.42) Dessa forma, em agosto de 1964 foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), a primeira grande política habitacional brasileira.

9 Foi uma proposta de alteração nas estruturas bancárias, fiscais, urbanas, administrativas, agrária e universitária. Eram mudanças de caráter progressista que geraram descontentamento na elite brasileira, levando ao Golpe Militar de 1964, apoiado pelos EUA.

O BNH teve como premissa melhorar a qualidade da moradia, em função do aumento populacional que a industrialização provocou. Todavia, o Banco preparou as cidades para desenvolvimento do capital monopolista que estava se estabelecendo, porque promoveu o emprego de recursos arrecadados por todos os trabalhadores, através de suas poupanças e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (FRANÇA; REZENDE, 2019, p. 2).

Este programa funcionava de acordo com os níveis de renda familiar e estava ligado ao Ministério do Planejamento. Os núcleos familiares que possuíam mais de seis salários mínimos, a habitação ficava por conta do setor privado, já para as faixas salariais menores o setor público ficava responsável através das COHAB's. Shimbo (2010, p. 64) destaca que “[...] nessa fatia de mercado, o setor privado entrava apenas na produção das unidades habitacionais, ou seja, a construção em si, e todas as demais fases, notadamente, a promoção imobiliária, eram centralizadas nas agências estatais”.

Ao longo do tempo o direcionamento e investimentos do BNH foram mudando. Lucchese e Rosetto (2018) destacam quatro períodos na história do BHN. O primeiro período (1964-1967) é a fase de consolidação do banco. É criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Assim, os depósitos mensais dos trabalhadores geravam um fundo de reserva independente do fundo fiscal. O Segundo período (1967-1971) o banco investiu mais em financiamento de moradia, porém para os setores médios da sociedade, não contemplando as famílias de baixa renda mais atingidas pelo déficit habitacional. O número de unidades habitacionais para a classe média foi quase o dobro do que os construídos pelas COHAB's no mesmo período. É importante destacar que nesse período foi protocolado o Ato Institucional nº 5 (mais conhecido com AI5) que aumentava o controle e a repressão sobre os opositores do regime militar, assim, o governo estava matendo a ordem muito mais por meio da repressão do que pela via ideológica (ibidem).

O terceiro período do BNH (1971-1979) foi

[...] quando o banco deixou de atuar diretamente e começou a repassar recursos para seus agentes financeiros operarem na aplicação e cobrança (banco de segunda linha). Foi transformado em uma empresa pública e passou a ser ligado ao Ministério do Interior. A destinação de recursos do FGTS passou a ser subdividida em Habitação (60%), Saneamento (30%) e Infraestrutura (10%) (LUCCHESI; ROSETTO, 2018, p. 44).

O quarto período (1979-1986) é definido pela alta produção, mas alta inadimplência. A extinção do BNH se deu em 1986, e até antes do governo Lula assumir, não houve política habitacional para a escala nacional. É importante destacar que mesmo com a criação do BNH:

[...] As cidades foram deixadas ao mercado e às iniciativas municipais, no que refere ao direcionamento da expansão urbana e às regras de uso e ocupação do solo. Muitos instrumentos que estavam sendo desenhados nesse país só vieram a se tornar lei com o Estatuto da Cidade em 2001” (LUCCHESI; ROSETTO, 2018, p. 42).

As lutas por moradia por fora do Estado – através dos movimentos sociais – foram retomadas na década de 1970. Gohn (1991) destaca que surgiram muitos movimentos populares que possuíam um caráter classista, mas suas pautas de luta eram isoladas: água, luz, esgoto, creches, etc., ou seja, não possuíam uma reivindicação global. Além disso, surgiam com apoio de partidos de esquerda e setores liberais que naquela conjuntura estavam unidos na luta pelo fim da Ditadura Militar. Demier (2017, p. 56) ainda destaca que

[...] Em 1978-1979, com a revogação dos atos institucionais, a anistia e a extinção do bipartidarismo (abrindo a possibilidade de construção de novos partidos políticos), foi permitida maior mobilidade para que as classes e frações de classe se organizassem na cena política.

A década de 1980 foi marcada por uma ampla mobilização dos trabalhadores, que foi importante para a queda da Ditadura Militar, os movimentos sociais recém-criados estão fortalecidos. De acordo com Maricato (2015, p. 30):

[...] Na década de 1980, foram criados novos partidos, outros partidos de esquerda saíram da clandestinidade, novas entidades operárias foram fundadas e ainda havia os movimentos sociais urbanos – uma novidade na política brasileira, pelo menos com a expressão que ganharam na ocasião.

Em 1984 foi fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que tem como principal objetivo alcançar a Reforma Agrária e popular, deste Movimento nascerá o MTST. Ainda nessa década, tem-se o fim da Ditadura Militar e a promulgação de uma nova Constituição. Cabe ressaltar que, com o fim do Regime Militar as diferenças políticas e de projeto entre as organizações de esquerda e os grupos liberais se acentuaram e a unidade, que consistia na luta pelo fim da ditadura, chegou ao fim (GOHN, 1991).

A conjuntura urbana da década de 1980 propiciou a eclosão de diversos movimentos de moradia.

[...] O desemprego, o aumento dos aluguéis, a mudança de legislação na área do solo urbano dificultando a constituição de novos loteamentos populares, o aumento desproporcional do preço das tarifas de transportes, o esgotamento dos espaços disponíveis nas favelas, etc. levaram às invasões coletivas de moradia. As diferentes formas de luta [...] todas elas já iam nascendo posicionadas, ou seja, com caráter e marcas políticas e/ou partidárias, definidas, segundo o grupo de assessoria a que se articulavam ou as posições de lideranças populares que assumiram a direção de suas ações (GOHN, 1991, p. 15-16).

Foi criado o ideário de direito e deveres do cidadão. Assim, vários movimentos sociais passaram a pautar nas suas reuniões projetos de lei (GOHN, 1991). Dessa forma, a promulgação da Constituição de 1988 teve ampla participação dos movimentos populares de moradia, mas estes não possuíam representação legislativa. A reivindicação era que a questão da moradia entrasse na Nova Constituição.

Apesar da luta dos movimentos urbanos o direito à moradia não foi promulgado na primeira versão da constituição. Entrou na redação apenas 11 anos depois na Emenda Constitucional 26/2000. A partir dessa emenda, a função social da moradia se tornou lei e todo cidadão tem direito à moradia digna.

2.2 – QUAL CIDADE PARA A CLASSE TRABALHADORA?

Apontamos na seção I que o processo de industrialização e a urbanização moderna estão imbricados. De acordo com Lefebvre (2011) a industrialização transformou radicalmente as cidades, transformando-as no *locus* da acumulação de capital. Nesse processo as condições de vida do nascente proletariado passou por diversas mudanças que foram analisadas na obra magistral e pioneira de Friedrich Engels “*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*”.

As condições de vida da classe trabalhadora eram extremamente precárias. Longas jornadas de trabalho, má alimentação, doenças e epidemias faziam parte da cotidiano de tal classe. A situação das moradias chamou a atenção de Engels (2010) que notou como os bairros e as habitações dos operários estavam mais propícios a proliferação de doenças,

devido a falta de infraestrutura e tamanho das residências. A proximidade das fábricas poluía o ar e tornava o ambiente ainda mais insalubre.

Além disso a cidade capitalista moderna aos poucos perdeu a essência do local de encontro, de lazer, da reunião e das festas, elementos que eram presentes nas cidades pré-capitalistas. Lefebvre (2011, p. 22) salienta que “[...] A vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos padrões que coexistem na cidade”.

Apoiada na leitura marxista-lefebvriana Carlos (2016a) aponta que o sentido de habitat vai além da necessidade, sendo os elementos da coletividade e da reunião de pessoas fundamental para o direito à cidade. De acordo com a autora (2016a, p. 65) o sentido de habitat foi destituído na cidade moderna, visto que

[...] o indivíduo se reduz à condição de usuário, enquanto o ato de habitar, como momento de apropriação criativa, se reduz ao morar, ou seja, à simples necessidade de abrigo. [...] O plano do vivido se encontra regulado por instituições, por códigos, por uma cultura, que se projeta na realidade prático-sensível a partir de uma ordem distante, isto é, de uma totalidade mais vasta que domina e orienta o processo por meio do Estado.

Para Lefebvre (2011) a classe dominante foi responsável por destruir a “urbanidade” e o sentido de habitat expulsando o proletariado do centro da cidade. Tal processo iniciou-se com a Reforma Urbana de Haussman que transformou os bairros festivos e animados da classe trabalhadora em bairros aburguesados, e expulsou a população para áreas mais distantes. A Comuna de Paris representou um esforço do proletariado suburbano em retomar o que lhe foi tirado: o direito de habitar o centro da cidade.

No final do século XIX a classe dominante estrategicamente se isola da vida urbana e do seu significado indo morar nos subúrbios. Segundo Lefebvre (2011, p. 24) “[...] os subúrbios, sem dúvida, foram criados sob a pressão das circunstâncias a fim de responder ao impulso cego (ainda que motivado e orientado) da industrialização, responder a chegada maciça de camponeses levados para os centros urbanos pelo “êxodo rural””. O objetivo era se afastar da violência e dos problemas urbanos. Este processo também colaborou com a transformação do sentido de habitat, pois viver bem significava morar distante da agitação da vida urbana.

Algumas frações da classe dominante transformaram o sentido de habitat puramente em mercadoria. Para eles o habitat significa ascensão à propriedade. Nessa visão o trabalhador tinha a função de ser proprietário da sua moradia (ibidem).

Tais processos ocasionaram mudanças na consciência social e incentivaram o consumo. Lefebvre (2011, p. 25) destaca qual o papel da suburbanização trouxe para o trabalhador: “[...] afastado dos locais de produção, disponível para empresas esparsas a partir de um setor de habitat, o proletariado deixará se esfumar em sua consciência a capacidade criadora. A consciência urbana vai se dissipar”.

Atualmente as condições de vida para a classe trabalhadora nas cidades é menos precária, mas a periferização se agrava cada vez mais com o aumento da especulação e dominação do mercado imobiliário que expulsa os pobres para áreas distantes das cidades. A seguir demonstraremos o processo de expulsão dos pobres para as periferias.

Os cortiços, as favelas, as vilas operárias, os bairros levantados através da autoconstrução. Muitas são as formas de habitação da classe trabalhadora nas cidades e estão ligadas as condições sociais de cada setor. Os setores mais precarizados habitam as piores moradias das cidades e quando encontram-se em locais de interesse do capital vivenciam a expulsão operada pelo Estado, para as áreas mais periféricas da cidade. Ao longo do tempo o Estado capitalista efetuou diversas remoções de cortiços e favelas com justificativas higienistas e urbanísticas. Essas ações, na maioria das vezes, foram em benefício próprio ou privilegiaram o capital imobiliário. Contudo, isso não ocorre sem resistência da classe trabalhadora. A relação Estado x Classe trabalhadora é permeada de conflitos, que também se estendem para o espaço urbano.

Até os anos de 1930, a maioria da classe trabalhadora urbana brasileira vivia em casas de aluguel, localizadas no centro da cidade. As forma mais comuns de moradia eram os cortiços, as favelas e as vilas operárias. É importante ressaltar que o investimento em casas de aluguel era visto como bastante seguro e rentável, já que havia muita demanda e nenhuma lei que regulamentasse o preço, o reajuste e as condições da habitação que estavam sendo alugadas. Assim, muitas destas estavam deterioradas e em condições insalubres, questões que facilitavam a proliferação de epidemias da época e que acabavam atingindo os bairros da elite e da classe média.

Os cortiços eram os locais de moradia coletiva de pessoas pobres predominante no início do século XX. Eram mal vistos pela elite sendo associados a sujeira, doenças e hábitos que iam contra os costumes cristãos. Rodrigues (2019, p. 46) aponta que

Nos cortiços, viver significa morarem várias pessoas em um cubículo (cômodos minúsculos), que têm várias funções: dormitório, cozinha, refeitório, etc. Os banheiros, chuveiros, tanques e pias são coletivos. O congestionamento das unidades e dos cômodos é a constante. As filas para o banho, banheiro e limpeza, tudo tem que passar por essa “coabitação” forçada.

Segundo Silva (2019, p. 413) “no século XIX, o cortiço era o lócus da pobreza, local de moradia da chamada “classe perigosa”, ele era tido como um lugar propício às epidemias, ao crime e à vagabundagem, ameaçando, assim, a ordem moral e social”. Eram bastante comuns na cidade do Rio de Janeiro, que até então era a maior cidade e capital do país. Tal tipo de moradia era mais prático e mais barato para a classe trabalhadora, pois geralmente se localizava próximo aos locais de trabalho. Por ser habitado por trabalhadores pobres, sobretudo ex-escravos, eram considerados locais indesejados. No final do século XIX, o prefeito Barata Ribeiro fez uma “guerra” aos cortiços com o discurso higienista que levou a destruição do maior deles, o cortiço Cabeça de Porco em 1893. Além disso, foram promulgadas leis que impediam a construção de novos cortiços.

A insalubridade das moradias do proletariado tornou-se um problema na medida em que as epidemias não distinguem classe social e também afetam os bairros onde habita a classe dominante. De acordo com Rodrigues (2019, p. 48).

[...] a preocupação com o saneamento marcava sempre as cidades. A vizinhança pobre, que morava em local infectado, favorecia a proliferação de epidemias e endemias, que pela proximidade poderia ser transmissível aos moradores de outra classe social. A mortandade elevada com a gripe espanhola, que conduziu ao medo de novas epidemias de *contaminação moral*, incentivou a produção de casas “higiênicas” – as vilas operárias.

Como aponta a autora, desde meados do século XIX o império já tentava incentivar a construção de moradias mais higiênicas. Porém, isso só veio acontecer de fato no final do século XIX e início do século XX com o desenvolvimento da industrialização brasileira.

O modelo das vilas operárias era considerado o ideal pelos higienistas, pois contava com habitações do tipo unifamiliar e equipamentos sanitários individualizados. No entanto, como o valor do aluguel era alto e as os trabalhadores geralmente recebiam salários abaixo do necessário à sua subsistência, ao operário de menor renda e ao trabalhador informal muitas vezes restava somente a alternativa de residir em cortiços e casa de pensão, quase sempre insalubres e superlotados (MILANO, 2013, p. 30).

De modo rápido pode-se destacar dois tipos de vilas operárias: o primeiro construído pelas indústrias – próximo às fábricas – e as moradias eram alugadas aos operários que ali trabalhavam. As vilas estavam

Vinculadas à emergência do trabalho livre no país, grande parte das vilas operárias surgem em decorrência da necessidade de as empresas fixarem seus operários nas imediações das suas instalações, mantendo-os sob seu controle político e ideológico e criando um mercado de trabalho cativo (BONDUKI, 1998, p. 715).

Tais vilas localizavam-se distantes do centro e serviram para atrair uma massa de trabalhadores para essas áreas mais periféricas. E como ressaltou Bonduki (1998) elas ajudaram em um maior controle do trabalho, pois ao ser demitido perdia-se a casa e ao aumentar o salário o mesmo acontecia com o aluguel.

O outro tipo de vila caracteriza-se por ser construída por uma empresa, uma construtora ou os indivíduos, afim de alugar para os trabalhadores, geralmente, os mais especializados. É importante ressaltar que as vilas operárias não ameaçaram os cortiços, pois ainda continuavam sendo a alternativa mais viável para muitas pessoas por se localizarem próximo ao local de trabalho.

Além da construção das vilas operárias foram adotadas medidas higienistas na capital do país. Tais mudanças seguiam o padrão europeu. A Reforma Urbana de Pereira Passos (1902-1906) que aconteceu no início do século XX e se caracterizou como um processo de expulsão dos pobres e demolição dos cortiços existentes no centro e em outras localidades. A reforma “[...] Consistiu fundamentalmente na abertura, prolongamento e alargamento de um conjunto de ruas da cidade, modificando assim o sistema viário da urbe” (AZEVEDO, 2003). Ademais, tinha como objetivo higienizar e embelezar a cidade, colocando-a nos moldes de uma cidade capitalista moderna. Vale lembrar, que até então a cidade do Rio ainda possuía uma estética colonial, com várias ruas estreitas, sem ventilação e propícia as epidemias da época.

A proposta da reforma urbana foi pioneira no Brasil e tinha inspiração na Reforma Urbana de Haussman. Para colocar esse plano em prática foi necessário a demolição de várias residências, sendo o principal alvo os cortiços. Foi adotada uma arquitetura nos padrões europeus, tendo como destaque a construção do Theatro Municipal, que tem como inspiração a *Ópera Garnier de Paris*. Além disso, Pereira Passos emitiu várias leis para impor uma civilidade burguesa na cidade. Segundo Azevedo (2003, p. 62)

Na tentativa de impor “civilidade” ao habitante da urbe, Pereira Passos vai emitindo, ao longo de sua gestão, uma série de proibições relativas a práticas urbanas comuns na cidade: proíbe que se cuspa na rua e nos bondes, proíbe a vadiagem de caninos, proíbe que se façam fogueiras nas ruas da cidade, que se soltem balões, proíbe a venda ambulante de loterias, de exposição de carnes à venda nas ruas, também proíbe o trânsito de vacas leiteiras na cidade e andar descalço e sem camisa.

Nesse período, o médico Oswaldo Cruz colocou em prática várias medidas higienistas que visavam eliminar do Rio, doenças como a febre amarela e a peste bubônica. Eram realizadas brigadas sanitárias que percorriam a cidade para inspecionar as moradias. Carvalho (1989, p. 94) assinala que “[...] Os alvos preferidos das visitas eram, naturalmente, as áreas mais pobres e de maior densidade demográfica. Casas de cômodos e cortiços, onde se comprimiam em cubículos e casinhas de dezenas de pessoas, consistiam em objeto de atenção especial”. As inspeções estabeleciam reformas e interdição de imóveis normas que revoltaram a população, principalmente, os donos de cortiços e moradias anti-higiênicas que eram forçados a reformá-los.

Nesse cenário o Rio passava pela sua terceira epidemia de varíola. A obrigatoriedade da vacina estava decretada desde o início do século XIX, porém os índices de vacinação eram baixos. Dessa forma, foram decretadas várias leis que impunham a vacinação para toda a população. Houve vários debates contra a obrigatoriedade da vacina promovidos pela imprensa e pelos positivistas ortodoxos. Várias listas de assinaturas foram enviadas para o congresso. Pelo menos duas foram organizadas pela Centro da Classe Operária com assinatura de Vicente de Souza (presidente) e todos os membros da mesa diretora (CARVALHO, 1989).

A população, sobretudo, a classe trabalhadora já estava descontente com a política higienista. Existia boatos que a vacina causava várias doenças como difteria e sífilis. Os projetos de Lei encurralavam o cidadão e era quase impossível não se vacinar. “[...] O atestado de vacina era exigido para tudo: matrícula em escolas, emprego público, emprego

doméstico, emprego nas fábricas, hospedagem em hotéis e casas de cômodos, viagem, casamento, voto, etc. Multas eram previstas para os recalcitrantes” (ibidem).

Carvalho (1989), assinala que a reação foi violenta e a revolta já estava nas ruas. Assim, foi convocada uma reunião no Centro da Classe Operária com o objetivo de fundar a Liga contra a Vacina Obrigatória. Participaram cerca de 2 mil pessoas. O discurso de Vicente de Souza girou em torno da família operária. Ele ressaltou que 6 mil operários assinaram uma petição que foi enviada ao congresso, assim como, enviou-se ao prefeito a solicitação de construção de casas higiênicas para os operários, mas até então nada tinha sido feito. E mostrou a situação que ficaria a família proletária com esta nova lei.

O estopim da Revolta da Vacina aconteceu quando um grupo de jovens, na sua maioria estudantes, começaram a discursar na rua contra a obrigatoriedade da vacina e foram seguidos por outros manifestantes. Essa ação desencadeou uma série de manifestações que duraram uma semana intensa de protestos. Durante os sete dias foram construídas barricadas e trincheiras; houve a queima de bondes, corte dos fios de luz elétrica e destruição dos redutos de gás. A cidade ficou um caos e a revolta se espalhou da área central para bairros mais periféricos. A revolta estava sendo tão aderida, que se decretou estado de sítio na cidade. Enquanto desenrolava-se, os militares da Praia Vermelha se organizaram para um motim que foi reprimido imediatamente.

A Revolta da Vacina acabou com mais de 800 pessoas presas e deportadas para a Ilha das Cobras. Os líderes foram processados e houve vários mortos. Os principais atores da revolta foram os operários que estavam desde os primórdios e continuaram até o final. O descontentamento com a política higienista e com as centenas de domolições foram fundamentais para a crescente insatisfação dos trabalhadores que culminaram nesta revolta que marcou o início do século XX.

A Reforma Urbana de Pereira Passos não acabou com os cortiços e tampouco com as moradias anti-higiênicas, apenas deslocou o problema das moradias precárias para os subúrbios e as favelas que se tornaram símbolo da segregação socioespacial carioca. Diferentemente do contexto francês analisado por Lefebvre (2011) os subúrbios no Brasil foram inicialmente habitados por trabalhadores que possuíam melhores salários e conseguiam arcar com os custos de deslocamento até o local de trabalho. O subúrbio (ou periferia) só começaram a ser habitados pela classe dominante no final do século XX.

Para Valladares (2005) o cortiço é o germe da favela. Segundo a autora, estudos apontam a semelhança entre as casas da primeira favela e o tipo de moradia do cortiço Cabeça de Porco. Durante a sua destruição o prefeito Barata permitiu que madeiras fossem reaproveitadas na construção de outras moradias. Assim, vários trabalhadores teriam reaproveitado esses materiais e utilizado na construção de casas no Morro da Favella. Além disso, há uma ligação direta entre as demolições dos cortiços e o crescimento da procura pela favela no início do século XX. É importante salientar que tal tipo de habitação é caracterizada por precariedade, autoconstrução e falta de infraestrutura. As moradias nas primeiras favelas eram feitas de materiais improvisados como latas e caixotes, atualmente a maioria das casas são de alvenaria. De acordo com Rodrigues (2019, p. 40)

[...] A favela é produto da conjugação de vários processos: da expropriação dos pequenos proprietários rurais e da superexploração da força de trabalho no campo, que conduz a sucessivas migrações rural-urbana e também urbana-urbana, principalmente de pequenas e médias para as grandes cidades.

A primeira favela do Brasil surgiu em 1897 e localiza-se no Morro da Providência, no bairro Gamboa, na cidade do Rio de Janeiro. No começo, o morro se chamava Morro da Favella, em referência a planta do mesmo nome encontrada no Arraial de Canudos, onde lutaram vários de seus primeiros habitantes. O governo havia prometido moradia aos ex-combatentes da Guerra de Canudos caso saíssem vitoriosos. Tal promessa não foi cumprida. Os soldados ocuparam o morro e ali se instalaram com o intuito de pressionar o Estado a conceder os soldos da guerra.

Durante o início do século XX, a imagem da favela estava relacionada ao meio rural, sendo considerada como o “meio rural na cidade” (VALLADARES, 2005). Isto porque a continuada expropriação das terras camponesas, historicamente realizada no Brasil, desde a nossa formação social com as sesmarias, as leis abolicionistas que liberariam os escravos do cativeiro na terra empurrando-os para os guetos ou favelas urbanas, conforme se viu com a efetivação da Lei de Terras de 1850, a Lei Áurea de 1888, a lei do Ventre Livre, a Lei dos Sexagenários, muitos ex-escravos migraram para as cidades e sem ter onde morar passaram a habitar as favelas. A continuidade das expropriações da terra, aprofundadas com a revolução verde e os demais processos de valorização do agronegócio no nosso país, mais contemporaneamente, permanecem empurrando a população expulsa do campo para as áreas de pobreza urbana, os morros insalubres, em geral.

Estudos apontam que existiam outras ocupações de morro anteriores a do Morro da Favella. Seus moradores originários eram imigrantes europeus. Contudo, o Morro da Favella entrou para história, pois vários jornais do início do século o retratavam de forma pejorativa relacionando o seus habitantes a crimes e a vagabundagem. É importante destacar que os formadores de opinião – médicos, engenheiros, jornalistas – do início do século passado também começaram a retratar a favela como um local imoral e propício a crimes e outras barbaridades. Conforme destaca Valladares (2000, p. 12)

[...] Surge o debate em torno do que fazer com a favela, e já na década de 20 assistimos à primeira grande campanha contra essa “lepra da esthetica”.²⁶ Em 1930, o plano do urbanista francês Alfred Agache, voltado para a remodelação e embelezamento do Rio de Janeiro, denuncia o perigo representado pela permanência da favela.

Assim, a maioria das soluções propostas visavam fazer a remoção das favelas, além de serem vistas como um perigo estético para a cidade que tentava a todo custo entrar nos padrões europeus de urbanismo.

Valladares (2005) salienta que pouco a pouco o termo Morro da Favella passou a denominar qualquer conglomerado de casas localizados irregulares e sem acesso a serviços públicos, mas apenas na segunda década do século XX, o termo passou a ser usado para denominar as moradias pobres e precárias, localizadas em ocupação ilegal. Assim, com a maioria da população composta por trabalhadores negros e o subproletariado, a criminalização da favela é construída logo depois do seu surgimento, não sendo um fenômeno recente.

A ocupação ilegal de terrenos é outra marca da favela. A maioria desses terrenos não interessa ao mercado imobiliário, geralmente, estão localizados em áreas de alagamento, morros e encostas íngremes. A localidade varia entre locais próximos ao trabalho e a periferia. Além disso, os traçados das ruas são irregulares e não seguem os padrões do urbanismo. Vale ressaltar que a favela está inserida na lógica do mercado imobiliário, uma vez que há a compra, venda e aluguéis de imóveis.

Antes da década de 1930, as únicas formas de auxílio aos pobres era através da filantropia e da igreja. A partir do governo Vargas (1930-1945), o Estado passa a dar assistência aos trabalhadores, atuação que o fez ficar conhecido como “pai das leis sociais e “pai dos pobres”. Contudo, tais medidas serviram para o controle das massas e a intervenção estatal tornou-se sinônimo da sua gestão, assim como a perseguição aos comunistas.

O cenário habitacional do país também sofreu transformações. Além de promulgar a Lei do Inquilinato que congelava o preço dos aluguéis, houve uma retomada da visão higienista a respeito das moradias populares, acreditava-se que as doenças eram resultado da falta de higiene presente nessas residências. O cortiço já era um tipo de habitação residual, já a favela vinha se expandindo na capital, assim os olhares se voltaram para ela, sendo que foi reconhecida como um problema a ser controlado pelo Estado e não apenas destruída como fora proposto anteriormente.

O Código de Obras de 1937 propõe a extinção da favela. Porém como aponta Valladares (2005) ele é ambíguo. Um dos seus artigos aponta a extinção da favela e remanejamento dos seus moradores para novos conjuntos habitacionais, outro prevê a manutenção, quando não havia a possibilidade de construir mais conjuntos.

Além disso o acesso à moradia passa a ser visto como essencial para a reprodução da força de trabalho no governo Vargas. Os discursos sobre moradia popular vão defender o acesso à casa própria para os trabalhadores, pois esta oferece estabilidade econômica e social. Eis o germe da ideologia da casa própria. Rodrigues (2019, p. 49) assinala que

Para as camadas populares, uma questão fundamental é a segurança de um teto, porque mesmo se eventualmente ficarem desempregados estarão seguros pelo fato de terem onde morar. Mesmo quando se consideram os arremedos das cidades onde moram, e são proprietários a terra/casa é uma garantia de ter seu lugar na cidade, nos períodos mais difíceis.

O Estado usa a casa própria com objetivos políticos. Ao longo dos anos a concessão deste item para os trabalhadores serviu para assegurar a estabilidade de governos – muito utilizado na Ditadura Militar – assim como para conquistar adesão nas camadas populares. Nos dois casos é disseminada a ideologia da casa própria como mercadoria a ser adquirida e não como um direito social garantido constitucionalmente. Tais condições dificultam a organização da classe trabalhadora em movimentos de moradia, pois a habitação passa a ser vista pela ótica da propriedade privada e não como um direito conquistado através de lutas e que deve ser reivindicado.

Lefebvre (2001) aponta que o direito de habitar é reconhecido pelo Estado formalmente devido as pressões das lutas sociais. Porém não há a desvinculação das orientações e concepções do capital. Desse modo, a finalidade das políticas de habitação é oferecer o maior número de moradias com o menor custo possível, sem se preocupar qualitativamente com a qualidade de vida da classe trabalhadora.

Para Maricato (2015) a habitação dos trabalhadores nunca foi preocupação para o capital e, na maioria das vezes, nem para o Estado. A autora argumenta que por isso, os bairros da classe trabalhadora são construídos através do sistema de autoconstrução, nos seus horários de descanso.

Durante a Ditadura Militar as favelas cariocas foram alvos do governo. De 1968 a 1972, o Estado operou a remoção de 62 favelas através do Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana (CHISAM) e transferiu seus moradores para conjuntos habitacionais localizados na periferia da cidade. Estima-se que foram removidas cerca de 175 mil pessoas. De acordo com Brum (2012) a remoção para conjuntos habitacionais pretendia criar outro perfil de morador: aquele que é proprietário, que está incorporado dentro do sistema e que respeita as leis. A remoção acontecia da seguinte forma:

Decidida a favela a ser removida, a remoção transcorria da seguinte forma: o local era visitado pelos técnicos da CHISAM que entravam em contato com as organizações da favela (igrejas, associações de moradores, comércio, etc.) avisando que a mesma constava nos planos de remoção. Além do convencimento, um tanto forçado, das lideranças, o governo também investia na propaganda da casa própria e das vantagens em serviços e urbanização que os conjuntos apresentavam (BRUM, 2012, p. 2).

A remoção da favela Praia do Pinto – localizada no centro do Leblon – foi a mais violenta, mas não ocorreu sem resistência. Muitos moradores se recusaram a deixar os seus barracos causando um clima tenso. Na madrugada de 11 de maio de 1969 um incêndio atingiu a favela, nesse momento de tensão entre os residentes e o Estado. Tal fato resultou na queima de mais de mil barracos e cerca de 5 mil pessoas desabrigadas, além da prisão de lideranças locais. A população chamou os bombeiros, mas estes nunca apareceram (PERLMAN, 1976). Vale ressaltar que a área onde se situava a favela tinha grande valor, pois futuramente o local entraria na lógica do mercado imobiliário, por está localizado em um bairro de classe média em expansão. Segundo Brum (2012, p. 6)

O incêndio da Praia do Pinto, cuja remoção foi apresentada como sinal do ímpeto remocionista das autoridades estaduais e federais do período, funcionou, paralelamente, como aviso para as outras favelas da cidade, particularmente as da orla da Lagoa, do grau de tolerância que haveria, a partir de então, com os reticentes à remoção, marcando, de maneira traumática, as relações que a cidade do Rio estabelecia com a parte de sua população que habitava as favelas.

As causas do incêndio nunca foram esclarecidas. No área onde se localizava a favela Praia do Pinto foram construídos prédios financiados pelos militares. Já os moradores tiveram vários destinos. A maioria foi realocada para o conjunto Cidade de Deus e Cidade Alta e uma parte ficou em abrigos provisórios na Fundação Leão XIII.

Carlos (2016a) salienta que a produção da cidade atende a lei do valor. Segundo a autora “[...] a lei do valor cria/redefine os horizontes reais e concretos da realização da vida e redefine também o acesso ao solo urbano como uma das formas de riqueza, criando as condições segundo as quais sua própria existência ganha forma e conteúdo de mercadoria” (CARLOS, 2016a, p. 99). Nesse contexto, se desenha um cenário onde tudo é válido para atender os interesses do capital imobiliário.

O BNH se desenvolveu e reforçou consigo a ideologia da casa própria, pois um indivíduo que é proprietário é mais adequado para o sistema capitalista. O medo de perder o emprego e não conseguir pagar o financiamento enfraquecia as lutas contra a Ditadura Militar, uma vez que os opositores políticos eram perseguidos e demitidos no seu ambiente de trabalho. Além disso, ser demitido por atividades sindicais dificultava a admissão em outra empresa. Milano (2013, p. 34) aponta que

No contexto do regime militar, o comprometimento da renda com o crédito hipotecário era, portanto, um fator de estabilidade política, já que aqueles que se comprometessem com o financiamento teriam maior resistência à participação em greves. O sentido da propriedade criaria na população o desejo de estabilidade social e, como consequência, haveria uma resistência à participação em movimentos de protesto.

O espectro de não ter onde morar aliado a ideologia dominante da propriedade privada transformaram a casa própria no sonho da classe trabalhadora. Esta vai tentar sair do aluguel e buscar a estabilidade que a casa oferece por diversos meios seja pela autoconstrução – em bairros, favelas e loteamentos clandestinos – ou pelo financiamento oferecido pelas políticas de habitação.

2.3 – A ESCASSEZ DE MORADIA E O DEFICIT HABITACIONAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU (RMA)

De acordo com Engels (2015) a escassez de moradia é resultado da sociedade industrial, sendo ela um problema estrutural do capitalismo, uma das consequências da

espoliação do trabalhador pelo capitalista. O autor ainda destaca que o trabalhador tornar-se proprietário é apenas uma solução paliativa frente essa a questão de que só pode ser resolvida com a ruptura do modo de produção vigente.

Até aqui demonstramos como a lógica de produção do espaço e da cidade capitalista moderna exclui os trabalhadores, principalmente os mais precarizados, do direito à moradia. Para atender as suas necessidades de reprodução a classe trabalhadora busca diversas formas de sobreviver na cidade e vive em distintos tipos de moradia. Neste item vamos analisar os dados do deficit habitacional brasileiro.

A Fundação João Pinheiro estima que em 2019, o déficit habitacional urbano brasileiro era de 5,044 milhões de domicílios (ver gráfico 2). O cálculo é feito através da soma entre pessoas vivendo em habitações precárias, locais coabitados e o ônus excessivo com o aluguel. Além disso, é levado em conta os índices na zona rural e na zona urbana. A coabitação é composta por domicílios cômodos e por unidades conviventes (moradias divididas por mais de uma família). Já as habitações precárias são compostas por domicílios rústicos e improvisados, enquanto o ônus excessivo com o aluguel é quando se destina mais de 30% da renda domiciliar de até 3 salários mínimos com a despesa do aluguel. O Nordeste é a segunda região brasileira com maiores números absolutos de déficit habitacional, possuindo um a carência de 1,778 milhão de unidades.



Elaboração: Joyce Kelly de Jesus Santos, 2022.

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2021.

Ao examinar os dados referentes ao deficit habitacional, de acordo com o sexo responsável pelo domicílio, observamos que o deficit habitacional brasileiro é feminino (ver gráfico 3). Lacerda, Freire e Santoro (2021) analisam as diversas determinações históricas, sociais e econômicas que perpassam esse cenário. As autoras destacam a violência doméstica, os baixos salários das mulheres e os postos de trabalho precários que elas ocupam.

De acordo com as autoras a composição das famílias brasileira mudou, sobretudo, a partir da década de 1960, sendo que há um crescimento do modelo familiar monoparental com filhos, sendo a maioria composta por mães solas.

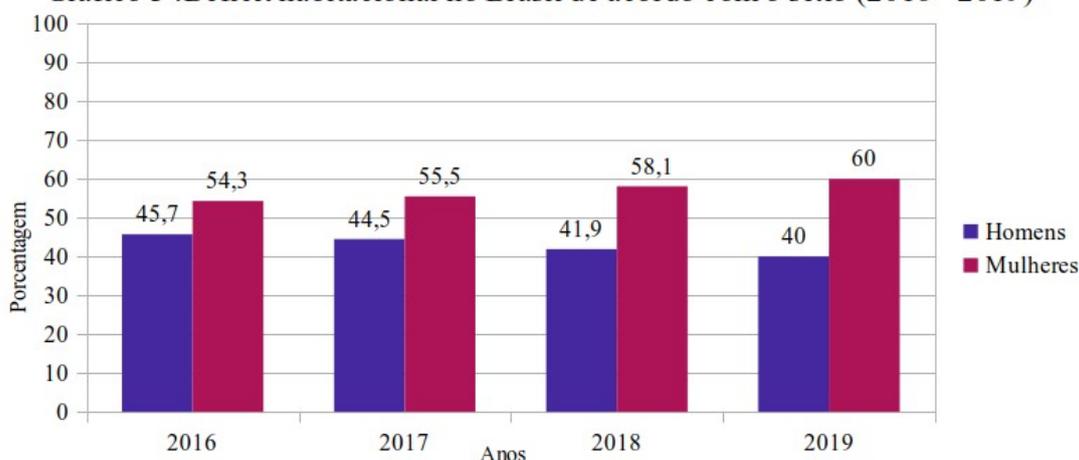
As condições históricas da classe trabalhadora, marcadas pelo racismo estrutural são bem evidentes. Quando ocorre a interseção de gênero e raça a situação se agrava em relação as mulheres negras: cerca de 60%¹⁰ das mães solas são mulheres negras e 63% dos lares, com filhos até 14 anos, que estão abaixo da linha da pobreza possuem referência em mulheres negras. Também são elas que ocupam os postos de trabalho mais precarizados e recebem salários menores em comparação com as mulheres brancas.

De acordo com Silvio Almeida (2019) para entender a sociedade contemporânea os conceitos de raça e racismo são fundamentais. O autor ainda afirma a classificação racial foi essencial na construção das hierarquias sociais da sociedade capitalista. Nesta dissertação não pretendemos aprofundar tais conceitos, porém compreendemos que “[...] O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social e contemporânea” (ALMEIDA, 2019, p. 17).

Desse modo, o racismo tem impactos espaciais, uma vez que historicamente os negros e indígenas – além de ocuparem os piores cargos – habitam as piores localidades da cidade e sofrem mais com o deficit habitacional. Como os dados apontam a situação se agrava quando relacionamos raça e gênero. A inserção da mulher no mercado de trabalho foi acompanhada de baixos salários e longas jornadas de trabalho. No Brasil as mulheres negras ocupam os piores postos e com menores salários e isto afeta diretamente sua vivência na cidade, pois se vê privada do lazer e morando nas periferias.

10 Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/por-que-o-deficit-habitacional-brasileiro-e-feminino/> acesso em: 06/01/2022.

Gráfico 3 :Deficit habitacional no Brasil de acordo com o sexo (2016 - 2019)



Elaboração: Joyce Kelly de Jesus Santos, 2022.

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2021.

Na Região Metropolitana de Aracaju (RMA) – composta pelos municípios de Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Barra dos Coqueiros – os dados mostram que o principal componente do déficit habitacional é o ônus excessivo com o aluguel (ver gráfico 4), ou seja, as famílias dispõem a maior parte da sua renda para os gastos com moradia. Tal situação reflete no direito à cidade, pois com os altos custos com habitação e alimentação, sobra pouco para o lazer. O sujeito perde seu lugar de criatividade na cidade e torna-se alienado a ela.

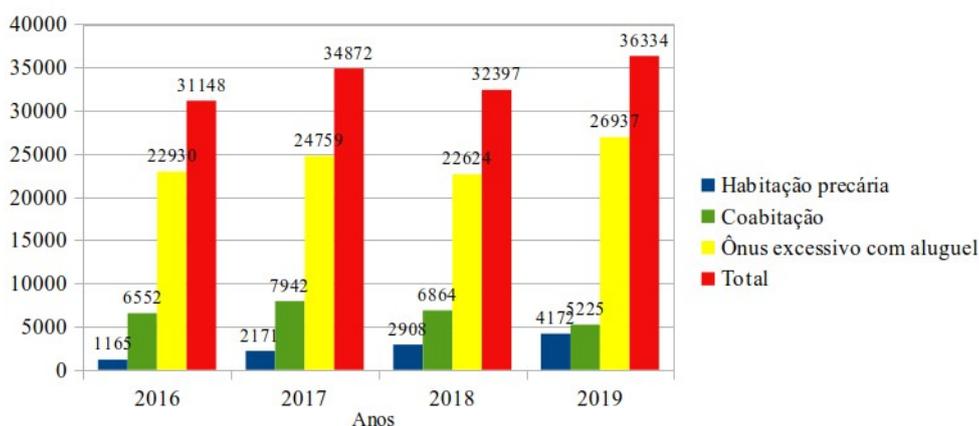
O estado de Sergipe vive um momento de taxas de desemprego elevadas. Segundo o IBGE¹¹, em 2021 o estado tem a terceira maior taxa de desocupação do país, atingindo 19,1% da população economicamente ativa. Além disso, o índice de pessoas empregadas é o 4º menor do Brasil, correspondendo apenas à 56,6%. Já os trabalhadores autônomos representam cerca de 29,3% da população.

Tais índices apontam o agravamento do desemprego estrutural ocasionado pela crise social e econômica em que o Brasil está imerso. Após o golpe parlamentar contra a presidente Dilma Rousseff em 2016, os direitos sociais e trabalhistas estão sendo desmontados através de reformas neoliberais. O alto índice de desemprego, aumento dos trabalhos informais e os baixos salários prejudicam, principalmente as famílias de até 3 salários mínimos, na qual a maior parte da renda domiciliar é destinada para pagar a moradia e alimentação. Além disso,

11 Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2021/08/31/sergipe-tem-a-3a-maior-taxa-de-desocupacao-do-pais-diz-ibge.ghtml> acesso em: 20/01/2022.

todos os índices tiveram um considerável aumento de 2018 para 2019, período que compreende o governo Bolsonaro. Este governo encabeçou o desmonte das políticas de habitação para as famílias de baixa renda, que são justamente aquelas mais atingidas pelo deficit habitacional.

Gráfico 4: Deficit habitacional por componentes na RMA (2016 - 2019)



Elaboração: Joyce Kelly de Jesus Santos, 2022.

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2021.

Os dados do deficit habitacional, segundo sexo do responsável pelo domicílio reproduz a mesma lógica nacional. Observa-se que o índice é maior entre as mulheres, reforçando a diferença entre os gêneros. (ver gráfico 5). A taxa de desemprego entre as mulheres também é mais alta alcançando a marca nacional de 17,9¹²%. Além de sofrerem com os baixos salários são as mais afetadas pelo desemprego.

12 Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/05/27/taxa-de-desemprego-entre-mulheres-atinge-recorde-de-179percent.ghtml> acesso em: 28/02/2022.

Gráfico 5: Deficit habitacional segundo sexo do responsável pelo domicílio na RMA (2016 - 2019)

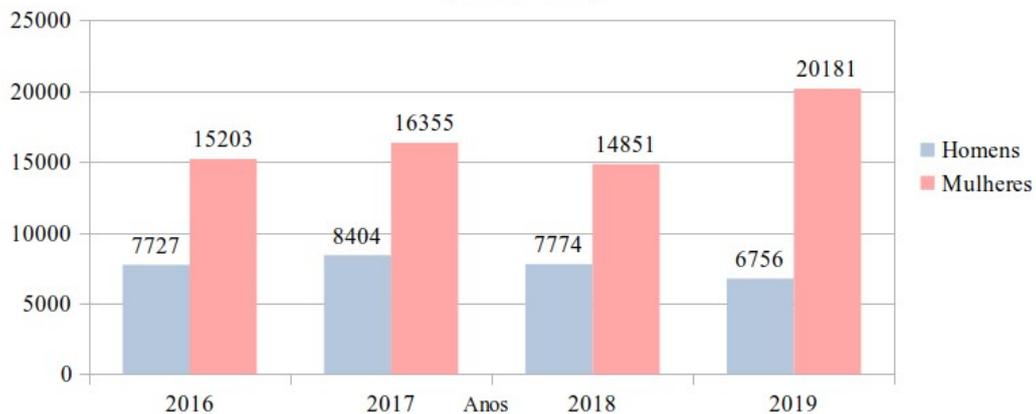


Elaboração: Joyce Kelly de Jesus Santos, 2022.

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2021.

Já o gasto excessivo com aluguel também é maior entre elas (ver gráfico 6). Como explicamos anteriormente, famílias que vivem abaixo do nível da pobreza tem como chefe familiar mulheres, principalmente mulheres negras. Elementos como o desemprego, baixos salários são responsáveis por esse cenário.

Gráfico 6: Ônus excessivo com aluguel por sexo responsável pelo domicílio na RMA (2016 - 2019)



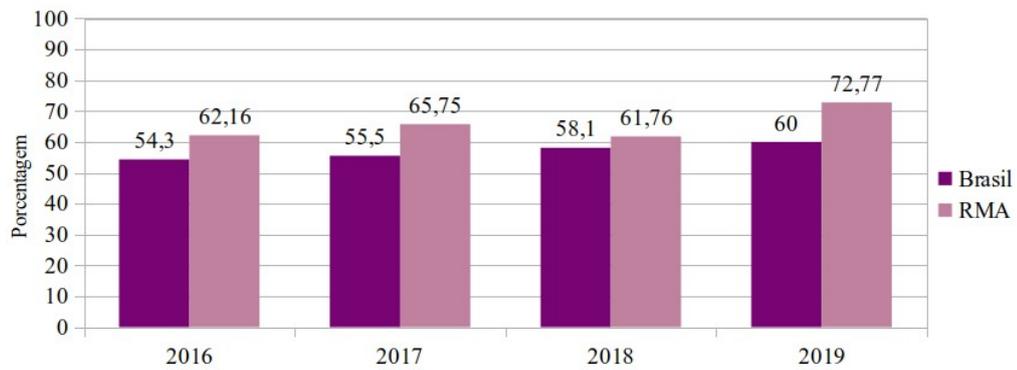
Elaboração: Joyce Kelly de Jesus Santos, 2022.

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2021.

O cenário do deficit habitacional de acordo com o sexo na RMA acompanha conjuntura nacional (ver gráfico 7). Assim como o índice de desemprego, os números são mais elevados do que a média nacional na RMA. Tal situação aponta para um quadro de crise

social e econômica que o estado está enfrentando. Várias indústrias fecharam as suas portas no últimos anos e colocou vários trabalhadores no desemprego.

Gráfico 7: Deficit habitacional feminino: Brasil - RMA (2016-2019)



Elaboração: Joyce Kelly de Jesus Santos
Fonte: Fundação João Pinheiro, 2021

Diante do exposto compreendemos que o deficit habitacional no Brasil e na RMA atinge principalmente as mulheres negras. Isso acontece devido as condições histórico e sociais que perpassam a sociedade brasileira, principalmente o racismo e o colonialismo. Tal situação se refletiram nas ocupações do MTST visitadas, na qual a maioria dos ocupantes eram mulheres negras.

SEÇÃO III: ENTRE LONAS E LUTAS

“Cada passo de movimento real é mais importante do que uma dezena de programas.”
(MARX, 2019, p. 20)

A crise enfrentada pelo capitalismo nas décadas de 1970 e 1980 trouxe diversas mudanças na esfera política, econômica e social que impactaram a classe trabalhadora e a sua consciência. Colocou-se em prática as políticas neoliberais que atacam diretamente os direitos trabalhistas e sociais.

As políticas de cunho neoliberal podem ser inseridas como aprofundamento da precariedade social no Brasil, com o aumento do déficit habitacional e a acentuação da informalidade e do desemprego estruturais. Mota (1995) reflete que a queda do Muro de Berlim mudou a condição da classe trabalhadora no mundo. Já Fontes (2011) considera que na década de 1990 os movimentos sociais no Brasil começaram a perder seu caráter de combatividade que era tão marcante na luta pela redemocratização.

Ainda nessa década, o Governo de Collor de Melo (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1996-2002) adotaram o neoliberalismo como doutrina política e os direitos trabalhistas começaram a ser desmontados e muda-se a forma de habitar na cidade. As contradições da sociedade capitalistas em suas determinações favorecem o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST).

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) é fundado em um período de enfraquecimento da classe trabalhadora e em que a reestruturação produtiva trouxe inúmeras mudanças econômicas e sociais. O Movimento teve muita dificuldade de se consolidar, reavaliou o seu método de intervenção e mudou suas estratégias de atuação. Atualmente é um movimento consolidado, que está presente em várias cidades brasileiras e cumpre um papel importante de organização e mobilização, sobretudo dos trabalhadores mais subalternizados.

O segundo item busca fazer a relação entre o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e o MTST. Tal política pública social é a que deslocou mais capitais do Estado para a financiamento de habitação para a classe trabalhadora brasileira. Dialeticamente, aprofundou as contradições existentes e contribuiu para o aumento da especulação imobiliária nas cidades brasileiras e jogou o proletariado para as áreas mais periféricas. O MTST

reconhece que essa política possui inúmeros problemas, mas tornou-se uma forma de conquistar moradia para os militantes do Movimento.

3.1 – A GÊNESE DO MTST

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por um período de crise mundial do capitalismo que se manifestou através de duas formas clássicas: redução das taxas de lucro e superacumulação/superprodução de capital. Tal crise foi marcada pela crise fiscal do Estado de Bem-Estar Social, retrações nas taxas de crescimento das economias dos países e elevados níveis de desemprego (CARCANHOLO, 2010).

Segundo Motta (2015) o modelo fordista-keynesiano entrou em declínio, começa a se contestar o investimento em políticas sociais e a intervenção estatal na economia. Ao mesmo tempo tem-se o colapso do socialismo real. Tais processos se refletiram em várias esferas da sociedade como a economia, a política e a cultura.

Para conter os efeitos da crise capitalista colocou-se em prática a reestruturação produtiva que consiste em “[...] uma iniciativa inerente ao estabelecimento de um novo *equilíbrio instável* que tem, como exigência básica, a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital, tanto na esfera da produção como na das relações sociais” (ibidem, p. 71). Assim, este processo vai além da reorganização da esfera produtiva industrial. Cabe salientar que a reestruturação produtiva foi operada nos países de acordo com as suas especificidades socioeconômicas, não sendo um processo uniforme (LIMA, 2004).

Nesse cenário, a principal mudança foi no modelo de organização do trabalho nas fábricas. Houve uma substituição do fordismo-taylorismo pelo Toytosimo, também chamado de acumulação flexível. Este novo sistema trouxe consequências para a classe trabalhadora, pois os patrões começaram a ter maior controle sobre o trabalho, ao mesmo tempo em que o nível de desemprego estava muito alto devido a crise econômica. Além disso, aumentou-se o número de cargos temporários e subcontratados condições que dificultam a organização sindical e reivindicação dos direitos trabalhistas.

Na esfera política a burguesia passou a defender o neoliberalismo como modelo econômico e político a ser implementado que manifesta-se pela defesa de um capitalismo duro e livre de regras. Na prática isto significa a efetivação do Estado mínimo, difusão de uma cultura de liberdade individualista, retirada dos direitos sociais. De acordo com Anderson

(1995, p. 9) o neoliberalismo “[...] Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política”. Além disso, para seus simpatizantes as raízes da crise estavam nas reivindicações trabalhistas e no movimento operário que haviam corrimpido as bases de acumulação do capital. Assim, para eles, a saída é a redução dos gastos sociais e aumento dos níveis “naturais” de desemprego, que significa a formação de um exército industrial de reserva. Ademais, “[...] a burguesia tenta capitalizar no plano econômico, as derrotas políticas conjunturais das classes subalternas, sob o discurso do fim das ideologias, do fracasso do socialismo, da indiferenciação das condições de classe” (MOTA, 2015, p. 108).

A conjuntura de crise significou um enfraquecimento das organizações da classe trabalhadora. Os sindicatos se tornaram mais frágeis e os movimentos sociais fragmentaram as suas pautas e na maioria dos casos perderam seu caráter classista e anticapitalista. Com a queda do muro de Berlim esse processo aprofunda-se, pois o socialismo não é visto mais como algo concreto a ser alcançado. Assim, “[...] A derrocada desta experiência na década de 80, em que pesem os avanços sociais por ela alcançados no campo da saúde e da educação, abalou as esperanças de militantes e ativistas de esquerda na superação da ordem do capital” (LIMA, 2004, p. 28).

Tais determinações implicaram na construção de uma nova sociabilidade marcada pelo aprofundamento do desemprego estrutural, individualismo, consumismo, precarização do trabalho, perdas dos direitos sociais e trabalhistas e ampliação da desigualdade social. Dessa forma,

[...] temos uma ordem societária na qual o capital recria o ideal do livre mercado, desenvolvendo novas formas de exploração do trabalho, através da expansão dos princípios da produção denominada flexível que implica, fundamentalmente, no aumento da insegurança e da incerteza diante da vida (ibidem, p. 31).

De acordo com Fernandes (1999, p. 40) “Os lugares e os momentos formam a realidade. As pessoas fazem os momentos, transformam os lugares e constroem a realidade”. O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto é gestado no contexto de enfraquecimento das organizações da classe trabalhadora e descrença de alternativas sociais para além da ordem do capital. Ao mesmo tempo que está em curso uma destruição dos direitos sociais e trabalhistas. Além disso, nos últimos trinta anos as desigualdades presentes nas cidades se aprofundaram, a

situação que se apresenta hoje é de um grande grau de espoliação da classe trabalhadora e agravamento do desemprego estrutural.

A década de 1990 é marcada pela implementação do neoliberalismo, que foi colocado em prática no governo de Collor de Melo (1990-1992). Tal presidente realizou o confisco das poupanças e abriu o período de demissões em massa de trabalhadores (FONTES, 2011). O plano neoliberal se aprofundou no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) que atuou seguindo as pautas propostas pelo setor empresarial. Houve a privatização de 100 empresas, o desemprego estava em alta, e começava o início da retirada dos direitos dos trabalhadores. Para Fontes (2011, p. 264):

O período FHC (1995-2002) caracterizou-se, portanto, pelo ataque concertado (o eufemismo concertação social o designava) aos direitos sociais e, sobretudo, às organizações mais combativas dos trabalhadores, seja de maneira abertamente violenta contra entidades de trabalhadores que resistiam (caso, por exemplo, do sindicato dos petroleiros), pela permanência e aprofundamento da truculência policial, seja pela violência indireta – privatizações a toque de caixa e estímulo às demissões.

Com a extinção do BNH em 1986, a política de habitação passou a ser responsabilidade dos estados e municípios. As atividades do BNH foram incorporadas a Caixa Econômica Federal e no governo de FHC aumentou-se a participação do setor privado e a política de habitação foi colocada na lógica de mercado. “Nessa “abordagem de mercado” da política habitacional de FHC, a introdução do financiamento direto ao mutuário final foi importante para a dinamização tanto do setor imobiliário como da construção civil” (SHIMBO, 2010, p. 70). O Programa Carta de Crédito utilizava recursos do FGTS e do SBPE para facilitar a aquisição de moradia de famílias com ganhos mensais até doze salários mínimos. “[...] apesar de procurar atender, originalmente, faixas de renda mais baixas, acabou sendo o principal instrumento de financiamento para os setores de renda média, entre os anos 1990 até o presente momento” (ibidem, p. 71). Assim, foi possível para o setor privado captar dinheiro do FGTS para construção de novas habitações. A política habitacional estava entregue ao setor privado, mas com recursos públicos.

Nesse contexto, a Região Metropolitana de São Paulo, a maior do país, desde essa década, vive um crescimento da sua periferia ocasionada pela degradação de vida das classes oprimidas, que veem nos movimentos de moradia uma saída para a sua reprodução social. De

acordo com Falchetti (2019) o problema habitacional ocorre em nível nacional, os diversos movimentos que lutam por moradia são reflexo dessa questão. Nesse sentido,

[...] as lutas urbanas se multiplicaram e assumiram diferentes expressões, como lutas dos moradores de favelas, dos moradores de loteamentos clandestinos, dos locatários, dos moradores de cortiços, dos sem-teto, da população em situação de rua, e outras. Existem hoje centenas de movimentos urbanos de moradia atuando no Brasil, o que mostra que o problema da habitação é generalizado e acompanha a consolidação da urbanização em nível nacional (FALCHETTI, 2019, p. 76-77).

O MTST surgiu em 1997 como braço urbano do MST, que viu como prioridade a unificação da luta entre trabalhadores do campo e da cidade. Durante a Marcha Nacional¹³ de 1997 houve a aproximação do MST com os movimentos urbanos e alguns militantes foram liberados para cumprir a tarefa de construir um novo movimento que organizasse os trabalhadores nas cidades. Um estudo que relata as origens e a história do Movimento, bem como as suas estratégias aponta que:

[...] militantes do MST que viviam na região de Campinas passaram a participar mais ativamente das ocupações que já vinham ocorrendo. Destacavam-se a ocupação San Martin, com cerca de 3.500 famílias, o Jardim Campo Belo, com mais de 3.500 famílias, a Eldorado dos Carajás, com 650 famílias, a ocupação Carlos Marighella, com cerca de 200 famílias, e a maior de todas o Parque Oziel, que hoje é um bairro consolidado e abriga mais de 15.000 pessoas (SIMÕES; CAMPOS; RAFAEL, 2017, p. 25).

É importante destacar que o MTST não surgiu de uma ruptura ou conflitos políticos partidários dentro do MST, mas sim a partir de uma deliberação desse Movimento que identificou mudanças na conjuntura que reverberaram nas cidades. O MTST tem como principal objetivo organizar a luta por moradia nas cidades e propor “[...] a construção de uma identidade coletiva que possibilite a unificação desses trabalhadores em torno de um projeto comum de luta” (GOULART, 2011, p. 61). Vale lembrar que a questão da moradia se constitui um problema que atinge, cada vez mais, uma grande parcela da população brasileira, sendo as principais áreas os grandes centros urbanos.

Em algumas áreas, os conflitos com grupos locais impedem a consolidação do MTST. O melhor exemplo é na cidade do Rio de Janeiro, onde as periferias e as favelas são

13 A marcha se iniciou no dia 17 de fevereiro de 1997, cerca de um ano após o Massacre de Eldorado dos Carajás. Os sem-terra saíram de três pontos diferentes do Brasil e atravessaram a pé diversos municípios. A marcha tinha como objetivos chamar a atenção da população pela urgência da reforma agrária e da punição dos responsáveis pelo Massacre de Eldorado dos Carajás.

dominadas pelo tráfico de drogas e pela milícia. No fim da década de 1990, o MTST, juntamente com outros movimentos realizaram uma ocupação em Nova Sepetiba, na zona oeste da capital fluminense. Contudo “as dificuldades com as forças sociais diversas que atuavam no território, unidas a predisposição à repressão por parte do Estado, fizeram o Movimento recuar” (SIMÕES; CAMPOS; RAFAEL, 2017, p. 77).

De acordo com Boulos (2015) “[...] os trabalhadores sem-teto que ocupam estão exigindo o cumprimento da função social da propriedade e reivindicando o direito à moradia digna, também prevista na Constituição”. (BOULOS, 2015, p.81). Além disso, os sem-teto que compõem o MTST possuem uma série de reivindicações comuns como transporte público, escolas, creches, saneamento básico, espaços de lazer, etc., ou seja, que o direito à cidade seja garantido. A atuação do MTST consiste em “[...] construir grandes ocupações em terrenos vazios nas periferias urbanas, buscando com isso integrar a luta por moradia com a luta por serviços e infraestrutura nos bairros mais pobres” (ibidem, p. 84). O método utilizado pelo MTST consiste em

[...] trabalho conjunto entre movimento de massa (mobilização para ocupação do espaço, manifestações, marchas, etc.) e organização política (organização de acampamentos, co-responsabilidade pelas ações e consequências, unidade na ação, propaganda do movimento nos bairros do entorno, etc.). (GOULART, 2011, p. 190).

A combinação dessas ações permite ao MTST uma organização de massas nas periferias das cidades. É importante destacar que esse método organizativo é herança dos militantes orgânicos que compunham o MST, mas que no MTST ganhou uma dinâmica própria, que abrange a dinâmica urbana.

Ao contrário do que diz a lógica dominante, os sem-teto não são apenas as pessoas que estão em situação de rua. Os sem-teto são todas as pessoas que não têm condições socioeconômicas de pagar aluguel, que vivem em situações precárias ou em casas coabitadas. Assim, a maioria é de trabalhadores que reside nas periferias urbanas (BOULOS, 2015). Contudo, grande parte desses trabalhadores não tem consciência que são sem teto, por isso o movimento também tem como pauta trabalhar a identidade coletiva e formação política com seus militantes. Essa formação desmistifica as relações capitalistas dominantes. “O MTST explicita que a construção da identidade coletiva passa pelo viés de classe, unindo necessidades e potencializando ações conjuntas entre indivíduos que inicialmente parecem separados por interesses imediatos” (GOULART, 2011, p. 191).

A primeira experiência de ocupação ocorreu em Campinas em 1997. Foi realizada nos moldes dos assentamentos do MST, pois ainda havia uma relação estreita com este movimento. Implementou-se agricultura de subsistência para garantir a alimentação. No terreno que foi ocupado não havia infraestrutura e serviços básicos próximos (como escolas e postos de saúde). Além disso, “[...] Sem água e esgoto, luz e serviço de coleta de lixo, o local reuniu, inicialmente, 200 famílias, mas, em menos de quatro meses, esse total já alcançava o admirável número de 4500 famílias” (GOULART, 2011, p. 21).

Essa primeira ocupação recebeu o nome de Oziel Alves. A permanência do MTST e consolidação do MTST no local foi bastante difícil, pois outros sujeitos sociais disputaram este território, ao ponto do Movimento se afastar da ocupação. As crescentes disputas territoriais com o tráfico de drogas, as ações de despejo e a repressão policial foram atores que levaram o MTST a perder o controle da ocupação após seis anos de embates (FALCHETTI, 2019).

Posteriormente, o MTST fez ocupações em Guarulhos (2001), Osasco (2002) e São Bernardo do Campo (2003), que sofreram ações de despejos e várias repressões. Um deles é relatado por Boulos¹⁴:

Pouca gente sabe disso, mas a desocupação mais violenta que eu já presenciei ocorreu em 2004 ou 2003 em Osasco. As pessoas moravam lá há um ano e meio mais ou menos, e a polícia chegou sem aviso prévio, entrou, arrancou as pessoas dos barracos na porrada. Me lembro de uma cena que me marcou muito, que foi uma senhora bem forte, bem grande, que não queria sair da casa dela. E foram cinco policiais, pegaram ela, derrubaram no meio da lama. Estava uma chuva como a de hoje. Deram uma gravata nela. E um menino, o filho dela de 12 anos, gritando ‘mãe, mãe’. Pegaram o menino e algemaram. Assim começou essa desocupação. Ela terminou com a polícia juntando todos os pertences das pessoas, botando gasolina e queimando. Foi brutal. As pessoas saíram, não tinham pra onde ir, tentei fazer uma assembleia, pra tentar organizar as pessoas pra sair. Quando eu comecei a reunião, a polícia jogou uma bomba no meio da reunião. Eu fui preso nesse dia, outros dirigentes foram presos. As pessoas não tinham pra onde ir. Tentamos pôr as pessoas em um ônibus e ir pra uma outra área, mas a polícia foi pra essa outra área, pegou as pessoas, colocou em caminhões-baú, atravessou a divisa de Osasco, deixou as pessoas na lateral da Marginal Pinheiros. Largou lá. Hoje, depois de dez anos, as pessoas que continuaram conseguiram suas casas. Mas aquilo foi... Eu nunca tinha visto uma barbaridade daquelas”, conclui com a voz embargada.

14 Entrevista disponível em:

<https://apublica.org/2017/02/o-psicanalista-das-massas/#.WLbqU3Q4004.facebook> acesso em: 18/01/2021.

Na medida em que foi se consolidando o MTST se afastou do MST. Após a eleição de Lula à presidência da República, os dois movimentos tomaram posturas diferentes em relação ao governo. O MST resolveu apoiar o governo e o MTST resolveu manter-se independente, fazendo a oposição de esquerda. Além disso, o MST já havia se afastado das lutas urbanas devido às inúmeras dificuldades encontradas. Dessa forma,

Embora seja herdeiro direto do MST, o MTST logo depois dos seus primeiros anos de consolidação, vai firmando sua independência, tanto na elaboração política como nos métodos de atuação, apropriando-se de elementos da realidade urbana com os quais o movimento rural não lidava até então e que a prática das ocupações nas periferias de São Paulo impunha (FREITAS, 2017).

O MTST realizou uma ocupação em 2003 em São Bernardo do Campo, cidade de lutas históricas da classe trabalhadora e que projetou a imagem do presidente Lula como principal liderança sindical e política na luta pela redemocratização do país durante a Ditadura Militar. Nesse ano, Lula tomou posse na presidência da República, cargo que foi eleito no ano anterior. Nesse cenário surgiu a ocupação Santo Dias¹⁵ que abrigou cerca de três mil famílias, em um terreno que pertencia a Volkswagen. Essa ocupação terminou com a mobilização massiva da Tropa de Choque para a reintegração de posse, foram mobilizados cerca de oitocentos homens, setenta da cavalaria, trinta cães, dois helicópteros e cento e quarenta veículos. Inicialmente houve uma tentativa de formação de cordão humano pelos sem-teto, mas como a orientação da Tropa de Choque era não haver acordo, os sem-teto saíram sem resistência (FALCHETTI, 2019). Ademais, na mesma semana que o MTST fez a ocupação em São Bernardo do Campo, surgiram outras ocupações de outros movimentos sem-teto no centro da cidade. Cerca de quatro mil sem-teto ocuparam quatro imóveis e colocaram a moradia na pauta do dia.

As sucessivas derrotas fizeram com que o MTST revisse a sua tática de organização, que ainda contava com traços do MST. Foi necessário reorganizar o Movimento de acordo com a dinâmica urbana. “A alternativa do movimento para resistir fazendo ocupações foi reposicionar o conflito, deixando de focar no embate direto pela propriedade de determinado imóvel, para se centrar na organização social e na luta pelo acesso à moradia” (FALCHETTI, 2019, p. 90). Para garantir a sua sobrevivência enquanto movimento de moradia, o MTST retomou sua base na periferia e rejeitava a atuação em mecanismo institucionalizado de

15 Nome de uma liderança sindical durante a Ditadura Militar.

participação. Além disso, as ocupações em grandes cidades, onde o solo urbano possui um valor mais alto e conseqüentemente um maior índice de conflitos, geravam despejos muito rápidos que dificultavam a organização do Movimento e consolidação dos seus militantes. A partir daí, o MTST avaliou a necessidade de mudar seu eixo de atuação para as cidades dormitórios de São Paulo¹⁶. Assim, foi possível permanecer mais tempo na ocupação.

Para evitar a urbanização precária, se ajustar à transitoriedade da ocupação e favorecer os vínculos coletivos, as ocupações ganharam novo formato. Não se fazem divisões do terreno em unidades particulares, as instalações são provisórias, os espaços coletivos são privilegiados. A ocupação é voltada ao encontro, à formação e à organização coletiva (FALCHETTI, 2019, p. 90).

Em 2007 aconteceu o I Encontro Estadual do MTST que definiu os próximos passos do Movimento. O Encontro analisou que era necessário uma articulação nacional de movimentos urbanos e a intensificação das ocupações. Vale frisar que a crise habitacional no Brasil se intensificava excluindo ainda mais o acesso à terra pelos trabalhadores mais pobre (FALCHETTI, 2019). Além disso, a reorganização do Movimento deu impulso para o seu processo de estadualização em São Paulo. Simões, Campos e Rafael (2017) relatam que o processo de estadualização do MTST, no estado de São Paulo, se deu entre os anos de 2006 e 2007. O Movimento voltou a reconstruir a sua atuação na região de Campinas, do ABC Paulista (região com forte atuação sindical operária) e na região sudoeste da Grande São Paulo. Nesta última região, o MTST estava praticamente consolidado. O processo de estadualização foi marcado por intensas manifestações e conflitos. Em 2007, o MTST realizou a Ocupação João Cândido, que durou apenas dois meses, mas foi marcada por várias ações, dentre elas, a “Marcha dos 5 mil” e o acorrentamento de militantes em Itapecerica da Serra que durou 20 dias. Ademais,

A estadualização do MTST iniciava-se justamente a partir das regiões “velhas conhecidas”. No ABC, a ocupação Terra e Liberdade, em Mauá, deu muito o que falar na cidade, quando centenas de trabalhadores sem teto, inconformados com a intransigência do prefeito Oswaldo Dias (PT), ocuparam a prefeitura e foram rapidamente reprimidos pela guarda municipal. Em campinas, o prefeito Dr. Hélio (PDT) também fez vistas grossas ao Movimento lavando as mãos para reintegração de posse da Ocupação Frei Tito, mesmo após o acorrentamento de cinco militantes por cinco dias em frente ao paço municipal (SIMÕES; CAMPOS; RAFAEL, 2017, p. 32).

16 Taboão da Serra, Itapecerica da Serra, Embu das artes.

O ápice da estadualização do MTST foi em 2009, quando cerca de 100 militantes acamparam em frente ao prédio onde morava o então presidente Lula, em São Bernardo do Campo. A cada dia sem negociações um militante sem-teto se acorrentava nas grades do prédio. Essa ação gerou um saldo de cinco militantes acorrentados. O acorrentamento tinha como objetivo evitar o despejo em uma ocupação de Sumaré. Essa ação surtiu um efeito positivo, pois o governo federal ampliou o diálogo com o MTST. Segundo Goulart (2011, p. 205):

[...] o MTST conseguiu incluir famílias cadastradas pelo movimento no programa Minha Casa, Minha Vida e a intervenção do governo federal em todas as cidades em que havia ocupações no estado de São Paulo, para agilizar as negociações e implementar projetos habitacionais como solução para os acampamentos (Ibidem).

A estadualização rendeu um saldo positivo para o movimento. No ABC Paulista, o MTST tornou-se referência da luta por moradia e conquistou a construção do condomínio Santo Dias e Novo Pinheirinho, que atende 910 famílias. Em Sumaré, município localizado na região de Campinas, a ocupação Zumbi dos Palmares resultou na construção de 450 moradias para famílias do MTST e quase 2.000 casas populares no Bairro de Matão.

A nacionalização do MTST foi aprovada em 2009 em um congresso do Movimento. O MTST possuía diálogo com movimentos de moradia em outros estados. Conforme Goulart

Impulsionados pelos obstáculos impostos à conquista das moradias, como ausência de negociações, burocratização dos processos de implementação das conquistas acordadas, aumento da criminalização dos movimentos, entre outros fatores, os movimentos de luta por moradia procuravam se fortalecer criando linhas de ação coletivas (GOULART, 2011, p. 54).

Dessa forma, esses movimentos se fundiram em um só, juntando-se ao MTST na construção de uma luta por moradia unificada a nível nacional. A partir desse ano e com a articulação de movimentos locais de moradias, o MTST se estabeleceu em outros estados brasileiros e o distrito federal (Roraima, Goiás, Brasília, Pernambuco, Ceará, Rio de Janeiro e Paraná) realizando uma série de ocupações, a maioria delas sendo reprimidas rapidamente pelo poder local. O exemplo de Roraima é bastante contundente, depois de uma série de ações que incluíram ocupações de imóveis e ocupações de prédios públicos, o MTST conseguiu que as famílias seriam incluídas no projeto habitacional que beneficiou mais de 300 famílias, porém nesse estado houve o assassinato da liderança local do MTST, em 2012 o militante

Walmir Lopes foi morto, desde então os membros do MTST-RR vivem sob ameaças. Esse exemplo deixa claro que lutar por moradia nas cidades brasileiras é uma tarefa árdua e perigosa, pois gera vários conflitos de disputa pelo espaço.

O ano de 2013 foi marcado por grandes mobilizações populares como uma resposta as contradições presentes no sistema capitalista. Nas jornadas de junho de 2013¹⁷, período que milhares pessoas saíram às ruas contra o aumento da passagem de ônibus, o movimento buscou consolidar a sua atuação nas periferias urbanas, onde está localizada a maior parte dos trabalhadores mais pobres. O cenário de mobilizações, combinado com o aumento do preço dos aluguéis foram importantes para a eclosão de novas ocupações. Em São Paulo houve um grande aumento das ocupações nos bairros da periferia, uma vez que, o preço do solo urbano estava em alta na cidade. Em uma década, o preço do solo urbano, por metro quadrado, aumentou e saltou de 2,5 mil para 7,2 mil¹⁸. Isso causou um aumento do preço dos aluguéis em São Paulo, por exemplo o aluguel de uma moradia com dois quartos no Campo Limpo¹⁹, Zona Sul da cidade de São Paulo custava cerca de 1,3 mil reais, enquanto o salário mínimo custava 678 reais²⁰.

As ocupações de terrenos vazios tinham como objetivo pressionar o poder público, dando visibilidade à questão da moradia, e buscando a concessão de moradia para o Movimento através das políticas públicas habitacionais.

No ano de 2014, o MTST organizou uma série de ações mobilizadoras, na cidade de São Paulo, que reivindicavam os serviços básicos. Ocorreram diversas ocupações em locais estratégicos. A ocupação da Secretaria Estadual de Segurança Pública denunciava o extermínio e a violência policial para com a população preta e jovem da periferia. A ocupação da Secretaria de Saúde reivindicava uma melhoria e mais acesso aos serviços. A ocupação da sede do Sindicato das Empresas da Construção Civil de São Paulo repudiou o processo de especulação imobiliária, promovido por esse setor, no qual os mais atingidos são os mais pobres. Ainda nesse ano foi entregue o Condomínio João Cândido A., através da luta travada desde 2005 com a ocupação Chico Mendes. A verba para a construção do projeto veio do Programa Minha Casa Minha Vida.

17 Segundo Ferreira as Jornadas de junho “consistiu em uma espécie de transbordamento da indignação coletiva, que saturada pelos discursos compartilhados nas mídias sociais transmutou-se em ação, ocupando as ruas das principais metrópoles brasileiras” (FERREIRA, 2016, p. 6).

18 Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/03/preco-de-imovel-em-sp-sobe-mais-que-o-dobro-do-salario-em-uma-decada.html> acesso em: 21/01/2021.

19 Disponível em: <https://exame.com/invest/minhas-financas/os-bairros-com-os-alugueis-mais-caros-e-mais-baratos-de-sp/> acesso em: 21/01/2021.

20 Disponível em: <https://audtecgestao.com.br/capa.asp?infoid=1336> acesso em: 21/01/2021.

O ano seguinte também foi marcado por várias ocupações em São Paulo que organizaram dezenas de milhares de trabalhadores. As maiores ocupações foram a Oziel Alves, no município de Mauá, que reuniu 4 mil famílias; a ocupação Dandara, localizada na Zona Leste da cidade de São Paulo, com cerca de 3,5 mil famílias e a ocupação Paulo Freire, no município de Embu das Artes, que reuniu 4,5 mil famílias (SIMÕES; CAMPOS; RAFAEL, 2017).

Os valores coletivos fazem parte da política do MTST. Quando é iniciada uma ocupação são construídos espaços para uso coletivo como cozinhas, creches, espaços de lazer. É necessário que todos participem de alguma atividade dentro da ocupação. O movimento, nas suas formações políticas, busca fortalecer a consciência de classe dos trabalhadores. Desta forma, a política dentro do movimento vai contra a lógica individualista capitalista dominante.

[...] Estas formas de organização incentivam a corresponsabilização individual pelas ações do movimento, que denota o envolvimento de seus ativistas como membros na coletividade. Como sujeitos dentro da organização do movimento, pensam, agem, argumentam e decidem sobre o conjunto de dilemas práticos que se põe entre eles e a sociedade, permitindo que cada um se reconheça como parte integrante do processo de construção do MTST (GOULART, 2011, p. 192).

Segundo Boulos (2015)

[...] as ocupações de terra, em especial as que são organizadas por movimentos populares, ocorrem em grandes terrenos e prédios abandonados, que o proprietário – muitas vezes uma grande empresa, que tem também vários outros terrenos – utiliza para especular e lucrar (BOULOS, 2015, p. 76).

Nesse sentido, além de construir uma política com as classes oprimidas, o MTST também reorganiza o espaço através da ocupação de terrenos e imóveis ociosos, dando outra funcionalidade a esses imóveis e terrenos que têm servido para a especulação. Outrossim, as ocupações representam uma forma de resistência frente à lógica da cidade capitalista que visa apenas o lucro em detrimento dos direitos da maioria da população e pressionam o Estado para cumprir seu dever constitucional²¹ de oferecer moradia digna a população (BOULOS, 2015).

21 De acordo com o artigo 6º da constituição “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Somente as ocupações não são suficientes para pressionar o Estado, pois essa estratégia quando não é reprimida logo de início, cai no esquecimento do poder público. Nesse sentido, o MTST também promove marchas, fechamento de vias, acampamento em prédios públicos, dado que essas ações dão visibilidade à luta por moradia do movimento chamando a atenção de outros setores da população.

3.2 – O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) E O MTST

Desde 2008-2009, o mundo enfrenta os impactos da crise que eclodiu a partir da bolha imobiliária no então centro capitalista, os Estados Unidos da América. Essa crise enquanto um processo de queda nas taxas de lucro foi gestada ao longo das últimas décadas, em um contexto de superprodução, intensificação nas taxas de exploração da força de trabalho e produção de um enorme excedente de força de trabalho, em que desempregados e informais enumeram-se nas estatísticas tanto de países periféricos, quanto dos países centrais. Nesse cenário, a integração da economia dos países fez com que a crise se espalhasse no mercado mundial em diferentes setores (CECHIN; MONTOYA, 2017). De acordo com Falchetti (2019) a Crise de 2008 não conseguiu abalar o neoliberalismo que se mostrou bastante resiliente e continuou com a sua política de desmonte dos direitos dos trabalhadores e diminuição das funções do Estado, seguindo sua política social e econômica.

Impulsionado pelo boom das *commodities* e fortalecido pelas políticas de distribuição de renda entre as classes que vivem do trabalho, o modelo de desenvolvimento adotado pelos governos petistas (2003-2015) priorizou a inserção no mercado internacional de alguns setores econômicos específicos, favorecendo fusões e abertura de capital, enquanto estimulou o consumo interno com valorização salarial, facilitação de crédito ao consumo e elevação dos gastos com programas de transferência de renda. Isso tudo, preservando os pilares da política neoliberal macroeconômica (FALCHETTI, 2019, p. 107).

Nesse contexto, no governo do presidente Lula, em 2009, foi lançado o maior programa habitacional já criado, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), segundo Maricato (2015) uma política pública com o objetivo de combater a crise econômica. O setor da economia escolhido para ser beneficiado por esse projeto foi a indústria da construção civil, que “[...] tem sido considerada como uma indústria “reguladora”, capaz de diminuir as tensões sociais, na medida em que sua expansão, resultará num aumento significativo de

empregos, e, em contrapartida, numa diminuição do desemprego” (RODRIGUES, 2019, p. 28), pois contrata um grande número de trabalhadores. É importante destacar que “[...] Retoma-se a visão empresarial da política habitacional, ou seja, sem levar em consideração o espaço urbano em seu conjunto e muito menos a cidade já comprometida pela baixa qualidade” (MARICATO, 2015, p. 37). “[...] Com a política anticíclica, o governo pretendia direcionar a atuação do mercado imobiliário para as faixas de renda mais baixas, através da concentração de recursos e mecanismos de proteção ao financiamento.” (FALCHETTI, 2019, p. 108).

O programa funciona da seguinte forma:

[...] o financiamento das moradias ocorre através da parceria entre construtoras e setor público, através da União, CAIXA e Prefeitura Municipal (através dos recursos do Fundo de Arredamento Residencial – FAR). A meta inicial (PMCMV 1) era de construção de um milhão de moradias em 2 anos, a distribuição desse número se deu pelas faixas de renda estabelecidas pelo Programa. Em 2011, foi lançado o PMCMV 2, com meta dobrada para 2 milhões de moradias, para o mesmo período, além de apresentar normatizações revistas para atendimento pelos municípios filiados (FRANÇA; REZENDE, 2019, p. 8).

Assim, através da iniciativa privada as moradias eram construídas, mas subordinada a prefeitura que fazia o processo se dá de forma mais lenta (FALCHETTI, 2019). O PMCMV se transformou em um programa de distribuição de mercadorias para a classe trabalhadora, no qual o trabalhador converte-se em consumidor e a mercadoria é a casa própria. Assim, as pessoas foram inseridas no processo de financeirização do capital através da disponibilização de crédito para a compra da moradia.

Por meio do PMCMV, o Estado opera relações entre o mercado de capitais, o mercado de terras e o setor imobiliário, bem como a dinâmica de classes, por se vincular diretamente ao elemento mais custoso da reprodução da força de trabalho e impactar a cadeia técnico-produtivado setor (FALCHETTI, 2019, p. 108).

Esse programa serviu como uma conciliação entre a classe trabalhadora e os interesses do capital, pois, ao mesmo tempo em que as construtoras lucravam com a construção de um número mínimo de moradias para os trabalhadores mais pauperizados, as empresas também lucravam com a construção de moradias para os setores médios da sociedade. Isso possibilitou, além do aumento dos lucros, uma maior participação desse setor

no PIB do país e uma maior influência dos promotores imobiliários na produção do espaço urbano.

O PMCMV proporcionou o aumento da especulação imobiliária nas cidades. Com o lançamento do programa houve um *boom* imobiliário nas principais cidades brasileiras. Os conjuntos habitacionais construídos para os setores mais baixos atendidos pelo programa são localizados em áreas muito periféricas, havendo o deslocamento dos trabalhadores para áreas cada vez mais distantes. Ademais, foram deixadas áreas “vazias” para a especulação. Segundo Andrade (2018)

[...] como as construtoras tinham um gama de terras, “esperando” a especulação imobiliária o programa “caiu como uma luva” para a especulação imobiliária. Esta especulação só foi possível graças aos investimentos no mercado imobiliário como nunca antes visto no país (ANDRADE, 2018, p. 128).

É importante destacar que quando construídos em áreas periféricas, o Estado implanta a infraestrutura para todas as áreas que dão acesso aos conjuntos habitacionais. Dessa forma, enormes terrenos das construtoras que estavam em áreas desprovidas de todos os serviços básicos, passam a ter em seu entorno toda a infraestrutura necessária para investimentos futuros e conseqüentemente a sua valorização. Além disso, os promotores imobiliários utilizaram o programa para a captura de recursos públicos para o setor privado, privilegiando a construção de moradias para os setores médios. As moradias voltadas para a população na faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos não foi a que teve maior número de empreendimentos, coincidentemente é essa população mais atingida pelo déficit habitacional brasileiro. De acordo com Goulart (2011)

Para a faixa de 0 a 3 salários mínimos por família, o acesso ao financiamento por cadastramento nas prefeituras e as construções são de produção “por oferta”, ou seja, as construtoras elaboram todo o projeto (área, local, moradia, etc.), apresenta aos órgãos competentes, que aprovando o projeto, é comprado integralmente pela CEF, que distribui as unidades de acordo com as listas de demanda. Os valores das unidades estão entre 41 e 52 mil reais por unidade (casas ou apartamentos) de 32 m² (GOULART, 2011, p. 200).

Para esta faixa de renda, as condições das moradias entregues são de má qualidade e acabam não atendendo as necessidades das famílias de trabalhadores brasileiros urbanos que em 2008, segundo o IBGE²², era de 3,24 pessoas por domicílio. Uma moradia que possui

22 Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3531#resultado>. Acesso em 08/01/2021.

cerca de 32m² não permite uma qualidade de vida adequada para essas pessoas. Como argumenta Goulart (2011)

Como o programa não supera a forma-mercadoria, não há qualquer regulamentação à qualidade do produto entregue ou sobre o seu processo de produção, o que implica diretamente, uma diminuição dos custos e uma despreocupação total com as questões ambientais ou estéticas (GOULART, 2011, p. 202).

Goulart (2011) avalia que esse programa reforça a ideologia da casa própria como objeto de consumo das famílias proletárias brasileiras. Para o trabalhador, a casa própria é sinônimo de estabilidade de vida, ou seja, caso ele seja demitido ainda possuirá seu lugar de moradia. Não é de se estranhar que até hoje seja o objeto de consumo mais sonhado pela classe trabalhadora brasileira.

A criação do PMCMV foi um projeto ambicioso que pretendia fornecer moradia para tentar resolver o déficit habitacional, além da conciliação de interesses dos trabalhadores, que veem na casa própria uma estabilidade de vida, e dos promotores imobiliários, que passaram a ter mais lucros e maior influência na economia.

Quando o programa foi implementado o Movimento deu uma resposta rápida e logo fez uma manifestação que se deu no seio do ápice da sua estadualização. Como já foi dito anteriormente, no dia 08 de julho de 2009, cerca de 100 militantes acamparam em frente a casa do presidente Lula em São Bernardo do Campo. A cada dia sem negociações com o MTST um sem-teto se acorrentava em frente ao prédio. De acordo com Goulart

A mensagem era clara: Lula não é sem-teto. Está do outro lado. E a manifestação teve o efeito esperado. Evidenciou Lula como pessoa exterior ao movimento e aos seus interesses, apareceu na grande mídia, gerou conflito entre as instâncias envolvidas em suas reivindicações (prefeitura, estado e União) e desconcertou o PT (2011, p. 205).

A manifestação teve o efeito esperado e o Movimento conseguiu incluir famílias da sua base social no PMCMV e a intervenção do governo federal em todas as cidades que havia ocupações do MTST no estado de São Paulo. Esta foi saída para acelerar as negociações e implementar projetos habitacionais como solução para os acampamentos (ibidem).

O MTST avalia que a sua base social possui um interesse no PMCMV e que a conquista de moradia é elemento mobilizador. Busca aproveitar as brechas do programa para a conquista de moradia para a sua base. Além disso, trabalha com a política de crítica e

exigência, pautando a defesa de uma Política Nacional de Desapropriação, pois ela é essencial para resolver a questão do acesso à terra pela classe trabalhadora mais pobre.

Com a reorganização do MTST a nova tática de ocupações consistia em lutar pelo direito à moradia, em vez de lutar pela posse do terreno ocupado (antiga tática herdada do MST). Com o surgimento do PMCMV algumas ocupações, que obtiveram vitória para o Movimento, reverberaram na construção de moradias pelo PMVMC-E. Essa modalidade do programa é voltada para as famílias com faixa de renda 1 e funciona da seguinte forma: o projeto das moradias ser feito através da autogestão (autoconstrução, multirões e etc.) ou com a contratação de uma construtora. Nesse modelo, o MTST se torna a Entidade Organizadora e fica responsável por elaborar o projeto. Assim, os apartamentos são maiores (possuem cerca de 54m²) do que aqueles entregues pelas construtoras no restante do país (em média 32m²), essas moradias se tornaram referência de como o PMCMV deveria fornecer moradia para as famílias de renda mais baixa.

No regime de construção de moradias do MTST eles contratam uma empresa e parte da mão-de-obra são integrantes das ocupações. Antes do lançamento do PMCMV, o MTST já reivindicava políticas sociais de habitação para os trabalhadores mais paupérrimos, mas isso era feito por fora da institucionalidade através de ocupações e ações diretas. Falchetti (2019, p. 112) avalia que

A adesão do MTST ao PMCMV-E está associada às dificuldades não só com o trabalho de base numa periferia heterogênea e atravessada por relações de mercado, como para atender às demandas imediatas da base, cuja parcela social é incluída pela primeira vez nos programas de habitação. O lançamento do maior programa habitacional do país, após vinte anos de interrupção do investimento público federal, criou expectativa de obtenção do item de consumo mais caro das famílias, o que se traduziu no cadastramento de 18 milhões delas ao programa. Mesmo se o movimento quisesse, seria impossível não aderir ao programa ou opor-se à ele.

O MTST enxergou no PMCMV uma possibilidade de disputar recursos do fundo público para a construção de moradia para a sua base social, pois eles compreendem que os resultados concretos imediatos, ou seja, ajudando a sua base a conquistar a casa própria (sonho de milhares de brasileiros), podem “acumular forças” para disputar outras pautas posteriormente, no que diz respeito ao direito à cidade. “Com essa perspectiva “instrumental” do PMCMV, o MTST se colocou nas negociações com o governo e na relação com o Estado visando aos recursos do programa, enquanto manteve as críticas a ele” (FALCHETTI, 2019,

p. 113). Por outro lado, o movimento não deixou de fazer sua crítica ao programa. Tal crítica consiste, principalmente, no argumento em que o PMCMV aumentou a segregação e a especulação imobiliária nas cidades.

Em 2019 foram entregues os condomínios Novo Pinheirinho e Santo Dias, na periferia de Santo André- SP. As moradias foram construídas pelo PMCMV-E. Ao total foram entregues 910 apartamentos (ver figura 1).

A realização das chamadas “conquistas” é fundamental tanto pela relevância da moradia na vida das pessoas envolvidas, quanto para a própria dinâmica da luta. Não há dúvidas de que o PMCMV-E fortaleceu a atuação política do MTST, convergindo com seu movimento de expansão nacional. Por outro lado, também é fato que o programa delimitou a agenda urbana do movimento. As principais mobilizações do MTST entre 2014 e 2015 tiveram como foco o PMCMV-E, que, desde então, passa por restrições orçamentárias (FALCHETTI, 2019, p.115) .

Figura 1: Entrega de apartamentos construídos pelo PMCMV-E

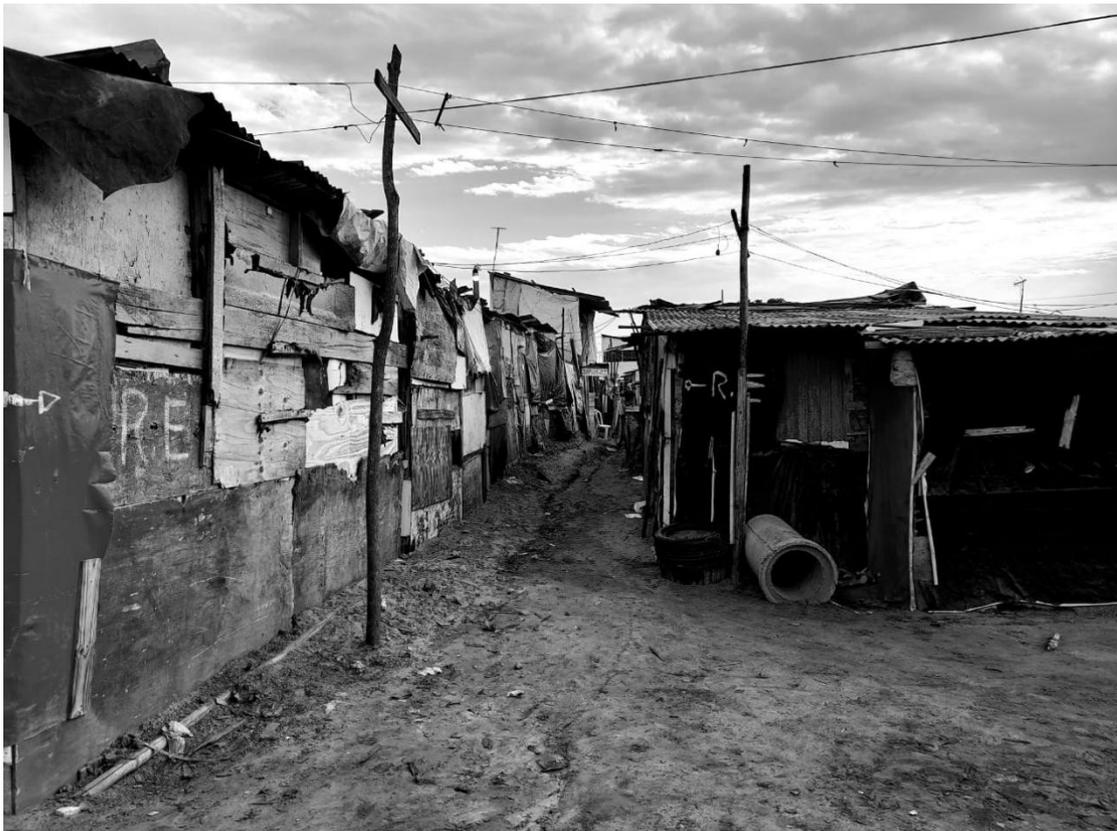


Fonte: site oficial do MTST, autor desconhecido, 2019.

Como o PMCMV foi uma medida que tinha como principal objetivo para conter a crise econômica de 2008, seu orçamento depende muita da conjuntura e de quem está no governo, mas sempre operando na gestão neoliberal (FALCHETTI, 2019).

SEÇÃO IV: A EMERGÊNCIA DO MTST EM ARACAJU

“[...] Ocupamos porque,
plantamos,
mas não podemos comer,
Fabricamos,
mas não podemos comprar
Construímos,
mas não podemos morar.”
(SOUZA, 2017).



Ocupação Valdice Teles, 2021

Foto: Joyce Kelly de Jesus Santos, 2021

Aracaju é uma das primeiras cidades projetadas do país. Sua fundação foi pensada para atender as necessidades econômicas e políticas da época. Sua configuração urbana surge com o signo da segregação de negros e pobres, dadas as exigências para construção de casas dentro da área planejada da cidade. Estas pessoas ocuparam as margens do chamado Tabuleiro de Pirro. A expansão urbana de Aracaju acompanhou as tendências do capitalismo brasileiro. Dessa forma, o primeiro tópico buscará traçar um panorama da urbanização de Aracaju, colocando em contraposição da imagem cultivada pelo poder público como cidade da qualidade de vida e cidade segregada que é visível quando visitamos os bairros mais pobres.

O tópico dois trará à luz como se deu a implementação de políticas habitacionais na capital sergipana. O BNH e o PMVMC foram importantes para a expansão urbana de Aracaju, porém trouxeram problemas para a capital. Tais políticas ajudaram a produzir a cidade segregada que Aracaju se tornou ao longo do tempo.

Como o problema habitacional esteve presente em Aracaju desde a fundação, na década de 1960 trabalhadores ocuparam diversas áreas com o intuito de pressionar o Estado para a obtenção de habitação de casas através das políticas sociais. Vários bairros se consolidaram a partir dessas ocupações. A história nos mostra que apesar de incipiente, a luta por moradia sempre esteve presente em Aracaju. Assim, o tópico três abordará as ocupações urbanas de Aracaju.

Nesta luta por habitação, assim como na produção do espaço urbano ocorrem diversos embates. Os sujeitos entram em conflito entre si na disputa territorial, que materializa seus antagonismos e, pois, interesses. O MTST entra nessa disputa a partir do momento que também se torna ator na produção do espaço e adentra territórios a partir das suas ocupações. O Estado tem utilizado a sua força repressora, a polícia, para combater a ação desse Movimento. Portanto, o segundo tópico tratará dessas questões. Por último, com os resultados da pesquisa de campo, trataremos das ocupações do MTST em Aracaju.

Apesar de embrionárias, as ocupações demonstram que o problema habitacional existe em Aracaju, na qual as ocupações urbanas são uma reação da classe trabalhadora a essa contradição estrutural.

Como uma das últimas etapas de conclusão desta dissertação realizou-se uma pesquisa de campo nas ocupações do MTST. Devido a conjuntura atual com avanço da extrema-direita e polarização política, os movimentos sociais de moradia estão sendo mais cautelosos em relação às pessoas que eles recebem nas ocupações. Isto posto, o número de

entrevistas foi pequeno, embora responda os objetivos da nossa pesquisa. Vale ressaltar que optamos pela utilização de nomes fictícios devido a questões de segurança devido a conjuntura, a fim de preservar a imagem dos ocupantes.

4.1- DE CAJUEIRO DOS PAPAGAIOS À “CIDADE DA QUALIDADE DE VIDA”: A URBANIZAÇÃO DE ARACAJU

Em sua tese de doutorado sobre o Estado e os promotores imobiliários na produção de moradia em Aracaju, França (2016), aponta dois principais agentes produtores da cidade de Aracaju: o Estado e o mercado imobiliário. A autora analisa a expansão urbana de Aracaju a partir da década de 1960 e conclui que o Estado e o mercado imobiliário foram os responsáveis pela configuração atual do espaço urbano da cidade.

Corrêa (1995) argumenta que o espaço urbano capitalista é resultado da atuação de agentes sociais através do tempo. Tal atuação é complexa resultando em diferentes processos e formas espaciais. Durante a atuação desses sujeitos sociais surgem conflitos resultante da divergência de interesses. O autor em seus estudos sobre geografia urbana, principalmente sobre a cidade do Rio de Janeiro, identificou cinco agentes produtores do espaço urbano: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais excluídos. Além disso,

[...] as estratégias que esses agentes adotam variam no tempo e no espaço, e esta variabilidade decorre tanto de causas externas aos agentes, como de causas internas, vinculadas às contradições inerentes ao tipo de capital de cada agente face ao movimento geral de acumulação capitalista e dos conflitos de classe (CORRÊA, 1995, p. 13).

Em um determinado momento da história um ou mais agentes pode ter mais relevância que outros na produção do espaço urbano. Em Aracaju, o Estado tem um papel relevante desde a sua fundação até a atualidade, atuando inicialmente como principal agente segregador. França e Rezende (2016) avaliam que devido a sua atuação e influência, atualmente, os promotores imobiliários, com o auxílio do Estado, se constituem como os maiores agentes produtores do espaço urbano em Aracaju.

Aracaju foi fundada em um momento específico da conjuntura do Brasil. De acordo com Diniz (2009, p. 70)

[...] [o] país já [era] independente e dirigido pela política econômica mercantil capitalista do Segundo Reinado, não era mais necessário o modelo de cidade-forte, e sim um outro modelo de cidade, a cidade-porto, para favorecer os contatos de importação e exportação da sua hinterlândia, porque o ideal, ainda mais, era que esse centro econômico fosse também a capital da Província, o mais importante centro administrativo e político, e estendesse o seu domínio para as zonas produtivas.

Em 1855, o então presidente da província, Inácio Barbosa decidiu transferir a capital, antes localizada em São Cristóvão, para onde viria a ser Aracaju. Nessa área, em uma colina, localizava-se um pequeno povoado chamado Arraial de Santo Antônio. Inácio Barbosa entendia que para maior desenvolvimento da província era necessária a construção de um porto. Por possuir localização privilegiada (entre a foz do Rio Vaza-Barris e do Rio Sergipe) Aracaju foi escolhida. Segundo Barbosa (2015, p. 9)

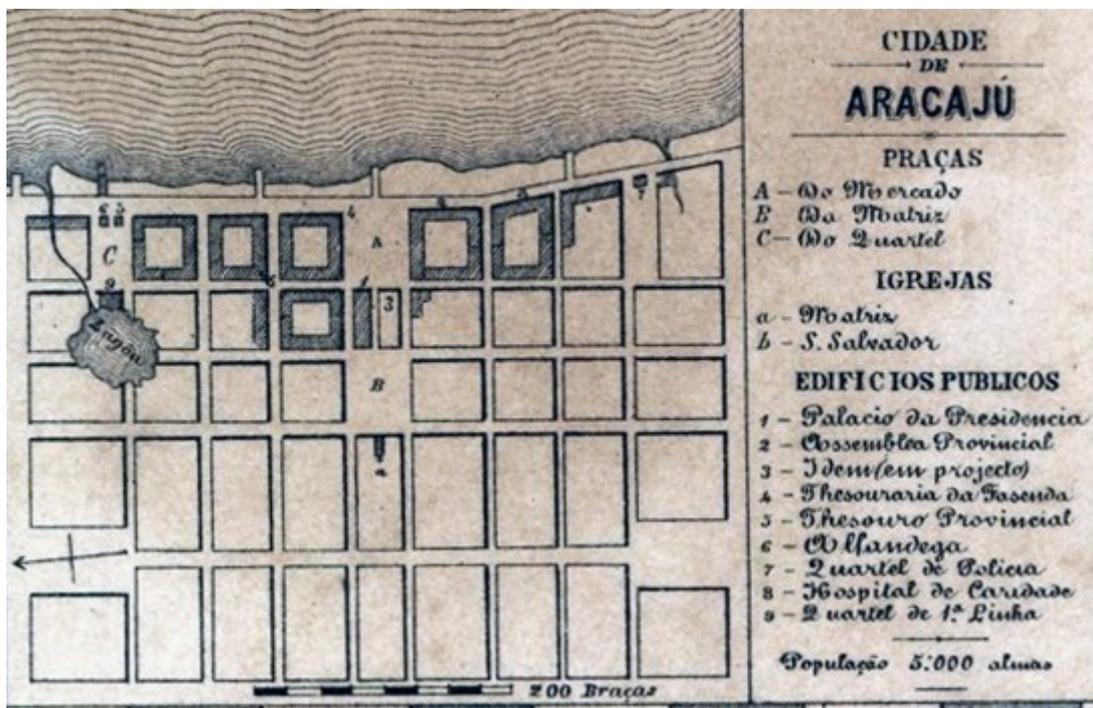
Aracaju nascera entre disputas na política governista, em meio a acordos econômicos e intrigas variadas. A antiga capital, São Cristóvão, não via com bons olhos a transferência da sede da província. Laranjeiras, que era um dos centros econômicos mais destacados da época, também queria tornar-se a capital, mas, outra vez as vozes progressistas falavam da lonjura que dificultava o acesso ao oceano. Muitos diziam que era absurdo tentar construir uma cidade no meio da lama e perto de praias desertas, mas, a despeito de todos os ataques contra o plano progressista, o sonho de uma moderna capital resistiu firmemente.

A cidade foi projetada justamente para abrigar a sede do governo. Foi contratado o engenheiro Sebastião José Basílio Pirro para projetar as ruas. O local escolhido foi próximo às margens do Rio Sergipe, onde viria a ser o porto. O traçado das ruas foi feito de linhas retas e assimétricas que se assemelham a um tabuleiro de xadrez, ficando conhecido como Tabuleiro de Pirro (ver figura 2).

Para encravar o tabuleiro de xadrez no lugar estrategicamente escolhido, os obstáculos não foram poucos. A regularidade do traçado geométrico encontrava dificuldades para se impor diante das características geográficas da beira do rio. Por todos os lados viam-se mangues que exalavam um cheiro peculiar, de onde alguns habitantes do povoado próximo tiravam o sustento, chafurdando-se diariamente na grossa lama negra em busca de caranguejos. Pequenos córregos, dunas e brejos não se vergaram facilmente aos esquadros de Pirro, que insistia em transpor o retilíneo tabuleiro desenhado na uniformidade dos papéis para uma terra lamacenta e arredia (BARBOSA, 2015, p. 10).

Para construir dentro do tabuleiro havia várias especificações como o tamanho das fachadas das casas, altura das janelas e batentes e não poderia ter cobertura de palha. Isso impossibilitava as pessoas pobres e, posteriormente, ex-escravos de habitarem as ruas principais, ou seja, já surgiu com um caráter segregador de pobres e negros. A opção que restou para essas pessoas foi construir suas moradias nas margens do tabuleiro. “[...] Desviando-se do planejamento e da disciplina do espaço, casas desalinhadas, feitas de pau-a-pique e cobertas de palha começaram a brotar ao norte do tabuleiro” (BARBOSA, 2015, p.11).

Figura 2: tabuleiro de Pirro



Fonte: <https://www.vivadecora.com.br/pro/cidades-planejadas-no-brasil/>

acesso em: 26/01/2022.

Nos primeiros anos, a recém fundada capital enfrentou problemas para o seu crescimento urbano, isso porque ocorreu a falta de recursos e sofria concorrência econômica com outros municípios de Sergipe. Ainda no século XIX, surgem as primeiras indústrias têxteis fora do quadrado de Pirro, onde hoje localiza-se o bairro industrial, na zona norte da cidade. Nos arredores das fábricas surgiram comunidades de pescadores que construíram seus casebres próximo ao rio. É importante destacar que já naquele período a indústria atraiu um

grande número de migrantes, sobretudo, sertanejos que estavam à procura de emprego e fugindo da seca (ARACAJU, 2014).

Com a implementação da Lei Auréa em 1888, a cidade recebeu um contingente de escravos e expandiu-se – ainda de forma incipiente – tanto para a direção Norte, como para a direção Sul, sempre margeando o rio. Na região ao Norte, foram instaladas fábricas de tecidos e a população mais pobre ocupou esta área. Já a Sul, a expansão ocorreu mais lentamente, pois era uma área de alagamento que dificultava o acesso (DINIZ, 2009).

No início do século XX, tem-se a implantação de infraestrutura urbana: distribuição de água, rede de energia elétrica, rede de esgoto e rede telefônica. A atividade portuária começou a ganhar destaque a partir desse período, consolidando Aracaju como centro econômico e político. No segundo decênio do século XX, os primeiros bairros surgiram: o Bairro Santo Antônio, Bairro Industrial e Bairro São José. Houve a implantação da ferrovia que foi importante para a integração da cidade com outros municípios sergipanos e com a Bahia (ARACAJU, 2014). Além disso realizaram-se obras para a modernização da cidade, como a arborização de ruas, melhoramento de praças, construção de prédios públicos.

Segundo Diniz (2009), a procura por áreas amenas também iniciou-se no início do século XX. A primeira área a cumprir essa função foi a Praia Formosa, que atraiu muitas casas de veraneio. O local atraiu a atenção da classe média que começou a residir ali ou alugavam casas de veraneio nas férias. A sua orla era habitada por pescadores que possuíam casas simples. Era a praia mais frequentada da cidade e no final de semana ficava lotada de banhistas.

No início dos anos 1930, a Atalaia começou a se estabelecer como área de veraneio. Contudo, estava muito distante da malha urbana e por isso, as visitas costumavam durar alguns dias. As viagens para lá eram feitas de carroças, charretes ou em carros velhos, além de canoa para atravessar o Rio Poxim. Apenas em 1936/37 foi construída uma ponte sobre o Rio Poxim que facilitou o acesso a tal localidade a quem possuía carro. Aos poucos a localidade se tornou o local de férias da classe média e da elite.

No período Pós Segunda Guerra Mundial foi de intensa movimentação e,

[...] trouxe, para a cidade, migrantes procedentes de municípios sergipanos, principalmente, aqueles que viviam dificuldades com o cultivo de algodão ou que buscavam trabalho nas indústrias instaladas na capital, ao invés de migrar para as grandes cidades. Surgem novos bairros e áreas mais distantes passam a ser ocupadas, como Palestina, Matadouro, Cidade Nova, América e

se inicia uma ocupação ao longo da antiga estrada da Jabotiana (ARACAJU, 2014).

Segundo Diniz (2009), na década de 1940 a expansão urbana ganhou um caráter horizontal, ultrapassando o quadrado de Pirro. Já década de 1950, as atividades industriais em Aracaju ganharam uma nova dimensão. A descoberta de jazidas de diversos minerais no estado de Sergipe fez com que o governo estadual firmasse uma parceria com o governo federal a fim de industrializar a exploração desses recursos. Nas décadas de 1950 e 1960 surgem as primeiras ocupações urbanas em Aracaju. A maioria das ocupações foi por iniciativa espontânea de trabalhadores. A maioria delas se consolidou em bairros: o Bairro Santa Maria, Bairro Industrial, Bairro Santos Dummont.

Ainda na década de 1950 a região da Praia Formosa teve sua primeira ocupação com o intuito de valorização imobiliária. O prepursor foi Edgard Melo da Silveira teve seu pedido de aforamento aceito, pois a área era de domínio público pertencente a marinha. Contudo, a Prefeitura de Aracaju investigou a concessão das terras pela União (RABELO, 2009).

Para o começo da luta judicial, a Prefeitura de Aracaju, em 13 de outubro de 1951, colocou uma notificação no Diário Oficial de desapropriação das terras alagadas da Praia Treze de Julho e, logo depois, no dia 19, colocou em circulação, no mesmo, o decreto de nº 33, o qual informava a legalização do ato de desapropriação. O Prefeito Aldebrando Franco de Menezes pareceu ter convicção da necessidade de utilidade pública e interesse social da área. Em sua descrição, colocou como terrenos a serem desapropriados os de Edgard Melo da Silveira e os de Dr. Manuel Carlos Neto Souto (ibidem, p. 42).

A luta judicial durou quase uma década. A prefeitura declarou que conceder os terrenos da marinha a Edgard seria um desrespeito com os moradores que ali viviam, em sua maioria pescadores que já haviam sido expulsos no processo de abertura da Avenida Augusto Maynard. Rabelo (2009) aponta que a prefeitura possuía o intuito de lotear o terreno e financiar a preços acessíveis para os moradores locais.

Edgard da Silveira recorreu judicialmente alegando treze pontos sobre a inconstitucionalidade do pedido de desapropriação. Além disso alegou que o ex-prefeito agiu por motivos pessoais. Edgard ganhou em todas as instâncias. Segundo a Rabelo (2009, p. 45)

[...] a S.P.U. explicou exhaustivamente que não podia conceder uma injustiça, pois o expropriante já tinha legalizado toda a documentação. Além disso, pagou os impostos (Laudêmio) e, nesse sentido, não teria nenhuma

justificativa proceder a uma ação de desapropriação. A Prefeitura teria como direito os terrenos delimitados para a abertura das ruas e dos logradouros públicos, os quais seriam cedidos, sem maiores problemas, por Edgard Silveira.

A decisão judicial foi a favor de Edgard e a prefeitura teve direito a alguns terrenos no futuro bairro e a batalha judicial teve seu fim em 1959. A prefeitura fez a doação de um dos terrenos para a construção do Iate Clube, local que tornou-se ponto de encontro da elite aracajuana e se consolidou como porta de entrada para o bairro. O empreendimento teve apoio do governador do estado. Para a construção do clube foi necessário a demolição de alguns barracos e a praia deixou de ser um local de banho popular.

O bairro foi oficializado em 1962 e recebeu o nome de Treze de Julho. O terreno foi repartido em 300 lotes de 10mX25m e custavam 10 contos que poderiam ser pagos em 10 meses. “[...] Aos pescadores que viviam com rendimentos escassos, restava a desocupação dos terrenos legalizados para a venda. A incongruência do progresso moderno, que anulava a existência dos moradores anteriores, passava por cima de seu espaço de moradia” (RABELO, 2009, p. 51). Desse modo, a ocupação do bairro expulsou os pescadores e deu início a especulação imobiliária.

Na década de 1960, Aracaju passou por uma expressiva expansão urbana. Em 1966 foram promulgados o Código de Obras e o Código de Urbanismo que determinavam o ordenamento territorial, com o objetivo de orientar as novas construções. O Código de Urbanismo possuía inspirações modernistas e zoneava a cidade de acordo com os usos (FRANÇA, 2016). A cidade foi dividida em: Zona Residencial, Zona Comercial e/ou Zona Industrial.

França (2016) pontua que o estabelecimento da Zona Comercial deslocou as famílias de renda alta para o centro-sul da cidade, expulsando para áreas mais periféricas a população ribeirinha que ali vivia. A autora ainda aponta que “[...] A monopolização da terra pelo mercado imobiliário foi iniciada, posteriormente, com a verticalização dirigida aos mesmos grupos sociais” (ibidem, p. 75).

Com a criação do BNH pelo governo federal, em 1966 foi instalada a COHAB/SE (Companhia Estadual de Habitação) e, em 1967, o Instituto Nacional de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP). A COHAB atendia as famílias de baixa renda, enquanto o INOCOOP a classe média. Segundo França e Rezende (2019) “A COHAB construiu 20.595 unidades residenciais em 47 conjuntos habitacionais dispersos, contribuindo

significativamente para a expansão urbana” (FRANÇA; REZENDE, 2019, p. 2). Contudo, havia problemas na distribuição das moradias. De acordo com Santos (2017, p. 84):

Esse intenso desenvolvimento pretendido pelos agentes públicos teve reflexo na questão da habitação e seus programas, onde no princípio, as casas que eram sorteadas em sessão pública, num procedimento “aparentemente democrático”, acabou por gerar uma confiança no sistema de entrega. Entretanto, ocorreram mudanças internas no programa, essas unidades habitacionais passaram a ser distribuídas a partir do princípio do paternalismo/clientelismo político, onde geralmente ocorria a divisão/fatiamento dos lotes entre os políticos que estavam na administração do governo (utilizando-se do Estado), em que a entrega desses conjuntos, passou a ser em períodos eleitorais onde se aprofundava o desaparecimento de critérios estabelecidos a partir das necessidades e prioridades sociais servido de plataforma de reeleição.

Já o INOCOOP ergueu 20 conjuntos habitacionais com 6.333 novas moradias, atendendo categorias de renda mais elevada (FRANÇA; REZENDE, 2019, p. 7). Esses conjuntos estão localizados em bairros como o Inácio Barbosa e Jabotiana. Ainda nessa década foi fundada a Universidade Federal de Sergipe, que trouxe para a cidade pessoas com uma média salarial maior que a do estado demandando novas moradias. Assim, houve a fundação de novos bairros com moradias destinadas a essas pessoas, como o Bairro Salgado Filho e o Bairro Grageru (ARACAJU, 2014). Além disso,

O início da exploração do Petróleo e outros minerais no litoral da cidade e a implantação da Petrobrás, em 1964, no município, atraiu um maior contingente migratório, além de dinamizar a economia local, o que gerou uma maior demanda por moradia na cidade e consequente valorização dos aluguéis (CARVALHO, 2013, p. 79).

É importante ressaltar que Aracaju não ficou isolada da tendência nacional de mobilidade do trabalho campo-cidade. Nos últimos 60 anos, a cidade recebeu um grande contingente de pessoas advindas do interior de Sergipe. Essa população se instalou em bairros da zona oeste e em moradias precárias (FRANÇA; REZENDE, 2016).

A esperança de “ganhar uma casa” através desses programas habitacionais aumentou o fluxo migratório para Aracaju. As pessoas tinham a expectativa de aliar emprego e a aquisição da casa própria. Contudo,

[...] aqueles que não foram contemplados, sem lugar para morar, ocuparam terrenos vazios, loteamentos irregulares, locais sem oferta de infraestrutura.

Além disso, ocuparam áreas ambientalmente frágeis, como margens de rios, mangues, áreas passíveis de inundação, provocando sérias consequências (FRANÇA; REZENDE, 2019, p. 7).

De acordo com França (2016) surgiram várias ocupações no entorno destes conjuntos habitacionais nos terrenos que não interessavam o mercado imobiliário. A autora avalia que as ocupações foram uma forma da classe trabalhadora pressionar o governo para conseguir a aquisição da casa própria. Tais moradias foram construídas através da autoconstrução, sem financiamento e sem respeitar a legislação fundiária.

O adensamento, o incremento do valor fundiário, a escassez de terras urbanizadas, o empobrecimento da população, a mobilidade social descendente e os movimentos intraurbanos, associados à dificuldade de acesso ao mercado formal de imóveis, foram fatores importantes, relacionados ao brusco avanço no número de assentamentos precários em Aracaju (FRANÇA, 2016, p. 94).

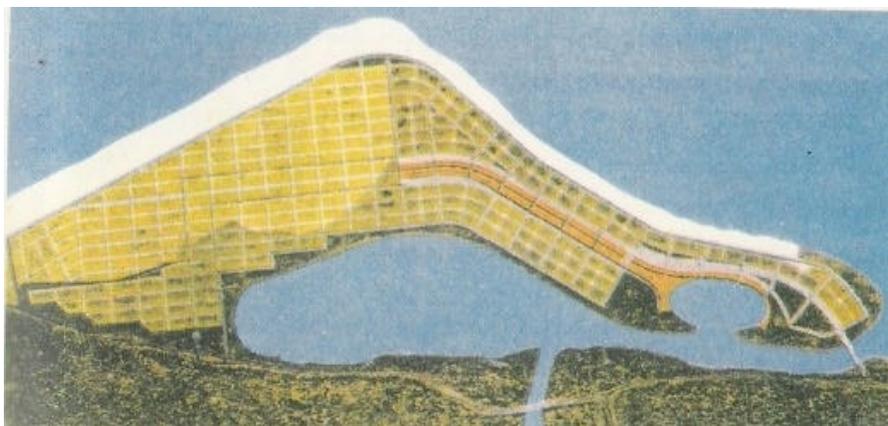
Os conjuntos financiados pela COHAB e INCOOP foram construídos em áreas distantes da malha urbana consolidada. França (2016) considera que essa ação do Estado acarretou na valorização das terras dos espaços vazios na malha urbana da cidade, pois esses locais já estavam providos da infraestrutura urbana, que foi edificada para os conjuntos habitacionais. Além disso, a implantação destas moradias impulsionou a ocupação das áreas que estavam localizadas no entorno.

No década de 1970, houve um crescimento horizontal acelerado para a Zona Sul, que acarretou na valorização dos terrenos do bairro Coroa do Meio. O bairro está situado em uma área de alagamento, sua vegetação nativa é composta por mangues. Esta região já era ocupada por trabalhadores ribeirinhos, a maioria migrantes do baixo São Francisco, que sobreviviam da pesca com a captura da caranguejos, moluscos e peixes que eram vendidos na feira do bairro Atalaia (SANTOS, 2009).

A área pertencia aos terrenos da marinha e ficou sob guarda do Serviço do Patrimônio da União (SPU) até 1976, quando concedeu a posse para a Prefeitura Municipal de Aracaju. No mesmo ano o prefeito biônico²³ João Alves Filho (ARENA/1975-1979) contratou o escritório do arquiteto Jaime Lerner para a elaboração de um projeto urbanístico para a área. O objetivo do projeto era fazer o aterramento da área de manguezal, lotear o terreno para a edificação de empreendimentos de alto padrão e construir o *shopping center* da cidade (ver figura 3). Tal proposta excluía os trabalhadores que ali residiam.

23 Termo utilizado para prefeitos que foram eleitos por indicação durante a Ditadura Militar.

Figura 3 – maquete do projeto do Bairro Coroa do Meio, meados dos anos 80



Fonte: SEPLAN, 1980

O projeto foi financiado pelo BNH e as primeiras obras iniciaram-se em 1978. Foi construído o Shopping Riomar (primeiro *shopping center* da cidade), a ponte que liga o bairro Treze de Julho à Coroa do Meio, o quebrar mar e uma casa de espetáculos. Além disso, o propósito do projeto era levar estrutura urbana (transporte, serviços, equipamentos) para o bairro. Já as habitações eram destinadas para as pessoas com faixa de renda entre seis e oito salários mínimos (*ibidem*), em quatro etapas.

Em 1979, a Coroa do Meio foi lançada institucionalmente enquanto bairro, mas sua ocupação ao longo dos anos pelos setores de renda mais alta aconteceu de forma lenta. Por ter sido uma intervenção antrópica que não respeitou as peculiaridades geoambientais da área, nos primeiros anos era recorrente o avanço do mar em direção ao bairro. Isso impossibilitou a construção da quarta etapa, pois com os incidentes naturais a área não era mais atrativa para tais setores. A área que seria destinada para a construção da quarta etapa foi ocupada por trabalhadores ribeirinhos.

Na década de 1980, o perímetro urbano da capital foi alterado, tornando-a um município completamente urbano de acordo com a legislação vigente. As áreas rurais foram denominadas zonas de expansão, apesar de até os dias atuais possuírem características e atividades que remetem ao rural. Essa ação do Estado beneficiou os promotores imobiliários que puderam construir seus empreendimentos em qualquer área da cidade (ARACAJU, 2014).

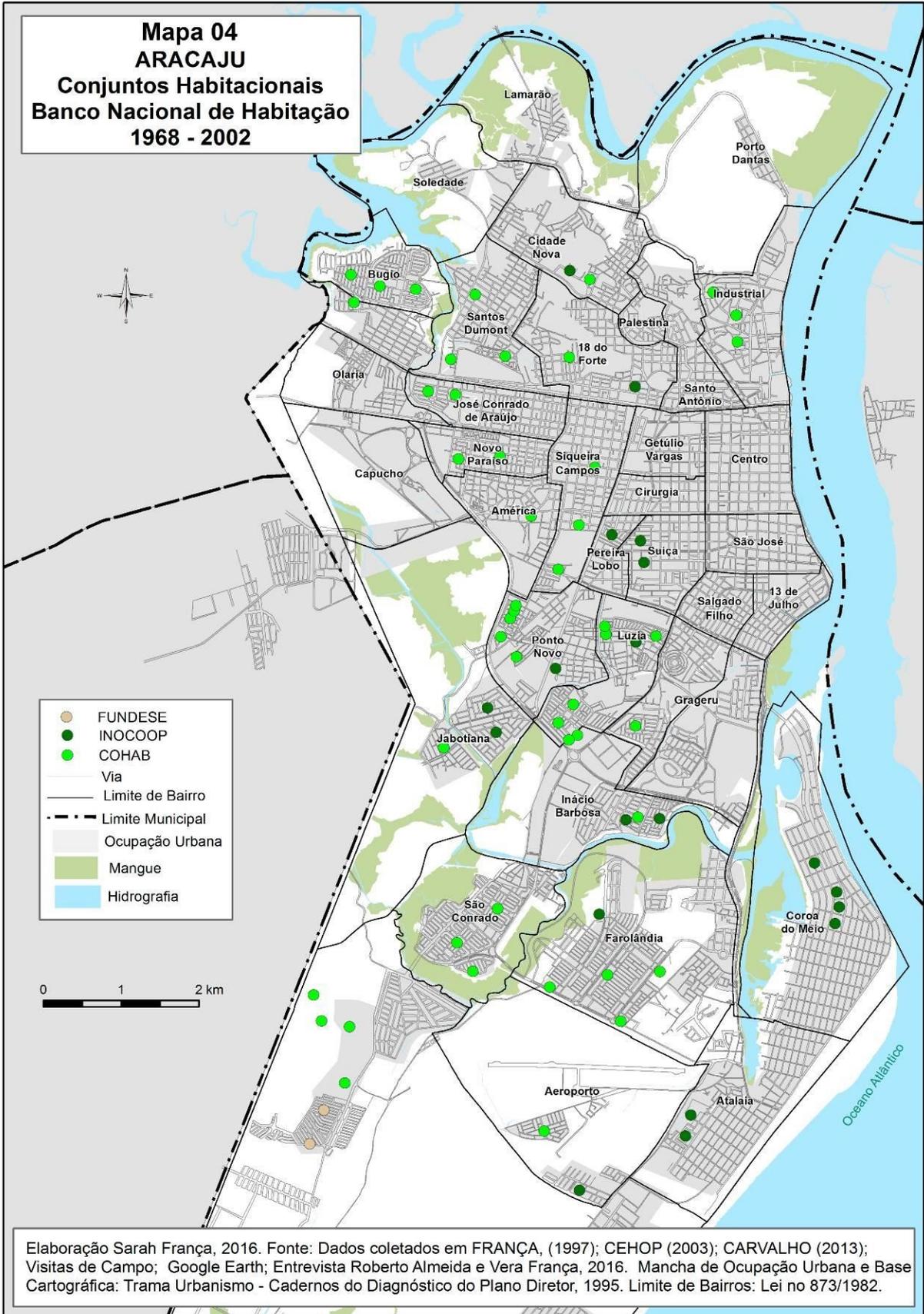
Além disso governo edificou grandes conjuntos habitacionais através da COHAB que abrigavam milhares de famílias e foram construídas as Avenidas Beira Mar e Heráclito

Rolleberg (ligando os conjuntos Augusto Franco e Orlando Dantas). A abertura das avenidas permitiu a ocupação das áreas no entorno e favoreceu a valorização da terra urbana, posteriormente foram construídos empreendimentos de construtoras sergipanas.

A Fundação de Desenvolvimento comunitário de Sergipe (FUNDESE) financiou dois conjuntos habitacionais em Aracaju. O conjunto Governador Valadares, em 1989, com 1.200 unidades e o conjunto Maria do Carmo Alves edificado em 1994 com 500 casas, ambos estão localizados no bairro Santa Maria (FRANÇA, 2016). As habitações eram construídas através da autoconstrução, e os recursos eram provenientes do Estado.

O Estado através de suas políticas de habitação foi o principal agente produtor do espaço urbano e a COHAB foi muito relevante nesse processo (figura 4). Ao longo de sua existência foram construídos 47 conjuntos habitacionais que foram fundamentais para a expansão horizontal da cidade. No entanto, sua atuação foi essencial para o deslocamento da população pobre para a periferia da cidade.

Figura 4: Conjuntos habitacionais contruídos pelo BNH 1968-2002



Nas últimas décadas do século XX, ocorreu uma expansão urbana direcionada à zona Oeste e à zona Sul (com destaque para a zona de expansão) da cidade. Essa expansão aconteceu, principalmente, com a construção de condomínios fechados destinados para a população que possui uma renda superior a três salários mínimos. (FRANÇA; REZENDE, 2016).

Na segunda metade do século XX, com o aumento da violência e dos problemas urbanos, surgiu outra forma de morar que se baseia nos subúrbios estadunidenses. Em busca de morar perto do verde e longe da aglomeração urbana, surgem os condomínios fechados no Brasil, localizados em áreas periféricas das cidades. Com esses empreendimentos, a paisagem urbana é marcada por muros e um alto sistema de segurança. De acordo com França e Rezende (2016) “Essa forma de habitação passa a ser vinculada a uma imagem de um local extremamente valorizado, onde existe um estilo próprio de vida com valores sociais semelhantes, mas diferenciados dos demais do mundo lá fora” (FRANÇA; REZENDE, 2016, p. 8).

O primeiro condomínio fechado de Aracaju surgiu na década de 1990, destinado para os setores que possuem renda mais alta. França e Rezende (2016, p. 9) avaliam que,

Decorrente da implantação desses empreendimentos, a crescente segregação socioespacial foi ocasionada pela intensificação desse tipo de ocupação, criando espaços caóticos, dificultando sua ligação com o resto da cidade e estreitando relações de dependência do automóvel. Ao mesmo tempo, valoriza o solo do seu entorno, como uma estratégia do mercado privado.

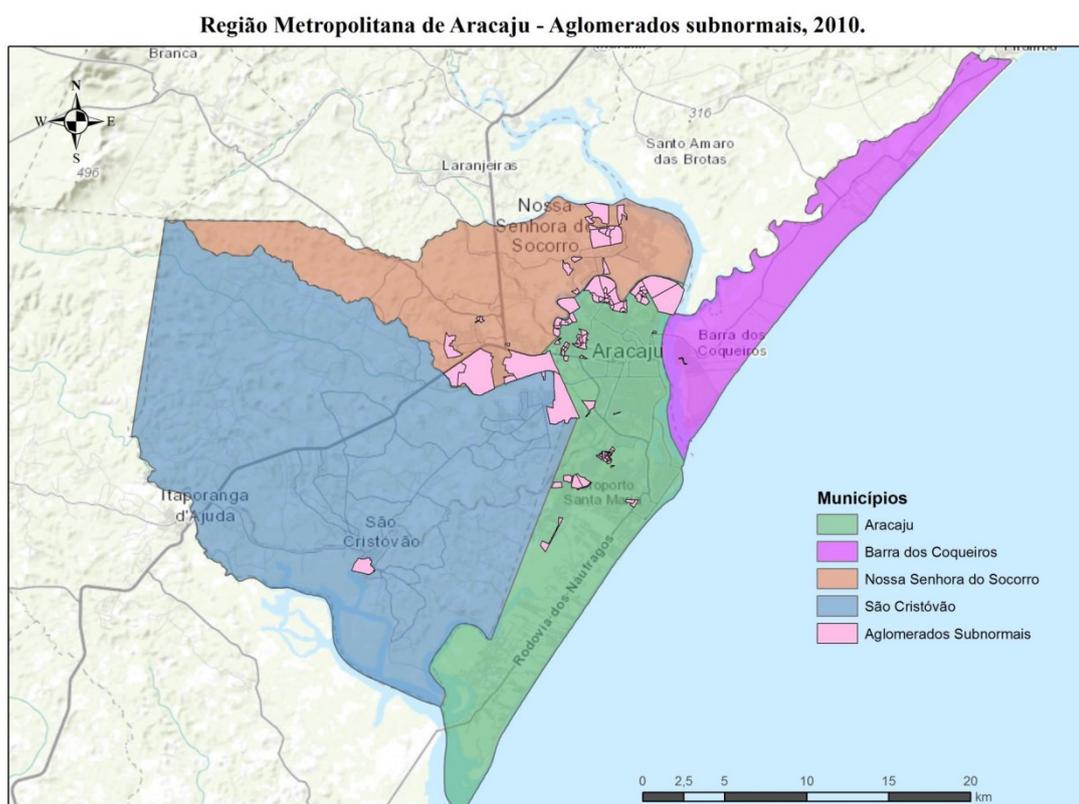
Segundo França (2016) de 1990 à 2002 foi um período que houve uma baixa na produção de unidades habitacionais. A extinção do BNH se refletiu em Sergipe e houve o corte de vários projetos que já estavam tramitando na Caixa Econômica Federal.

Este período também foi marcado pelo apoio à expansão urbana fora dos limites municipais, mediante justificativa de que o alto valor da terra impossibilitava a construção de conjuntos habitacionais na malha urbanizada. Assim, o poder público afastou a população carente e desprovida de recursos das áreas com infraestrutura, oferta de serviços públicos e oportunidades de trabalho, consolidando a periferização (FRANÇA, 2016, p. 87).

As cidades que receberam esses conjuntos habitacionais foram Barra dos Coqueiros, São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro, ambas não possuíam infraestrutura adequada para atender estas demandas.

Os aglomerados subnormais, em sua maioria, estão localizados nas áreas próximas a divisa de Aracaju com outros municípios da RMA, sobretudo na Zona Norte, próximo à Nossa Senhora do Socorro (ver figura 5). Entende-se por aglomerados subnormais áreas de favela, ocupações, comunidades, vilas, mocambos, palafitas, dentre outros. Além disso, a classificação também considera moradias em propriedades alheias (particulares ou públicas), precariedade dos serviços públicos e que não seguem o padrão urbanístico vigente. As marcas espaciais são ruas estreitas e geralmente tortuosas e lotes de tamanhos e formas desiguais (SANTOS, 2017).

Figura 5: Aglomerados subnormais - RMA, 2010.



Fonte: IBGE: Aglomerados Subnormais (Setores Censitários), 2010. Elaboração: SANTOS, Jorge Edson, 2017.

Mais uma vez a pobreza de Aracaju é empurrada para áreas mais distantes, agora ultrapassando os limites municipais. Nesse contexto, Carvalho (2013, p. 105-106) avalia que:

Os municípios limítrofes passaram a funcionar como franja da capital, onde era alocada a população “indesejada” na malha urbana que se pretendia organizar, valorizar e elitizar. A consequência dessas intervenções é notada até os dias de hoje. As áreas dos municípios próximas à fronteira com Aracaju são formadas por grandes conjuntos habitacionais e por uma série de assentamentos precários ao longo das vias ou pontes que unem uma cidade a outra. Além disso, esses municípios sofrem uma série de problemas sociais, econômicos e ambientais causados por esta ocupação sem planejamento.

A legislação municipal foi fundamental no processo de expansão urbana de Aracaju e esteve do lado da classe dominante em detrimento da classe trabalhadora (ibidem). França (2016, p. 82) pontua que:

A legislação teve papel significativo no direcionamento da expansão urbana de Aracaju, entre os anos 1960 até 1999, incentivando a verticalização em determinados bairros de maior interesse do mercado imobiliário, em detrimento de outros que permaneceram com tipologia residencial unifamiliar. Entretanto, não foi incisiva para o controle das ocupações informais que se ampliaram no período, especialmente no entorno dos conjuntos habitacionais.

A partir dos anos 2000 foram elaborados vários programas habitacionais pelo poder público municipal e estadual. De acordo com França (2018) o Estado e município – através dos seus programas habitacionais para famílias de baixa renda – tiveram grande responsabilidade no crescimento disperso da cidade de Aracaju.

4.2 – AVANÇO DE UMA POLÍTICA DE HABITAÇÃO POPULAR EM ARACAJU

A gestão do prefeito do Partido dos Trabalhadores Marcelo Déda (2001-2006), teve como uma das primeiras medidas iniciar os estudos sobre o cenário da habitação social e infraestrutura em Aracaju, que foram definidos em 2000 pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU). Tais pesquisas tinham como objetivo identificar e erradicar as áreas de Zona Especiais de Desenvolvimento Social (ZEIS) (FRANÇA, 2018).

França (2018) salienta que em 2001 foi elaborado o Plano de Erradicação de Moradias Subnormais – PEMAS que identificou 23.721 habitações em 72 assentamentos irregulares, tanto do ponto de vista jurídico (questões relacionadas a posse da terra), quanto do ponto de vista urbanístico (infraestrutura precária e escassez de serviços). Após o reconhecimento de tais áreas foram colocados em prática vários projetos de recuperação destes locais.

Um dos primeiros projetos de urbanização de favelas foi fruto do Programa Moradia Cidadã, componente do Programa Habitar Brasil/BID, que prometeu retirar da precariedade famílias com renda de até três salários mínimos. Considerado um marco na política habitacional municipal, tinha o intuito de integrar ocupações irregulares à cidade, garantindo a segurança da posse e tratando questões socioeconômicas, ambientais e urbanísticas. A primeira intervenção ocorreu no Loteamento Jardim Atlântico, no bairro Coroa do Meio, seguidas do Arrozal e das margens do Canal Santa Maria, no bairro homônimo e, mais recentemente, no Coqueiral, no bairro Porto D'Antas (ibidem, p. 957).

Segundo a autora foi desenvolvido o Projeto Integrado de Urbanização da Coroa do Meio (2002-2006) que visava fazer a urbanização da Coroa do Meio e elevar a qualidade de vida. O projeto erradicou 652 casas de palafitas e construídas moradias e beneficiou cerca de 3.050 famílias. Houve a revitalização do mangue e foi implementado um sistema de monitoramento da qualidade d água. Além disso, realizou-se obras voltadas para a melhora da estrutura urbana como a abertura de vias, construção de escola e do Museu do Mangue.

Com esta urbanização, aliada a outras intervenções, o bairro teve uma considerável valorização da terra e redução dos índices de criminalidade e violência urbana. Esse projeto favoreceu o adensamento, com a inserção de novos empreendimentos residenciais, como condomínios de prédios de até quatro pavimentos, e também imóveis comerciais e de serviços, contribuindo para a diversificação dos usos, nível de renda e paisagem urbana (FRANÇA, 2018, p. 957-958).

O Projeto de Urbanização do Santa Maria construiu cerca de 1.900 moradias, além da realização da terraplanagem, pavimentação e saneamento. A desocupação do Morro do Avião (área de risco) foi uma das ações do projeto. As famílias foram realocadas para o Bairro 17 de Março, localizado na Zona de Expansão de Aracaju. Tal bairro também recebeu famílias nvasão do Arrozal, Prainha, Marivan, Gasoduto e outros locais (ibidem).

O novo bairro foi edificado em quatro etapas em um terreno que pertencia a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO. Ao todo foram construíds cerca de 2.562 unidades habitações, além de equipamentos urbanos como escolas, bibliotecas e a estação de tratamento de esgoto.

Nesse processo 1.700 famílias fizeram uma ocupação em um terreno pertencente a União, exigindo moradia e infraesturuta. De acordo com França (2018, p. 961)

Semelhante à ocupação irregular em torno dos conjuntos do Banco Nacional de Habitação – BNH, no bairro 17 de Março, numa área ainda vazia, de propriedade da União, em 2014, inicialmente 200 famílias ocuparam a quadra que seria destinada à construção do Bloco III do projeto urbanístico do bairro. Denominado como Ocupação Recanto das Mangabeiras, esses novos moradores têm pressionado o poder público a construir habitações e infraestrutura, para as atuais 1.700 famílias que vivem ali.

Os bairros Porto D’Antas e Lamarão (Zona Norte) também receberam intervenções urbanísticas e foram beneficiadas famílias que vivem em situação precária, irregular ou em área de proteção ambiental. De 2001 à 2014 foram construídas 6.704. Apesar de ter favorecido milhares de famílias de baixa renda os projetos também acarretaram em um processo de valorização das áreas em seu eterno. Devido a tal processo muitas famílias foram viver em áreas mais periféricas e em outros municípios da RMA.

O Programa de Arrendamento Residencial (PAR) foi adotado pela prefeitura de Aracaju em 2001 e durante o seu funcionamento (2001-2009) foram realizados 39 empreendimentos destinado à classe média baixa. França (2018) aponta que parte dos projetos foram realizados em áreas com o tecido urbano já consolidado, mas cerca de 70% estão localizados na franja periférica da cidade, afastado das áreas centrais, de serviços públicos e infraestrutura.

A concentração de maioria desses empreendimentos próximos aos limites municipais foi proveniente da justificativa do mercado imobiliário de que os terrenos já dotados de infraestrutura teriam um custo mais elevado, onerando o preço da moradia, que deveria estar enquadrado nos valores pré-estabelecidos por município (FRANÇA, 2018, p. 963).

Em 2009 o PAR foi substituído pelo PMCMV. A construção das habitações ficou na responsabilidade das construtoras, sem interferência do poder público. Em Aracaju o programa ficou dividido em dois eixos de atendimento: de 0 à 3 salários mínimos e de 3 à 10 salários mínimos. Até 2014 para as famílias de baixa renda foram construídos apenas 4 empreendimentos, localizados em bairros carentes de infraestrutura e longe das ofertas de trabalho. Para o segundo eixo de atendimento foram construídos 45 empreendimentos, espalhados por vários bairros (ibidem).

Os interesses do mercado imobiliário na obtenção de lucro e a não inteferência do Estado levaram a essa discrepância na oferta de moradia. O PMCMV atendeu uma parcela mínima das mais de 20 mil famílias que sofrem com o deficit habitacional, além de ter

contribuído para o aprofundamento do processo de periferização da classe trabalhadora mais precarizada.

Desde a fundação da cidade de Aracaju o Estado atua como agente segregador. As inúmeras regras estabelecidas para a construção de moradia no tabuleiro de Pirro, as mudanças na plano diretor e na legislação para beneficiar as construtoras, a implementação de infraestrutura que ocasionou a valorização imobiliária são alguns exemplos.

A formação territorial de Aracaju demonstra o processo de expulsão da classe trabalhadora para as áreas periféricas ao longo da história. As áreas de mangue que eram ocupadas pela população ribeirinha hoje é habitada pela classe média e pelos setores de renda mais alta, como é o caso do bairro Treze de Julho que possui o perímetro urbano mais caro da cidade.

Enquanto isso, a classe trabalhadora mais pobre, que sofre com o problema habitacional, mora nas áreas mais desprovidas de infraestrutura e de serviços da cidade, em moradias precárias e, muitas vezes fruto, de uma ocupação espontânea pretérita. Mas, com o aumento da especulação imobiliária, desemprego e pobreza surgem novos despossuídos que fazem novas ocupações para garantir a sua reprodução social.

Nesse sentido, observa-se como historicamente a produção do espaço urbano de Aracaju é segregadora desde as suas raízes históricas, beneficiando sempre os que possuem maior renda, em detrimento daqueles que pouco possuem. A população pobre, que desde o início foi arrastada para fora do tabuleiro, é forçada a se deslocar para áreas cada vez mais distantes. Se antes elas habitavam as margens do Tabuleiro de Pirro, com o processo de expansão dos condomínios elas habitam bairros mais periféricos. Em alguns casos, como no bairro Coroa do Meio, a classe média e a classe trabalhadora precarizada dividem o mesmo bairro, com a última habitando as áreas de fragilidade ambiental. Constrói-se uma cidade cada vez mais segregada, onde seu *slogan* “Aracaju, a cidade da qualidade de vida”, só faz sentido para alguns e com certeza não é para a classe trabalhadora.

4.3 – A LUTA POR MORADIA

Quando o MTST começou sua atuação em Aracaju, a luta por moradia já estava sendo travada por outros movimentos sociais há quase 30 anos. Tais movimentos possuem diferentes táticas de atuação e organização distintas frações da classe trabalhadora. Dessa

forma, o Movimento se inseriu nesse cenário que já estava sendo ocupado há três décadas. Para entender melhor a inserção do MTST no espaço Aracajuano, vamos desvelar os movimentos que chegaram antes e os que se estabeleceram depois.

De acordo com Santana e Carvalho (2019), os movimentos sociais de moradia começaram a ter uma forte atuação em Aracaju no final da década de 1980. A conjuntura política nacional era favorável. Nesta década o país viveu grandes processos de luta com destaque para as greves do ABC Paulista e o movimento Diretas Já!. No espaço urbano os movimentos sociais realizaram várias ocupações que posteriormente se consolidaram como bairros. Também tiveram uma ampla participação levando suas reivindicações para o plano institucional que através de muita luta foi incorporada na constituição de 1988.

Em 1987, aconteceu o I Encontro Estadual de Movimentos Populares de Sergipe que resultou na criação do Centro Sergipano de Educação Popular (CESEP). Em 1990, nasce o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) em Aracaju através de uma ocupação espontânea de um terreno situado no bairro 18 do forte, onde cerca de 30 famílias moradoras de vilas, ocuparam tal área (ibidem).

Ao longo dos anos, o Movimento atuou em vários bairros da capital sergipana, principalmente, em áreas mais proletárias, como o bairro Industrial, bairro Santos Dumont e Lamarão. Suas ocupações, posteriormente se consolidaram enquanto bairros. De acordo com Santana e Carvalho (2019) o MNLN também fornece formações políticas para os seus militantes e elabora projetos de inclusão social. As autoras destacam que tais ações foram facilitadas pelo Programa Crédito Solidário, promovido pelo Ministério das cidades.

O Centro de Movimentos Populares também teve uma importante atuação no município, no que se refere a questão da habitação. Segundo as autoras:

[...] É uma entidade que congrega vários movimentos populares que buscam a melhoria das políticas públicas para negros, mulheres, crianças e adolescentes, LGBT, moradores de rua, pessoas com deficiência, movimento por transporte, moradia, dentre outros. A Central de Movimentos Populares participa da composição do Conselho das cidades, o que configura uma grande conquista dos movimentos populares (SANTANA; CARVALHO, 2019, p. 35).

Tal Movimento atua através de seus representantes que lutam pela conquista de imóveis que não possuem função social. Dessa forma, são firmados acampamentos e seus representantes entram em contato com o poder público para negociar a obtenção da área

ocupada. Além disso, também apoiam outros acampamentos. A atuação é a nível estadual e em Aracaju estão organizados no bairro 17 de Março, na área conhecida como cabo de revólver, na qual estão operando para que os moradores tenham a posse do terreno (ibidem).

O Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU) surge em Aracaju em 2007, através de membros do MST, moradores de casas de aluguel e aqueles que viviam em condições precárias ou sublocados. De acordo com Santos (2017), a primeira ocupação do MOTU aconteceu em agosto de 2007 em um terreno que funcionava o Companhia Estadual de Abastecimento Telefônico do Estado Sergipe (CEATES) localizado na Zona de Expansão. O clube encerrou suas atividades na década de 1990 e estava sem função social desde então.

De acordo com o autor a ocupação contava com 450 famílias que estavam alojadas em barracos de lona e não possuíam acesso à água e luz. No terreno havia vários objetos cortantes, situação que não permitia às crianças a ter um momento de lazer, pois corriam o risco de se machucarem.

Santos (2017) salienta que houve várias tentativas de negociações do Movimento com a prefeitura, no sentido de chegar a um denominador comum, mas não foi possível e a reintegração de posse aconteceu. Sem ter onde morar, as famílias acamparam na areia da Praia dos Náufragos. Durante este período o MST colaborou com o MOTU doando alimentos para as famílias e disponibilizando o seu setor jurídico.

Santana e Carvalho (2019, p. 36) elucidam como é o método organizativo do movimento e a escolha das suas áreas de atuação:

Como método de ação, estas organizações sociais, primeiramente identificam as áreas públicas ou privadas que não estão cumprindo sua função social; fazem mapeamento por fotos de satélite e buscam informações sobre o terreno; depois de realizadas as pesquisas eles destinam um grupo de pessoas para ocupar a área escolhida. São realizadas reuniões nas casas dos coordenadores, mas eles não informam qual será a área ocupada, revelando o local apenas no dia da ação, com o intuito de evitarem que outras pessoas saibam que irá acontecer a ocupação, prevenindo represálias por parte do proprietário ou da polícia.

Após o estabelecimento na área, são construídos os barracos. Em geral as novas ocupações recebem ajuda de outras ocupações, na qual é feita a formação política que ressalta a importância do Movimento e da luta por moradia. “Por volta de um mês após a consolidação do acampamento é feita uma lista oficial, com os nomes de quem irá permanecer na ocupação, que é enviada para os órgãos públicos, a fim de solicitar o direito de posse da terra”

(SANTANA; CARVALHO, 2019, p. 36). Em 2016 o MOTU possuía oito ocupações na cidade de Aracaju que organizava cerca de 2.361 famílias (SANTOS, 2017).

O Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) começou a ter uma atuação mais ampla no período de pandemia da covid-19. Se diferencia dos outros movimentos de moradia porque a sua base social reside na RMA. A base é composta por trabalhadores autônomos, desempregados e pessoas que vivem em habitações precárias.

A atuação do Movimento consiste na organização de rede de solidariedade (doação de alimentos, itens de higiene e etc.) com divulgação através das redes sociais. Os produtos arrecadados são distribuídos para as famílias de sem-teto que fazem parte do MLB. Além disso, o Movimento mantém a sua organicidade por meio de assembleias.

Em novembro de 2020 surgiu a primeira ocupação do MLB. Esta se localizava no centro de Aracaju. O imóvel ocupado pertencia a uma construtora e estava sem função social há cerca de cinco anos e com várias dívidas acumuladas. Cerca de 200 famílias provenientes da RMA ocuparam o prédio. A ocupação recebeu o nome de João Mulungu em homenagem ao negro sergipano que lutou ativamente pela abolição e libertou centenas de escravos.

Ao firmar a ocupação o Movimento organizou várias campanhas de solidariedade com o objetivo de arrecadar alimentos para a cozinha coletiva que foi organizada. Além disso o MLB estruturou mutirões de limpeza do prédio e atividades de formação com os ocupantes.

Na primeira semana de ocupação houve a primeira tentativa de reintegração de posse. Segundo as notas lançadas pelo Movimento, as intimidações da Polícia Militar eram frequentes nos primeiros dias. Em janeiro de 2021 o pedido de reintegração de posse foi suspenso e as famílias permaneceram na ocupação com uma maior estabilidade até maio de 2021, quando a prefeitura – com o objetivo de beneficiar a construtora – fez novamente o pedido de reintegração de posse que foi aceito e permitiu o uso da Polícia Militar durante a ação. A justificativa era que as famílias da “João Mulungu” tinham onde morar.

A reintegração de posse foi violenta e resultou em 7 militantes detidos. Além disso a cozinha coletiva e a biblioteca foram destruídas. Durante dias os movimentos sociais de Sergipe fizeram pressão em frente a delegacia pedindo a liberdade dos militantes. Após alguns dias de vigília todos foram libertos.

Atualmente o MLB não possui ocupações na capital sergipana. Sua atuação tem sido mais associada a apoio solidário e político na formação de grupos. O Movimento segue na ativa com suas campanhas de arrecadação. Em dezembro de 2021 o MLB fez uma campanha

nacional nos supermercados denunciando a fome e os preços abusivos dos alimentos. A ação foi reproduzida em Aracaju e teve uma grande repercussão.

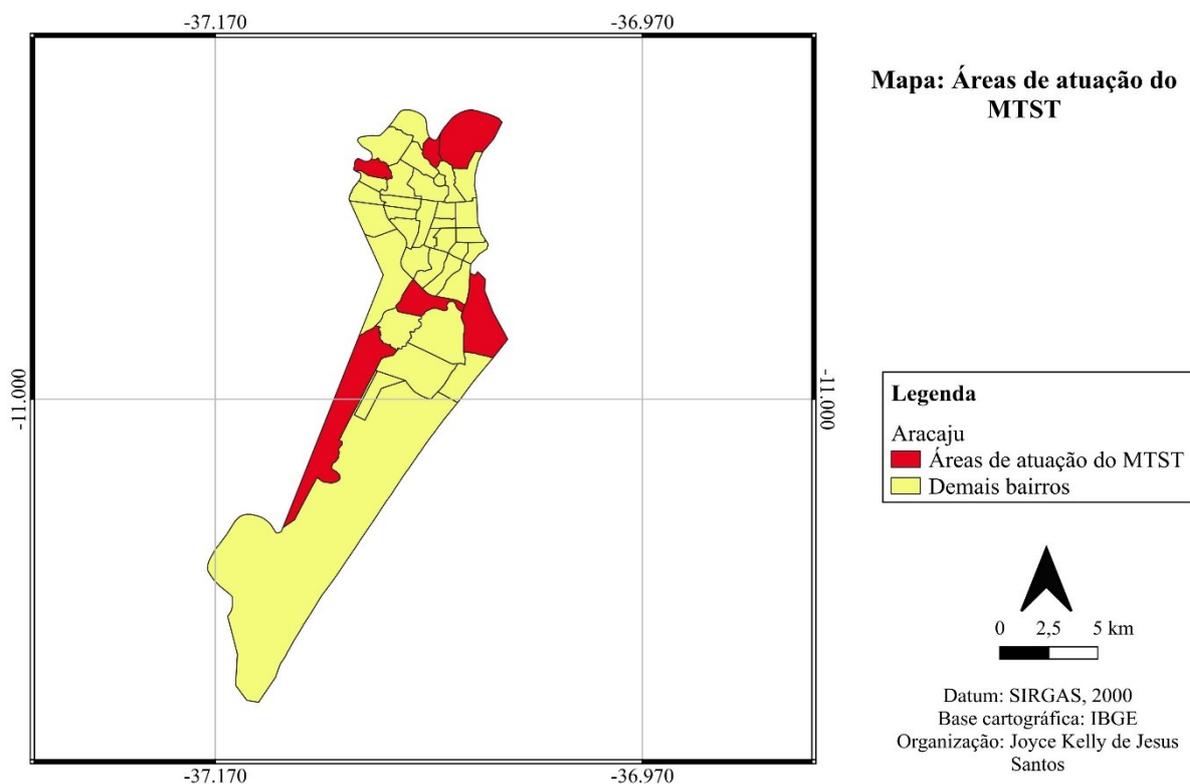
4.4 – O MTST EM AÇÃO: GENÊSE, DESAFIOS DA LUTA POR HABITAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

O MTST foi fundado em Sergipe em 2017, quando um grupo de militantes que já possuía experiências com movimentos de bairros resolveu construí-lo em Aracaju. Essa decisão surgiu após a aproximação de Vinícius de Oliveira – membro fundador– com a coordenação nacional do MTST. A proximidade aconteceu depois de viagem do militante Vinícius para São Paulo, com a finalidade de realizar a pesquisa de campo de sua dissertação de mestrado, que tem como tema, o MTST. Nessa experiência ele fez um mergulho etnográfico de 12 dias nas ocupações, no qual conheceu de perto os objetivos e a história do Movimento.

Nesse mesmo ano, o Movimento realizou o *Encontro Nordeste do MTST* que tinha como objetivo expandir a atuação do MTST nesta região. Essa conferência ajudou a dar o pontapé inicial para a fundação do Movimento em Aracaju e a formação dos núcleos de base. Atualmente o Movimento está atuando na Zona Norte (Bugio, Porto Dantas e Japãozinho) e Zona Sul de Aracaju (Coroa do Meio, Inácio Barbosa, Santa Maria). (ver figura 6). Vale ressaltar que alguns membros fundadores são filiados ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e integram a corrente interna Insurgência.

Para iniciar as ações do Movimento realizou-se uma identificação das áreas mais pobres de Aracaju, assim, foi possível identificar setores sociais com sujeitos dispostos a se engajar na luta por moradia, por serem estes sujeitos os mais atingidos pela questão habitacional. Segundo Modesto (2019), a partir daí foram organizadas as primeiras reuniões para definir a atuação na cidade.

Figura 6. Aracaju - áreas de atuação do MTST 2021



A Zona Norte de Aracaju é onde mora a população mais pobre da cidade, é uma área com infraestrutura precária, muitas ruas não possuem pavimentação, nem saneamento básico. Já a Zona Sul é uma área que está se expandindo, principalmente com a construção de condomínios. É onde mora a população dos setores médios da cidade (com exceção do Bairro Santa Maria, onde mora parte da população mais pobre da cidade), porém imbricado no meio dos prédios e casarões existem comunidades de trabalhadores que resistem ao processo de especulação imobiliária. A Zona Oeste teve o início da sua ocupação em meados do século XX e se expandiu através dos programas de habitação do governo. Já a Zona de Expansão é onde se encontram os casarões de veraneio e alguns povoados remanescentes.

Guilherme Boulos (2015) aponta que 1/3 da população brasileira sofre com o problema da moradia, seja por habitação precária, coabitação ou gasto excessivo com aluguel.

São trabalhadores dos mais diversos setores que não possuem condições de ter uma habitação adequada. As pessoas em situação de rua são a face mais extrema do deficit habitacional promovido pela lógica do capital, a maioria são desempregados que foram arrastados – pela falta de trabalho ou por baixos salários – para aquela situação.

O autor ainda elucida que os sem-teto não são apenas as pessoas que estão em situação de rua, mas todos aqueles que sofrem com o deficit habitacional. A maioria dessas famílias vivem nas periferias urbanas e trabalham na informalidade. Com o constante retirada dos direitos sociais cresceu o número de trabalhadores na informalidade. Segundo o IBGE²⁴ em 2019, 41,6% dos trabalhadores encontravam-se sem vínculo formal, ou seja, 39,3 milhões de pessoas. Grande parte destes trabalhadores possuem baixa escolaridade. Além disso, a população mais atingida é a preta e a parda (47,4%) em todas as unidades da federação, enquanto os brancos são 34,5%.

Os dados corroboram com a realidade encontrada nas ocupações do MTST-SE. A maioria dos ocupantes são mulheres negras, de origem periférica com baixa escolaridade, majoritariamente atingidas pelo desemprego estrutural. Com o agravamento da precariedade do trabalho, muitos deles precisam trabalhar além da jornada de trabalho de 8 horas por dia. Tal condição afeta a dinâmica militante dos ocupantes, devido a jornada de trabalho exaustiva ocorre uma diminuição na participação das atividades promovidas nas ocupações.

No cenário de crescente desemprego os moradores da ocupação sofrem com outro problema que afeta a vida profissional e o cotidiano: o preconceito de CEP. O chamado preconceito de CEP acontece quando o empregador deixa de contratar o candidato a vaga devido ao seu endereço de moradia e quando os *deliveries* e motoristas de aplicativo não aceitam o serviço em razão do local de moradia.

Os ocupantes relataram que ao pleitear vagas de trabalho precisam colocar outro endereço, caso contrário o mais provável é que não passem na seleção. O mesmo acontece com os serviços de *delivery* e motorista de aplicativos. Como solução o endereço colocado nas entregas e currículos é o endereço do condomínio vizinho do PMCMV.

Nesse cenário de desigualdade e preconceito a luta por moradia não se faz sem conflitos com os agentes dominantes, afinal a luta por habitação interfere em algo central da sociedade capitalista: a propriedade privada. Segundo um dos coordenadores antes de fazer uma ocupação o Movimento investiga e mapeia os terrenos públicos ou privados que estão

24 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-11/ibge-informalidade-atinge-416-dos-trabalhadores-no-pais-em-2019> acesso em: 01/02/2022.

sem função social há muitos anos. De acordo com o artigo 1275 do Código Civil de 2002 perde-se a propriedade do imóvel urbano em três anos: I – por alienação; II – pela renúncia; III – por abandono; IV – por perecimento da coisa; V – por desapropriação. Desse modo, garante-se que a ocupação seja feita dentro do que foi instituído pelo código civil.

As ocupações sempre são realizadas em terrenos abandonados e sem função social, porém o Estado adota como tática a criminalização e repressão dos Movimentos. Além disso, quando ocorre uma ocupação a decisão judicial sempre é a favor do proprietário do imóvel e logo ocorre a reintegração de posse. As famílias são colocadas na rua ou remanejadas para outro local.

As reintegrações de posse são mais violentas quando a ocupação está localizada em um área de interesse imobiliário. A reintegração de posse da ocupação “Marielle e Anderson Vivem” foi a mais violenta na breve história do MTST-SE. Tal ocupação estava localizada no bairro Coroa do Meio, próximo ao *Shopping Center Rio Mar*, área de interesse de grande valorização imobiliária. As famílias ocuparam e em cerca de uma semana houve a reintegração de posse que se desenrolou de forma violenta. Já nos primeiros dias o prefeito Edvaldo Nogueira (PCdoB) colocou a guarda municipal para reprimir os ocupantes. Vale destacar que o terreno era de propriedade da prefeitura de Aracaju, onde se localizava a Empresa Municipal de Serviços Urbanos (EMSURB) e está desocupado há vários anos.

Cerca de uma semana depois a Polícia Militar foi acionada pelo prefeito. Na ação os policiais utilizaram arma de fogo letal contra os ocupantes, atingindo o tórax de uma militante de 18 anos grávida que estava com seu filho de apenas 2 anos de idade. A reintegração prosseguiu e a prefeitura realocou cerca de 300 famílias sem-teto para um galpão, localizado no bairro América, Zona Oeste de Aracaju.

O galpão (figura 7) não tinha ventilação e possuía apenas dois banheiros. O acordo entre a prefeitura e o MTST possuía os seguintes termos: I – as famílias passariam apenas uma semana no local; II – a alimentação seria disponibilizada pela prefeitura; III: a prefeitura ficava responsável em criar um grupo de trabalho com membros da EMSURB e do MTST com o objetivo de achar um terreno da prefeitura para as famílias.

Figura 7: Galpão no bairro América



Fonte: <https://sindipetroalse.org.br/noticia/2113/solidariedade-a-ocupacao-marielle-e-anderson#prettyPhoto> acesso em: 02/02/2022.

As famílias ficaram amontoadas no galpão durante meses em condições extremamente precárias. No decorrer da estadia muitas pessoas ficaram doentes, principalmente as crianças. Devido às condições insalubres, muitas famílias desistiram da ocupação. Além disso, depois de um certo período a prefeitura parou de disponibilizar alimentação, descumprindo um dos termos do acordo.

Ao longo das negociações a prefeitura apontou que não tinha terreno disponível no momento. O Movimento propôs o terreno da ocupação – na Coroa do Meio – para a doação, porém o poder municipal salientou que era impossível, pois naquele terreno seria construído prédios administrativos. O MTST apontou alguns terrenos e em todos recebeu resposta negativa.

Após as diversas tentativas do MTST e recusas da prefeitura para a doação de um terreno, o Movimento avaliou que o poder municipal não estava tratando a questão com seriedade e todas as suas ações apontavam que a prefeitura buscava ganhar tempo e desmobilizar a base do MTST. As condições a que as famílias eram submetidas no galpão aliadas ao convívio excessivo entre as mesmas, faziam surgir pequenos conflitos e minavam o

moral dos sem-teto. Assim, o Movimento tomou a decisão de sair do galpão e reorganizar a luta por moradia.

Já na ocupação “Beatriz Nascimento”, fundada em novembro de 2017 no bairro Japãozinho, o período de consolidação foi marcado pelas “batidas” da Polícia Militar que ocorriam com frequência. Tinha como objetivo desestabilizar e fazer os ocupantes recuarem, pois instaurava o medo e reforçava a visão de que os movimentos sociais são compostos por “criminosos”, “vagabundos” e “desocupados”.

No primeiro item desta seção destacamos como o Estado ao longo da história atua como agente segregador e a favor do mercado imobiliário aracajuano. As táticas utilizadas pelo Estado contra o MTST apontam a defesa de interesses próprios, das construtoras e a criminalização da luta pela moradia. Tal criminalização histórica perpassa as gestões municipais de partidos de direita e partidos de esquerda.

No segundo semestre de 2019, houve a primeira ruptura política do MTST-SE. Os membros fundadores que integravam a corrente Insurgência romperam com o Movimento. Os motivos não foram muito bem esclarecidos e não temos a intenção de aprofundar isto aqui, porém a saída destes militantes enfraqueceu o MTST, visto que eles organizam a escola popular na ocupação “Beatriz Nascimento” e atualmente o projeto está parado, assim como a cozinha coletiva da ocupação.

Para além das ocupações, o Movimento realiza outras atividades. As assembleias são realizadas nas ocupações semanalmente, porém durante a pandemia da covid-19 – período em que muitas pessoas estão desempregadas e os Movimentos estão com dificuldade de organização – a periodicidade é a cada 15 dias ou uma vez por mês.

As assembleias são os espaços de debate e deliberações do Movimento. Tal atividade é uma forma de manter a organicidade e engajamento dos militantes, pois mobiliza seus militantes e reforça a coesão com a linha política nacional do MTST. Além disso, é onde os militantes exercem seu poder de voto. Goulart (2011, p. 192) elucida a importância das assembleias. Para a autora:

[...] A participação é um convite a pensar o poder popular exercitado nos acampamentos, nas manifestações, etc., poder este que não se encerra nas cercas do acampamento, mas que deve se espriar para as disputas políticas e sociais na sociedade de classe, sendo assim, uma organização que propicia uma nova forma de ser, para pensar uma outra sociedade.

As atividades de formação política dos ocupantes são constantes. Tem como foco a desmistificação das relações capitalistas. Vale destacar que tais atividades reforçam a importância da luta por moradia, ajudam a criar um sentimento de pertencimento ao espaço e ao Movimento e formar a identidade dos sem-teto. Goulart (2011, p. 292) destaca que os sem-teto podem ter várias origens, mas sua identidade só é adquirida dentro do movimento social. Nas palavras da autora:

[...] os sem-teto podem ser provenientes de diversas situações de moradia e de trabalho. Podem vir da população em situação de rua, de famílias conviventes, de moradores de habitações inadequadas, de famílias com ônus excessivo da renda com aluguel, etc, mas passam a ser sem-teto quando assumem-se enquanto tal e isso acontece no interior do movimento por moradia. Não ter casa não é, portanto, sinônimo de ser sem-teto.

Atividades de formação política também são realizadas por outros movimentos e coletivos que possuem afinidade política com o MTST, sendo uma maneira de garantir formações periódicas e manter uma relação próxima com seus aliados. As atividades, geralmente, são rodas de conversa sobre temas pertinentes a conjuntura como racismo, violência doméstica e feminismo. As atividades podem ocorrer nas ocupações ou em núcleos de base do MTST.

Os núcleos de base cumprem o papel de conquistar mais militantes para o Movimento e construir uma referência social no bairro. As reuniões são realizadas com moradores do local onde o núcleo está localizado que simpatizam com o Movimento. As pautas giram em torno do local moradia, são debatidos os problemas do bairro e as suas possíveis melhorias. Algumas ocupações começaram com os núcleos de base que prepararam como seria todo o procedimento.

Quando é firmada uma nova ocupação o Movimento prioriza os espaços de vivência coletiva (figura 8). Também são realizados mutirões de limpeza, construção de barracos e abertura de ruas. As áreas que virão ser a cozinha coletiva, banheiro (feminino e masculino) o barracão (onde é realizada as assembleias e eventos), e a briqueboteca. As cozinhas coletivas servem três refeições ao dia para os moradores da ocupação onde está localizada. Os alimentos são arrecadados através de doações e alguns militantes ficam responsáveis pela organização e distribuição. Essa ação evita que os moradores – principalmente aqueles que estão desempregados – passem fome e tenham uma condição de vida mais digna.

Figura 8: cozinha coletiva ocupação Valdice Teles, 2021.



Fonte: Joyce Kelly de Jesus Santos, 2021.

Além disso são lançadas campanhas de solidariedade, para a doação de alimentos e itens de higiene. O objetivo é auxiliar os novos ocupantes no momento inicial da ocupação, que geralmente, é o mais difícil, pois possui mais instabilidade e incertezas sobre o futuro da ocupação.

A divulgação das campanhas é realizada através das redes sociais, principalmente pelo *Instagram* do MTST. As ações de arrecadação enfrentam muitas dificuldades, pois não é bem recebida pela maior parte da população, que ainda rejeita e criminaliza os movimentos de moradia. A maior parte das contribuições são mantidas por simpatizantes do Movimento e militantes de outros coletivos e partidos. Grupos de solidariedade auto-organizados e sem vínculos partidários também fazem ações pontuais em datas comemorativas como Natal e dia das crianças.

As ações de doação em datas comemorativas são do cotidiano das ocupações. Os coordenadores organizam a lógica de arrecadação e distribuição (figura 9). Na Páscoa, Dia

das Crianças e no Natal o público-alvo são as crianças que recebem brinquedos e chocolate. As famílias também são beneficiadas com cesta básica.

Figura 9: campanha de natal: doação de brinquedos e cesta básica, ocupação Beatriz Nascimento 2021



Fonte: Joyce Kelly de Jesus Santos, 2021.

No início da pandemia da covid-19, período em que várias atividades informais foram paralisadas, o Movimento organizou uma campanha de doações de alimentos para os seus núcleos de base. Os itens doados foram destinados para moradores do Pantanal e Coroa do Meio. As ações de solidariedade cumprem um duplo papel: além de ajudar os ocupantes, mantêm uma relação contínua com os seus apoiadores.

As ocupações possuem algumas regras de funcionamento. Vendas são proibidas porque fere um dos princípios políticos do Movimento: a solidariedade. Desta forma, é proibida a venda de terrenos e barracos ou qualquer tipo de comércio. Além disso, ao entrar na ocupação, são realizados o cadastro das famílias que tem o objetivo de quantificar e identificar os moradores da ocupação.

As marchas e passeatas são atividades essenciais para o MTST, pois através delas é possível pressionar o poder público. Em dezembro de 2019, o Movimento realizou uma

passada que saiu das ocupações Beatriz Nascimento e Valdice Teles em direção ao Palácio do Governo. O objetivo era pressionar o Governador Belivaldo Chagas (PSD) a reabrir o diálogo sobre moradia, assim como discutir um projeto de habitação para as famílias sergipanas. Vale lembrar que segundo a Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional em Sergipe em 2018 era de 75.684 moradias, já na Região Metropolitana de Aracaju (RMA) o déficit era de 32.397.

Em março de 2020 outra passeata foi realizada e recebeu o nome de “Marcha por Moradia”. A marcha saiu da Ocupação Valdice Teles em direção a prefeitura de São Cristóvão. O objetivo era dialogar com a prefeitura sobre a reforma urbana e políticas públicas de habitação. Essa ação conseguiu que o movimento participasse de uma reunião com a procuradoria do município de São Cristóvão. Na reunião discutiu-se qual seria a destinação do terreno da ocupação Valdice Teles e qual o destino das famílias que estão ali assentadas. O município pediu a suspensão liminar da reintegração de posse.

O MTST também realiza manifestações com outras pautas que vão além da moradia. Em fevereiro de 2021, o Movimento efetuou o fechamento de uma rodovia que liga Aracaju à São Cristóvão (ver figura 10).

Figura 10: Aracaju: Ato em defesa da vacina para todos e por a volta do auxílio emergencial, 2021



Fonte: Instagram MTST/Sergipe, autor desconhecido, 2021.

A pauta da ação era vacina para todos e a volta do auxílio emergencial. Com a crise da pandemia e a lentidão do governo federal em oferecer um plano de vacinação, as famílias, sobretudo as mais pobres atravessam uma crise financeira, além da taxa de mortalidade está entre as famílias com renda mais baixa.

As manifestações realizadas pelo MTST também são alvos da Polícia Militar. Uma das coordenadoras relatou que os protestos são duramente reprimidos pela Polícia Militar e que boa parte da população não entende o porquê das manifestações.

4.5 – OCUPAÇÃO COMO FORMA DE REPRODUÇÃO SOCIAL

A principal tática do MTST são ocupações de imóveis que não cumprem sua função social. Tais ocupações cumprem o papel de organizar uma base social no bairro e de conceder moradia imediata para as famílias em maior vulnerabilidade social. Goulart (2011, p. 189) aponta que “[...] A ocupação era apontada como uma atividade criminosa pela direita e uma atividade “irresponsável” pela esquerda”. Tal tática é uma herança direta do MST, mas que o MTST resignificou para as subjetividades presentes no espaço urbano.

Em Aracaju a tática segue a mesma que era utilizada no início do Movimento: ocupar o terreno para lutar por sua posse. Consideramos que isso se deve ao fato de que a capital sergipana possui uma particularidade que colabora para isso: existem muitos terrenos públicos que estão abandonados sem cumprir função social, condição que em tese facilitaria as negociações com o Estado.

Modesto (2019) aponta que o Movimento tem muita dificuldade em acessar informações públicas que ajudam a organizar a luta por moradia. Desse modo, o Movimento tem obstáculos para conseguir dados sobre os devedores do Estado, o banco de terras públicas, além da falta de um observatório sobre políticas urbanas em Aracaju. São questões simples, mas que impactam o dia a dia do MTST e torna a organização da luta mais difícil e lenta.

Apesar destes empecilhos as ocupações acontecem e sobrevivem com muitas dificuldades. Na visita de campo observou-se que as condições das ocupações são bastante precárias. Os barracos possuem cerca de 3 metros quadrados, são organizados em fila e identificados por numerações (figura 11). As vias não possuem calçamento, são muito irregulares e em diversos trechos estão cobertas de cascalho e vegetação. Quando chove

ocorre o alagamento dos barracos, situação que causa vários danos aos ocupantes. Apesar disso os moradores se sentem felizes de depois de muito tempo ter seu próprio lar, mesmo em condições insalubres, como relata um dos ocupantes: “é a primeira vez que tenho minha casinha, com minha própria rotina. Tô muito feliz de tá aqui, apesar das dificuldades” (Trabalho de campo, Ocupação Valdice Teles, dez/2021) . São as ocupações que permitem que essas pessoas tenham um teto.

Figura 11: Disposição dos barracos, ocupação Valdice Teles, 2021.



Fonte: Joyce Kelly de Jesus Santos, 2021.

De acordo com o regimento interno do MTST não é necessário que todos os militantes morem na ocupação, mas é orientado que construam seus barracos para dar um maior volume e ter uma maior aparição externa. Dessa forma, os militantes que possuem melhores condições socio-econômicas optam por não morarem na ocupação e muitas vezes doam seus barracos para os novos ocupantes.

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em proibir os despejos durante a pandemia da covid-19 foi fundamental para o MTST. O Movimento conseguiu ganhar tempo

e manter uma de suas ocupações por mais de dois anos. Quando a decisão for suspensa a luta será para conseguir a posse do terreno ou a concessão de outro terreno para as famílias. É importante salientar que com o desmonte da política habitacional os moradores terão que buscar outras soluções para construir suas casas.

Em relação às ocupações do MTST na cidade de Aracaju, todas as dificuldades que já relatamos são vivenciadas. Os desafios se avolumam e o poder público quase nunca se coloca em favor dos trabalhadores sem teto. O item que segue vislumbra esse quadro.

4.5.1 – Ocupação Beatriz Nascimento

Dona Glória²⁵ de 63 anos, moradora e liderança local do Bairro Japãozinho, ao ver a chegada do novo Movimento no seu local de moradia, interessou-se em saber quem eram aquelas pessoas e quais seus objetivos. Havia muitos receios, sendo o principal deles o fato de muitos movimentos se aproveitarem da pobreza do povo para se construir politicamente. Uma colega a convidou para participar das reuniões que aconteciam no bairro no período antecedente da ocupação. No primeiro dia de ocupação, ela ajudou o MTST a construir os primeiros barracos e continua no Movimento até hoje lutando pelo direito à moradia e pelo direito à cidade, apesar de não ser sem-teto. O fato do Movimento não cobrar mensalidade de aluguel aos ocupantes foi um dos motivos para ela começar e continuar construindo o MTST. Para Dona Glória, o problema da moradia reside no fato dos governantes priorizarem os próprios interesses, enquanto a população não conhece os seus direitos, fato que impossibilita a reivindicação de tais direitos. (Trabalho de campo, Ocupação Beatriz Nascimento, dez de 2021)

A primeira ocupação do MTST aconteceu no Bairro Japãozinho, na Zona Norte de Aracaju e recebeu o nome de “Beatriz Nascimento”, homenagem a historiadora negra sergipana de mesmo nome, vítima de feminicídio na cidade do Rio de Janeiro. A referida ocupação teve início em novembro de 2017. De acordo com Modesto (2019, p. 45) “[...] A adoção do seu nome, pelo MTST, simboliza a retomada da força das mulheres periféricas negras e lutadoras dos movimentos sociais”.

O país vivia em uma conjuntura de pós golpe midiático-parlamentar e de reformas neoliberais. O golpe seguido das investidas contra os direitos sociais mudou qualitativamente

25 Nome fictício.

a correlação de forças entre as classes sociais, e alterou a capacidade de mobilização da classe trabalhadora. Além disso, as condições de precarização da classe trabalhadora se aprofundaram. Enquanto isso a extrema direita avançava no país, sendo um dos nomes mais cotados para a presidência da república o do ex- deputado federal e atual presidente da república (2018-2022).

A situação geral não era favorável, mas a necessidade de ter onde morar falou mais alto. Os primeiros ocupantes eram pessoas que moravam em bairros vizinhos ou no próprio bairro. Eram pessoas que decidiram ocupar aquele terreno por diversos motivos. Parte era formada por jovens adultos que não conseguiam ter condições econômicas de ter seus próprios lares, dependendo de parentes, como é o caso de Lucas²⁶, 28 anos, que decidiu ingressar na ocupação para sair da casa do pai.

Antes de fazer parte da ocupação, Lucas participou de algumas reuniões para conhecer o Movimento que chegara ao seu bairro e depois de um mês do início da ocupação decidiu montar seu barraco. História comum a muitos, Lucas relatou que antes de conhecer o MTST tinha uma visão negativa dos movimentos que realizam ocupações. Pensava que eram “vagabundos” e “invasores”, mas a experiência prática com o movimento social e a ocupação, além da formação política oferecida pelo próprio Movimento, desconstruíram este olhar (Trabalho de campo, Ocupação Beatriz Nascimento, novembro de 2021).

Já Maria²⁷, 42 anos, viveu o lado extremo do problema habitacional. Natural do Paraná ao se mudar de estado viveu um tempo em situação de rua, pois não conseguia uma vaga de trabalho. Quando surgiu a ocupação no Japãozinho, Maria havia se separado do seu companheiro e não possuía condições econômicas necessárias para pagar aluguel. Através de um amigo conheceu o Movimento e começou a residir dois dias após o início da ocupação. Ela relata que não havia escolha era ocupar ou voltar a viver na rua. (Trabalho de campo, Ocupação Beatriz Nascimento, novembro de 2021)

A história de Mayara e Eduarda²⁸ (25 e 31 anos) são semelhantes. São ocupantes que já haviam participado de movimentos de moradia em Aracaju, em ocupações que localizavam-se próximo a área central da cidade e conheceram o Movimento através de uma amiga que as convidou para participar de reuniões. Ambas residem na Ocupação Beatriz Nascimento desde o primeiro mês de instalação. Mayara relatou que morou durante dois anos

26 Nome fictício.

27 Nome fictício.

28 Nomes fictícios.

em uma ocupação auto-organizada, onde ocorreu um homicídio, fato que desestabilizou a ocupação e culminou na sua saída. (Trabalho de campo, Ocupação Beatriz Nascimento, novembro de 2021)

As trajetórias de vida e os caminhos que levaram a ocupação são diferentes, mas a necessidade de ter uma moradia é o ponto onde as histórias se cruzam. A mobilidade espacial é semelhante: são trabalhadores e trabalhadoras pobres e periféricos da Zona Norte de Aracaju.

Segundo a Fundação João Pinheiro, estima-se que em 2017 o déficit habitacional segundo sexo responsável por domicílio na RMA atingia 22.931 mulheres. Em 2019 este número cresceu consideravelmente atingindo cerca de 26.442 mulheres. Tais dados se refletem na ocupação, pois a maioria dos ocupantes são mulheres negras jovens, entre 18 e 30 anos, e já são mães.

O terreno onde está localizado a Ocupação Beatriz Nascimento possui 15.000 m² e pertence ao poder público. Serviria para a construção de uma escola, contudo estava abandonado há muitos anos. Segundo Modesto:

Em junho de 2018, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto conquistou a posse do terreno onde estão assentados, de modo que ficou acordado entre o movimento e o poder público que o terreno abrigue, além das novas habitações, também a escola de ensino médio para a qual havia sido destinado, originalmente, o terreno ocupado, para que não haja disputa de direitos entre educação e moradia (MODESTO, 2019, p. 44).

Contudo, apenas 4.000m² dos 15.000m² foram doados para o movimento. O acordo inicial era de construir uma escola menor para que a maior parcela do terreno fosse destinada a moradia, porém isso não ocorreu (MODESTO, 2019). Em dezembro de 2021 construíram um muro que divide a parte do terreno que será destinado a ocupação. Nesse processo foi necessário reorganizar os barracos. Até o momento que está sendo escrita esta dissertação (janeiro de 2022) a escola ainda não foi construída.

No período de consolidação da ocupação o Movimento encontrava-se em uma situação de maior fragilidade. Estava se estabelecendo em uma nova cidade, que possui uma dinâmica própria e com as lideranças locais com pouca experiência com a tática de ocupação de terrenos ociosos. Além disso, o cenário de polarização política se acirrava no país. Era necessário manter a segurança da ocupação recém fundada, pois isso seria fundamental para a sua estabilização.

As rondas noturnas coletivas foi uma alternativa encontrada pelo Movimento de manter a segurança do local durante o período da noite. Eram organizados grupos e um deles era composto só por mulheres. As rondas foram fundamentais no período de consolidação, pois garantiu a segurança dos ocupantes, evitou furtos e ações violentas. Além disso a vigilância coletiva é uma tarefa formativa, que ajuda a conceber um sentimento de pertencimento social, político e espacial.

No início da ocupação as invasões da polícia militar eram muito recorrentes, e aconteciam sem nenhum mandado oficial. Esta situação causava medo e insegurança nos residentes, pois poderiam ter seu barraco invadido a qualquer momento sem nenhuma justificativa emitida pelos órgãos oficiais de justiça.

O auge das invasões irregulares aconteceu quando a polícia prendeu e espancou três jovens – moradores da Beatriz Nascimento – em um barraco que estava situado em uma área da ocupação mais afastada. Os moradores perceberam o sumiço dos jovens e fizeram uma ronda, na qual os encontraram. Os residentes desmancharam o barraco e colocaram fim a ação ilegal (Trabalho de campo, Ocupação Beatriz Nascimento, dez/2021).

Modesto (2019) aponta que a partir de 2018 a ocupação tornou-se mais vazia e alguns barracos começaram a se deteriorar. A autora avalia que

Apesar de o movimento ter conseguido posse de parte do terreno em que estão assentados e de a ocupação já ter completado um ano, a falta de recursos para a construção das residências aliado às difíceis condições de se viver por muito tempo em um espaço mínimo e com privacidade reduzida, fez com que muitas famílias desgastadas pelas condições de morar nas circunstâncias precárias da ocupação optassem por deixar os barracos e seguirem para soluções de moradia de aluguel ou passar alguma temporada em casas de parentes (2019, p. 50).

A construção do muro em volta da ocupação (ver figura 12) trouxe mais segurança, pois só existe uma entrada que dá acesso ao local, sendo mais fácil manter o controle de quem entra e de quem sai (Trabalho de campo, Ocupação Beatriz Nascimento, dez/2021).

Figura 12: Ocupação Beatriz Nascimento, Bairro Japãozinho, 2021



Fonte: Joyce Kelly de Jesus Santos, 2021.

Ao lado da ocupação localiza-se um condomínio faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida (ver figura 4). Os entrevistados relataram que a relação com os moradores do condomínio é permeada de conflitos e tensão. Parte dos moradores tem uma visão criminalizada do Movimento. Enxergam os ocupantes como vagabundos e invasores. Às vezes acontecem episódios de crianças jogando pedras por cima do muro, situação que o Movimento intervém para que não se torne uma briga de maiores proporções. Vale destacar que uma parte minoritária dos residentes do condomínio apoiam a ocupação do MTST e esporadicamente ajudam na luta por moradia.

4.5.2 – Ocupação Marielle e Anderson Vivem e Ocupação Marielle e Anderson Revivem

A segunda ocupação do MTST, que recebeu o nome de “Marielle e Anderson Vivem”, se estabeleceu próximo ao shopping Riomar, na Coroa do Meio, Zona Sul de Aracaju, em maio de 2018. Este bairro possui uma grande valorização imobiliária, a maioria da

população é de classe média, mas em determinada área vive uma população de baixa renda, onde o MTST possui um trabalho de base.

A área ocupada é de posse da prefeitura e se localiza em uma parte privilegiada do bairro, pois está perto do rio e de uma das vias principais do bairro, além de o terreno está localizado próximo a áreas como um shopping center e à Orla de Aracaju (MODESTO, 2019, p. 65).

Como já foi apontado no item 2 desta seção, tal ocupação durou apenas uma semana e foi marcada por conflitos entre os policiais e ocupantes. Na reintegração de posse houve uma violenta repressão policial e resultou em uma gestante baleada no peito. Cerca de 350 famílias ocuparam o terreno, com a reintegração de posse foram remanejados para um galpão, no qual viveram alguns meses em condições insalubres (MODESTO, 2019).

A terceira ocupação do Movimento aconteceu em dezembro de 2018, no Bairro Mosqueiro, Zona de Expansão de Aracaju (ocupação “Marielle e Anderson Revivem”), no antigo clube de servidores. Os moradores desta ocupação eram trabalhadores da praia, marisqueiros ou pescadores e muitos desempregados. Segundo um dos fundadores do MTST um dos objetivos de firmar uma ocupação naquele local é por ser próximo do local de trabalho da maioria dos ocupantes.

A ocupação possuía um caráter cultural. Foram realizados saraus, formações políticas, oficinas, visitas técnicas de alunos de arquitetura, horta orgânica e etc. A reintegração de posse aconteceu em abril de 2019.

4.5.3 – Ocupação Valdice Teles

A quarta ocupação está situada no Bairro Santa Maria, Zona Sul de Aracaju, e ocorreu em dezembro de 2019. A ocupação recebeu o nome de “Valdice Teles” e está localizada em um terreno que encontrava-se abandonado há cerca de 40 anos. De acordo com os ocupantes antes do estabelecimento da “Valdice Teles” o imóvel estava coberto de vegetação, servia como esconderijo para assaltantes que realizavam assaltos nas linhas de ônibus que por ali passavam, contribuindo para o aumento da violência urbana no bairro. Houve duas tentativas anteriores de ocupação espontânea, mas sem sucesso.

O bairro Santa Maria é um dos mais pobres de Aracaju, é marcado pela violência urbana, falta de infraestrutura e esquecimento do poder público. A maioria da população é

pobre e negra, estão ocupando os piores postos de trabalho com baixos salários. Uma grande parcela é marisqueira, catadoras de mangaba, catador de latinha, ajudante de pedreiro, dentre outras atividades que não exige um alto nível de escolaridade.

A ocupação abriga mais de 200 famílias, muitas delas que já eram residentes desse bairro. No início de 2020 foi feito o pedido de reintegração de posse, mas com a pandemia do covid-19, o STF suspendeu os despejos e reintegração de posse durante a pandemia. Vale lembrar que a ocupação está localizada nos limites dos municípios de Aracaju e São Cristóvão²⁹, uma área de disputa entre os dois municípios. As negociações pelo terreno estão sendo realizadas com a prefeitura de São Cristóvão.

Ao visitar a “Valdice Teles” e entrevistar seus moradores foi perceptível as consequências da crise social que o Brasil está enfrentando. Muitos moradores não tem acesso a botijão de gás e para cozinhar improvisando fogões a lenha. Além disso, os relatos demonstraram a insuficiência do auxílio emergencial de R\$ 150 oferecido pelo Governo Federal, sendo suficiente para comprar alimentos apenas durante uma semana.

Durante as entrevistas conhecemos a história de Luís³⁰ (33 anos) que relata sua trajetória de indivíduo que foi privado do direito à moradia. Filho de mariqueira viveu durante um tempo na casa de 6 m² com a sua mãe. Posteriormente foi morar com a sua tia e primos no mesmo bairro, no Santa Maria. Quando era criança jogava bola com os amigos no terreno que viria a ser a “Valdice Teles”. Ele relata que ao longo de sua vida o terreno sempre permaneceu abandonado, sem nenhum uso social. A ocupação deu um novo significado ao local, transformou um imóvel ocioso em local de moradia para centenas de famílias em vulnerabilidade social. (Trabalho de campo, Ocupação Valdice Teles, jan/2022)

A história de Luís se confunde com a de milhões de brasileiros que crescem vivendo com parentes em situação de coabitação e não tem perspectiva de que no futuro consiga adquirir uma habitação apenas com o fruto do seu trabalho. O Movimento, além de trabalhar a consciência de classe dessas pessoas, dá esperança de viver dignamente e lutar por seus direitos.

Os coordenadores relataram que a chegada da ocupação trouxe melhorias para aquela área do bairro. A instalação de iluminação pública e água encanada são reivindicações do MTST que foram atendidas e beneficiaram todos os moradores, além de trazer uma maior segurança para o bairro (Trabalho de campo, Ocupação Valdice Teles, jan/2022).

29 Informação retirada dos veículos oficiais de comunicação do MTST- Sergipe.

30 Nome fictício.

O sentimento de coletividade é algo muito presente na ocupação “Valdice Teles”. Quando chega algum morador novo as famílias fazem o esforço coletivo de acolher os novos ocupantes. Uma equipe é responsável por fazer a doação dos terrenos e construir os barracos. A cozinha coletiva recebe os alimentos doados e distribui refeições para toda a ocupação. Os conflitos e problemas cotidianos são debatidos e resolvidos nas assembleias e os moradores decidem se permitem tal comportamento dentro da ocupação, caso não seja permitido o ocupante é expulso por decisão da maioria.

Os espaços coletivos estão em funcionamento nesta ocupação ao contrário do que encontramos na “Beatriz Nascimento”. Porém na “Valdice Teles” não existe um barracão para as assembleias que são realizadas em um espaço no centro da ocupação a céu aberto. Os ocupantes organizaram uma horta coletiva no fundo da ocupação (figura 13). Os alimentos cultivados são hortaliças e raízes comestíveis. A horta auxilia na manutenção da cozinha coletiva e no combate a fome na ocupação.

Figura 13: Horta coletiva, ocupação Valdice Teles, 2021.



Fonte: Joyce Kelly de Jesus Santos, 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse nesse objeto de pesquisa nasceu da aspiração de trazer os processos de luta no espaço urbano para a universidade e contribuir para os estudos da questão urbana em Aracaju. Ao observar os trabalhos que estavam sendo produzidos na geografia sergipana, percebe-se que poucos se preocupavam em colocar os movimentos sociais urbanos no centro de suas pesquisas, gerando assim uma lacuna.

Em 2018, conheci o MTST através da figura Guilherme Boulos, o posicionamento do Movimento e suas ações diretas me instigaram a querer saber mais: quem eram aqueles sujeitos e como se organizavam. Na época estava pesquisando segregação socioespacial no município de Itabaiana e já planejava seguir carreira acadêmica. A partir daí comecei a acompanhar o Movimento pelas redes sociais e fazer contato com as lideranças.

Realizar uma pesquisa de mestrado na pandemia não foi fácil. Além de ser um trabalho muito solitário, questões atípicas e limitantes estavam colocadas. As disciplinas foram cursadas de forma remota, não houve discussões calorosas – olho no olho – com os colegas de curso e professores. Houve também a limitação da pesquisa bibliográfica, visto que as bibliotecas encontravam-se fechadas. O perigo da contaminação pelo vírus impediu que fosse feito um acompanhamento contínuo e presencial, deste modo o contato com o objeto de pesquisa em *locus* só foi realizado nos últimos meses do mestrado. Tais condições limitaram esta dissertação, mas não impediu a sua conclusão e que os seus objetivos fossem alcançados.

Ao iniciar a pesquisa tínhamos a premissa de desvelar os conflitos na luta por moradia e quais os reflexos da atuação do MTST no espaço urbano de Aracaju. Concluiu-se que o Estado é o maior oponente na luta por habitação, pois ele criminaliza, reprime e atua para desmontar o Movimento. Os conflitos com o mercado imobiliário ficam no plano secundário, uma vez que ainda não houve embate direto e que, ao se manterem sob a proteção do Estado, via aparato policial e judicial, em geral, não precisam aparecer.

O Estado na sociedade capitalista não é uma instituição neutra, acima das classes sociais. Pelo contrário, suas ações atendem aos interesses da classe dominante. Quando há uma ascensão de reivindicação e lutas da classe trabalhadora, algumas concessões são feitas com o intuito de manutenção da ordem do capital. No que diz respeito a luta por moradia tal estratégia do Estado vem sendo adotada desde o governo Vargas – que possuía uma base social trabalhadora.

O período de crise estrutural do capital foi fundamental para entender o contexto político e social do país. A conjuntura de crise agravou a precariedade das condições de vida da classe trabalhadora urbana. Nesse período, mercado imobiliário se tornou o segundo setor mais influente na produção do espaço urbano e o Estado ainda mantém a sua hegemonia em Aracaju.

A partir da década de 1990, com extinção do BNH, o mercado imobiliário ganhou mais relevância em Aracaju. Através da construção de novos condomínios em áreas tidas como periféricas, a população pobre começou a ser deslocada para localidades mais distantes. Os bairros da RMA nos limítrofes de Aracaju tornaram-se o local de moradia dos trabalhadores mais pobres que se deslocaram da capital. Vale destacar que a segregação socioespacial se aprofundou, uma vez que a população mais precarizada habita a periferia mais insalubre e distante. Morar em Aracaju se tornou caro e quase impossível para alguns setores da classe trabalhadora.

É nesse contexto que os movimentos urbanos começam atuar de forma organizada na cidade, pois sem condições materiais para se reproduzir a alternativa de muitos trabalhadores é se inserir uma ocupação para não morrer de fome.

Por outro lado há uma maior dificuldade de organização da classe trabalhadora, pois a jornada de trabalho está mais extensa e exaustiva, e sobra pouco tempo para a atuação política. A criminalização dos movimentos sociais é outro obstáculo na organização da luta por moradia. O medo e o terror orquestrado pelo Estado e partidos de extrema-direita afasta muitas pessoas do Movimento, uma vez que ela teme por sua vida e da sua família.

O MTST atualmente é o maior movimento de moradia do Brasil. Está presente em 14 estados e organiza milhares de famílias. Por ser o centro econômico nacional e as contradições estarem mais gritantes, São Paulo é o estado onde o Movimento está mais espacializado, consolidado e onde obteve suas maiores conquistas na luta por habitação.

Em 2014, em Taboão da Serra, foi entregue, através do PMCMV-E, o condomínio João Cândido que possui 380 apartamentos de 63m². Em 2019, em Santo André, foram entregues através do mesmo programa 910 apartamentos. As famílias contempladas possui renda de até 1 salário mínimo. Os padrões de condomínios do MTST são maiores do que os construídos pela iniciativa privada.

Um fato que deve ser mencionado é a bravura das mulheres na luta por habitação. Elas são a maioria e vanguarda nas ocupações, estão na linha de frente do MTST. O

Movimento ao homenagear mulheres negras colocando o nome nas suas ocupações é uma forma de fortalecer a ligação com esses setores e manter viva a história de luta dos que vieram antes.

O MTST ainda está em fase de consolidação em Aracaju. Durante a pesquisa de campo foi possível observar a dinâmica do Movimento e quem são seus sujeitos. Como já mencionado, as mulheres negras estão na linha de frente, pois são as mais atingidas pelo déficit habitacional. A conjuntura política de avanço da extrema-direita trouxe algumas dificuldades na entrevista. Não conseguimos entrevistar. Atualmente o Movimento possui duas ocupações, já conquistou a posse de um dos terrenos e mantém uma base social nos bairros de atuação. Ao todo o MTST participou de cinco ocupações no município. A ocupação “Beatriz Nascimento” é a mais antiga e já está mais consolidada. Através da ocupação e da luta judicial o governo doou 4.000 m² do terreno ao Movimento (o terreno possui 15.000 m²) para a construção de moradias. O restante da área seria destinada para a construção de uma escola, porém isso ainda não aconteceu. Um dos principais desafios do MTST é o financiamento para a construção das moradias para os ocupantes, visto que desde a extinção do Minha Casa Minha Vida Entidades, pelo governo Bolsonaro, o Brasil não possui uma política habitacional voltada para os movimentos sociais.

A ocupação “Vila do Sossego” localizada no Bairro Santa Maria possui um caráter diferente das outras, pois ela se iniciou de forma espontânea e o Movimento foi convidado para ajudar a organizar posteriormente. Uma parcela dos residentes é de catadoras de mangaba. Essas extrativistas estão na luta pela demarcação das suas reservas extrativistas que vem sendo expropriadas. Essa categoria também sofre com o problema da moradia, já que depende de um ecossistema que vem sendo constantemente devastado, dificultando a sua reprodução social. A Vila do Sossego recebeu a notificação de reintegração de posse em janeiro de 2021, e ocorreu em fevereiro do mesmo ano.

Ainda há muito espaço para a expansão do MTST no município de Aracaju e na RMA que possui um alto nível de precarização da vida dos trabalhadores.

Apenas através da luta que será possível a construção de um novo mundo com condições dignas para todos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANDRADE, V. C. **Programa minha casa, minha vida: financeirização da política habitacional e relações patrimonialistas em Sergipe**. São Cristóvão - Sergipe: 2018 (tese de doutorado). Universidade Federal de Sergipe (UFS).

ARACAJU. **Relatório final do diagnóstico da cidade de Aracaju**. FRANÇA, V. L. A. (Coord.). Prefeitura Municipal de Planejamento e Orçamento, Aracaju, 2014.

AZEVEDO, A. N. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. In: **Revista Rio de Janeiro**, Dossiê temático, n. 10, maio-ago, 2003, p. 39-79.

BARBOSA, Adoniran. Saudosa Maloca. In: **Saudosa maloca/Samba do Arnesto**, 1955, disco de 78 rpm.

BARBOSA, M. História de um tabuleiro de xadrez: fragmentos de uma cidade inventada. In: **Mnemosine**. Vol.11, nº1, 2015. Rio de Janeiro – RJ, p. 2-22.

BARSOTTI, P. D. . Estamos aqui pela humanidade! Viva a Comuna de Paris de 1871!. **Lutas Sociais (PUCSP)**, São Paulo, v. 8, p. 89-99, 2002.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. A aventura da modernidade. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação liberdade, 1988.

_____. Do governo Vargas ao Seminário de Habitação e Reforma Urbana: as tentativas pioneiras de enfrentar a questão urbana. In: BONDUKI, N. (org.). **A luta pela reforma urbana no Brasil: do seminário de habitação e reforma urbana ao plano diretor de São Paulo**. 1 ed. São Paulo: Instituto Casa da Cidade, 2018, p. 15-35.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto**. 4ªed. São Paulo (SP): Autonomia Literária. 2015.

BRESCIANI, M. S. **Londres e Paris no Século XIX: o espetáculo, da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRUM, M. S. I. *Memórias da remoção: o incêndio da Praia do Pinto e a 'culpa' do governo*. In: **ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL**, 11., 2012, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: [<www.encontro2012.historiaoral.org.br/>](http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/)

CARCANHOLO, Marcelo. Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. In: **Aurora**, ano IV, número 6 – agosto de 2010.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 9º. ed., 2ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **A condição espacial**. 1º. ed., 2ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2016a.

_____. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2016b, p. 95-110.

_____. Da organização a produção do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (org.). **A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 53-74.

CARVALHO, J. M. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CARVALHO, L. N. **As Políticas Públicas de Localização da Habitação de Interesse Social induzindo a Expansão Urbana em Aracaju- SE**: 2013. (Dissertação de Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CECHIN, A.; MONTOYA, M. **Origem, causas e impactos da crise financeira de 2008**. *Revista Teoria E Evidência Econômica*, 23 (48). <https://doi.org/10.5335/rtee.v23i48.7363>, (2017).

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 3º ed. São Paulo: Editora Ática. S.A, 1995.

_____. Análise crítica de textos geográficos: breves notas. In: **Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia**, Rio de Janeiro, RJ, n. 14, p. 7-18, 2º semestre de 2003.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe: A dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Maud, 2017.

DINIZ, Dora Neuza Leal. **Aracaju: a construção da imagem da cidade**. (Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010a.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Edipro, 2010b.

ENGELS, Friedrich. Introdução à Guerra Civil na França, de Karl Marx 1891. In: MARX, Karl. **A Guerra Civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

FALCHETTI, C. **Ação coletiva e dinâmica urbana: o MTST e o conflito na produção da cidade**. São Paulo, SP: 2019 (tese de doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores rurais Sem-terra – MST (1979 – 1999)**. São Paulo, SP: 1999 (tese de doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP.

FERRARI, C. Política previdenciária de habitação em São Paulo: os projetos dos IAPs entre as décadas de 1940 e 1950. In: **Anais do XVII ENAPUR**. São Paulo, SP, 2017.

FERREIRA, R. S. Jornadas de junho: uma leitura em quatro conceitos para a Ciência da Informação. InCID: **Revista da Ciência da Informação e Documentação**, v.6, p. 5-19, 2016.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UERJ, 2011.

FRANÇA, S. L. A. **Estado e mercado na produção contemporânea da habitação em Aracaju-SE**. Niterói, RJ: 2016 (tese de doutorado). Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal Fluminense – UFF.

_____. Produção Habitacional de Interesse Social em Aracaju-SE, Brasil: Periferização do Direito à Moradia? *In: Anais do 8º Congresso Luso-brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável (pluris 2018) Cidades e Territórios - Desenvolvimento, atratividade e novos desafios*. Coimbra – Portugal, 2018, p. 955-968.

FRANÇA, S. L. A.; REZENDE, V. L. F. Aracaju e diferentes formas de habitar: os dois lados da moeda da cidade dual e partida. *In: Anais do 7º Congresso Luso Brasileiro para o planejamento urbano, regional, integrado e sustentável*. Maceió – AL, 2016.

_____. O Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV EM Aracaju-SE: uma nova “roupagem” da política habitacional do Banco Nacional de Habitação – BNH?. *In: Anais XVIII ENANPUR*, 2019.

FREITAS, C. 20 anos do MTST: um formigueiro contra o neoliberalismo. *Esquerda Online*, São Paulo, 10 de dez. De 2017. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2017/12/10/20-anos-do-mtst-um-formigueiro-contra-o-neoliberalismo/> . Acesso em: 05/12/2020.

FREITAS, C. **A revolução urbana na Comuna de Paris**. *Jacobin*, São Paulo, 18 de maio de 2021. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2021/05/a-revolucao-urbana-na-comuna-de-paris/> . Acesso em: 30/05/2021.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil – 2016-2019**. Fundação João Pinheiro. – Belo Horizonte: FJP, 2021.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. 1º ed. São Paulo: Loyola, 1991.

GOULART, D. C. **O Anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)**. Marília, SP: 2011 (tese de doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O direito à cidade**. *Lutas sociais*, São Paulo, n. 29, pp.73-89, 2012.

_____. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Editora Loyola, 2016.

HOBBSBAWN, Eric J. **A era das revoluções**: Europa 1789 -1848. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991 [1977].

LACERDA, L.; GUERREIRO, I.; SANTORO, P. F. **Por que o déficit habitacional brasileiro é feminino**. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/por-que-o-deficit-habitacional-brasileiro-e-feminino/> acesso em: 12/01/2022.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006

_____. 2011. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro

LIMA, S. L. R. **Metamorfoses na luta por habitação: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)**. Rio de Janeiro, RJ: 2004 (tese de doutorado). Instituto de Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LONDON, JACK. **O povo do abismo: fome e miséria no coração do império britânico-uma reportagem do início do século XX**. Tradução Hélio Guimarães. – São Paulo: Expressão popular, 2020.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a Arquitetura Possível In: MARICATO, E. (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2ª ed. – São Paulo: Editora Alfa-Ômega, p. 71-93, 1982.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Tradução de Álvaro Pina. 1ºEd. – São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **Crítica ao programa de Gotha**. Tradução de Rubens Enderle. 1º Ed – São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O Capital: Crítica da economia política, Livro I: o processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. 2º Ed – São Paulo: Boitempo, 2017.

MILANO, J. Z. **Um lugar para chamar de seu? O Programa Minha Casa Minha Vida e a ideologia da casa própria.** Porto Alegre, RS: 2013 (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

MODESTO, E. A. **Organização espacial e política das ocupações do MTST em Aracaju/SE e seus desdobramentos habitacionais.** Laranjeiras, SE: 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Sergipe – UFS.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90.** São Paulo, Cortez, 1995.

OCTAVIANO, Carolina. Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde. **Com Ciência** [online]. 2010, n.120, pp. 0-0. ISSN 1519-7654.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PERLMAN, Janice. **O mito da marginalidade: Favelas e política no Rio de Janeiro.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras.** 10ªed. - São Paulo: Contexto, 2019.

LUCCHESI, M. C.; ROSETTO, R. A política urbana no governo militar (1964-1985). in: BONDUKI, N. (org.). **A luta pela reforma urbana no Brasil: do seminário de habitação e reforma urbana ao plano diretor de São Paulo.** 1 ed. São Paulo: Instituto Casa da Cidade, 2018, p. 35-80.

RABELO, J. N. **Sociabilidade e Enobrecimento: O Bairro Treze de Julho em Aracaju.** (Dissertação de mestrado) São Cristóvão, SE: 2009. Núcleo de Pós-Graduação em e Pesquisa em Ciências Sociais. Universidade Federal de Sergipe – UFS.

STÉDILE, J. P. Introdução. In: STÉDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000.** 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 17-33.

SAMPAIO Jr., P. A. Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária. In: STÉDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000.** 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 189-240.

SANTANA, D. C. S.; CARVALHO, L. N. Resistência urbana em Aracaju/SE: a conquista do residencial Vitória da Resistência. In: **cadernos da graduação: ciências humanas e sociais**. Aracaju, v.5, n. 2. 2019, p. 31-46.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, S. C. **A análise da transformação urbana do bairro Coroa do Meio mediante teoria da sintaxe espacial – Aracaju/SE**. Brasília – DF: 2009 (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Brasília – UNB.

SANTOS, J. E. **A luta por habitação popular: a espacialização do Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU)**. São Cristóvão, SE: 2017 (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe – UFS.

SHIMBO, L. Z. **Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre estado, empresas construtoras e capital financeiro**. São Carlos, SP: 2010 (tese de doutorado). Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo.

SIMÕES, G.; CAMPOS, M.; RAFAEL, R. **MTST 20 anos de história: luta, organização e esperança nas periferias do Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

SILVA, M. G. C. F. Reforma urbana Pereira Passos: resistências de uma população excluída. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v. 50, n. 1, mar./jun., 2019, p. 409–447.

SOUZA, LENE. Porque ocupamos? In: BOULOS, Guilherme. **Porque ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto**. 4ªed. São Paulo (SP): Autonomia Literária. 2015.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1997.

SUETERGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de campo em geografia. In: Anais IV Encontro Estadual de Geografia de Minas Gerais. Mimeo, sd, 5 pag.

SUZIGAN, Wilson. Industrialização brasileira em perspectiva histórica. In: **História econômica & história de empresas III**. n. 2, 2000, p. 7-25.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa I: A árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TROTSKY, Leon. **Literatura e Revolução**. Tradução: Luiz Alberto Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Edição digital: fevereiro 2013. Disponível em: <https://gremiojovenspensadores.files.wordpress.com/2017/04/literatura-e-revolucao-leon-trotsky.pdf>. Acesso em: jan./2022.

VALLADARES, L. P. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. In: **Revista brasileira de ciências sociais** - vol. 15 n° 44, 2000, p. 6-34.

APÊNDICES

APÊNDICE 1: Roteiro de entrevista a ser aplicado aos ocupantes do MTST

- 1- Há quanto tempo você faz parte do MTST?
- 2- Como você conheceu o movimento?
- 3- Quais as motivações que levaram você a participar do movimento?
- 4- Há quanto tempo você mora na ocupação?
- 5- Como você via as pessoas que participam de movimento sem-teto antes? E agora?
- 6- Na sua opinião porque existe o problema da moradia no Brasil?
- 7- Como o governo enxerga a questão da moradia?

APÊNDICE 2: Roteiro de entrevista para os dirigentes do MTST

- 1- Quais as principais ações do MTST em Aracaju?
- 2- Quais os conflitos territoriais que o MTST trava ao lutar por moradia?
- 3- Como a atual conjuntura de política do Brasil e de Aracaju interfere na luta por moradia?
- 4- Qual o critério para a escolha das áreas de atuação do movimento?